



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO - UNICAP  
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA – PRAC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

**Efeitos de Sentido do Discurso Político-Religioso realizado por Jovens:**

GTTG Articulação em Rede para Monitoramento de Políticas Públicas

**IZAIAS TORQUATO DA SILVA**

**RECIFE/2016**



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO - UNICAP**  
**PRÓ-REITORIA ACADÊMICA – PRAC**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

**Efeitos de Sentido do Discurso Político-Religioso realizado por Jovens:**

Articulação em Rede para Monitoramento de Políticas Públicas

**IZAIAS TORQUATO DA SILVA**

Dissertação apresentada para análise da Banca ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado), em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), como requisito final à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Drance Elias da Silva

**RECIFE/2016**

**Efeitos de Sentido do Discurso Político-Religioso realizado por Jovens:**

Articulação em Rede para Monitoramento de Políticas Públicas

**IZAIAS TORQUATO DA SILVA**

Dissertação apresentada para análise da Banca ao Programa de Pós-Graduação (Mestrado), em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), como requisito final à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. Drance Elias da Silva

**BANCA EXAMINADORA**

---

Presidente da banca Prof. Dr. Drance Elias da Silva (UNICAP)

Orientador

---

Prof. Dr. Sergio Sezino Douetes Vasconcelos (UNICAP)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Emanuela Souza Ribeiro (UFPE)

Aprovado em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2016

**Recife, 2016.**

S586e Silva, Izaias Torquato da  
Efeitos de sentido do discurso político-religioso realizado por  
jovens : articulação em rede para monitoramento de políticas públicas /  
Izaias Torquato da Silva ; orientador Drance Elias da Silva, 2016.  
124 f. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco.  
Pró-reitoria Acadêmica. Coordenação Geral de Pós-graduação. Mestrado  
em Ciências da Religião, 2016.

1. Juventudes. 2. Políticas públicas. 3. Movimento ecumênico.  
4. Análise do discurso. I.Título.

CDU 261.8

À minha mãe, Lindalva Alcina da Silva,  
ao meu pai, Antônio Torquato da Silva.  
À Jacinta de Fátima Cavalcante Chaves,  
companheira na vida,  
e ao meu filho, Miguel Torquato Cavalcante Chaves.

## AGRADECIMENTOS

Devo agradecer ao Ar – sopro da vida – que respiro: experiência Divina a mim confiada, partícula dessa Divindade livre, feminina, delicada, sempre afoita e rebelde, que chega a seu tempo e vai embora segundo o seu querer; que me gerou e pariu, dando-me a responsabilidade de buscar ser, a cada dia, semelhante a Ela: múltipla e coletiva, encarnada entre as pessoas pobres; consciente do serviço que a mim confiou de seguir por vários, todos e múltiplos Caminhos; pelo mesmo Caminho da vida, sentindo as dores e sonhando os sonhos comuns de dias melhores, de um tempo de igualdade e justiça para toda a Criação. “Se a mim me confiou” essa partícula de seu Espírito me fez capaz de reconhecer que sem Ela para nada sirvo. E que, por isso, merece toda gratidão e louvação.

À “Commission for Theological Education for Latin America and the Caribbean” – CETALC –, pela bolsa de estudos. Minha gratidão a todas as pessoas envolvidas com esse trabalho de apoio a estudantes de Teologia e Ciências da Religião da Comunhão Anglicana. Em particular a Revda. Glenda McQueen e ao Revmo. Bispo Dom Filadelfo Oliveira.

À Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Diocese Anglicana do Recife, meu espaço de vivência de fé diversa, plural e inclusiva que me desafia diariamente a vivenciar a humanidade de Jesus na acolhida de todas as pessoas sem distinção de gênero e orientação sexual, raça, credo e posicionamento político.

Agradeço aos estimados Bispos Dom João Câncio, diocesano, e Dom Sebastião Armando, emérito, ambos da Diocese Anglicana do Recife, pelo o apoio e pela forma como caminham e oram comigo nesse período tão importante da minha formação.

Agradeço, singelamente, a Ilcélia e ao Edson, pessoas queridas que me animaram nesse projeto, me alertaram a respeito dele, me provocando a feitura do pré-projeto a partir da experiência vivida com jovens do Ponto Missionário da Liberdade. Meu reconhecimento e gratidão a vocês pelas provocações e pelas críticas sinceras.

Agradeço ao povo da Liberdade – Ponto Missionário Anglicano da Liberdade, Santo Aleixo, Jaboatão dos Guararapes –, pelos Caminhos e pelas Caminhadas no bairro. Tanto amor, carinho, respeito, companheirismo em nossa convivência pastoral. Quantos desafios encarados e vencidos ao longo do tempo que passamos juntas. Agradeço cada aprendizado vivido com vocês: “Liberdade para toda gente!”.

Minha gratidão à turma de Introdução a Análise do Discurso de Linha Francesa, do Mestrado de Linguística (UNICAP). E mais particularmente ainda, a professora Nádia de Azevedo que me contaminou com essa história de Análise do Discurso.

Finalmente, minha gratidão aos movimentos juvenis de incidência sociopolítica e de monitoramento de políticas públicas que são à base deste trabalho de pesquisa: A Rede Ecumênica de Juventude – REJU -, e ao Monitoramento Jovem de Políticas Públicas – MJPOP Visão Mundial.

Posso sair daqui pra me organizar,  
Posso sair daqui pra desorganizar.  
Da lama ao caos, do caos a lama,  
o homem roubado nunca se engana.  
(Chico Science)



## RESUMO

Este trabalho busca analisar o discurso sociopolítico e religioso apresentado por grupos de jovens envolvidos com a Rede Ecumênica de Juventude – REJU –, e o Monitoramento Jovem de Políticas Públicas – MJPOP, a partir do bairro de Santo Aleixo, Jaboatão dos Guararapes – PE; essas juventudes, interligadas em Rede, aparentam apresentar uma militância religiosa engajada com as causas sociais, a partir de uma reflexão sociopolítica de incidência de suas realidades. Em seus discursos, parecem apresentar, como prioridade, a melhoria do coletivo da cidade apresentada a partir do olhar de quem vive na periferia. Também, em diálogo com outros movimentos religiosos, de cunho mais conservador e voltados para jovens de linha protestante e carismática, analisaremos essas posições religiosas e políticas a partir do método pecheutiana de análise do discurso. Sobretudo, no trato de temas ligados as garantias de políticas públicas voltadas para as juventudes brasileiras e na garantia dos Direitos Humanos. Inicialmente, apresentaremos para análise dois vídeos, produzidos e disponibilizados nas redes sociais – Facebook.com e Youtube.com – feitos de maneira amadora onde se faz uma reflexão sociopolítica e ecológica ligando aos princípios do ecumenismo, do diálogo inter-religioso e ecológico. Ao mesmo tempo, o trabalho busca apresentar como essa discussão sociopolítica, vivenciada no espaço virtual e interligada aos espaços religiosos, é apresentada e influencia nos posicionamentos políticos e religiosos dessas juventudes a partir dos seus respectivos espaços de fé.

**Palavras chave:** 1. Juventudes. 2. Políticas públicas. 3. Movimento ecumênico. 4. Análise do discurso. I. Título.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the socio-political and religious discourses presented by youth groups involved with the Ecumenical Network of Youth – Reju [Rede Ecumênica de Juventude] - and Youth Monitoring of Public Policies – MJPOP [Monitoramento Jovem de Políticas Públicas], in Santo Aleixo, Jaboatão dos Guararapes – Pernambuco State; these young people's groups, interconnected in a network, seem to present a religious militancy engaged with social causes, from a socio-political reflection of incidence in their realities. In their speeches, they seem to have as a priority the improvement of the city's collectivity presented through the eyes of those who live on the outskirts. Also, in dialogue with other religious movements, of more conservative nature and focused on young people from protestant and charismatic lines, we will analyze these religious and political positions from Pecheux's method of discourse analysis. Especially dealing with issues related to the guarantees of public policies for the Brazilian youth and ensuring human rights. Initially, we will present the analysis of two videos, produced and made available on social networks - Facebook.com and Youtube.com –produced in an amateur way, where a socio-political and ecological reflection is done linking the principles of ecumenism, interreligious and ecological dialogues. At the same time, the study aims to present how this socio-political discussion, experienced in a virtual space and linked to religious spaces is presented and influence on political and religious positions of these young people from their respective spaces of faith.

Keywords: 1. Youth. 2. Public policies. 3. Ecumenical movement. 4. Discourse analysis.  
I. Title.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1 - DEFINIÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA .....</b>	<b>17</b>
1.1. Análise do discurso de linha francesa.....	17
1.2. Discurso: conceitos e definições.....	24
1.3. Concepção do sujeito .....	28
1.4. Sujeito do inconsciente – a ilusão .....	32
1.5. O sujeito da ideologia .....	35
1.6. O silêncio .....	38
2. Teologia da Libertação e a Análise do Discurso de linha francesa: um diálogo possível? .....	41
2.1. Análise do discurso político feito nas Mídias Sociais pela militância jovem que se articula em Rede .....	43
<b>2 – MOVIMENTOS DE JUVENTUDES EM REDE, AÇÕES COLETIVAS DE LUTA PELA VIDA E TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO .....</b>	<b>46</b>
2.1. O Espaço urbano como lugar de missão juvenil e Teologia da Libertação .....	46
2.1.1. Jaboatão Centro – Regional 01: Santo Aleixo e circunvizinhança .....	58
2.1.2. Missão juvenil no espaço urbano .....	61
2.1.3. Juventudes e Teologia da Libertação .....	65
2.2. Movimentos de juventudes e ações de monitoramento de políticas públicas .....	69
2.2.1. Movimentos de Juventudes e Políticas Públicas .....	69
2.2.2. Rede Ecumênica de Juventude .....	75
2.2.3. Monitoramento Jovem de Política Pública – MJPOP .....	77
<b>3. JUVENTUDES QUE MILITAM E SE AFIRMAM: possibilidades de uma militância sociopolítica e religiosa, feita a partir do espaço virtual do “youtube.com” e seus efeitos de sentido em consonância com o Fenômeno Religioso .....</b>	<b>82</b>
3.1. Análise do corpus discursivo .....	82
3.1.1. Estado Laico é a gente que faz – vídeo da Rede Ecumênica de Juventude .....	85

3.1.3. Águas do Jaboatão – vídeo realizado pela Rede Ecumênica de Juventude e pelo Monitoramento Jovem de Políticas Públicas – MJPOP Liberdade .....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	111
REFERÊNCIAS .....	112
ANEXOS .....	115

## INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa acadêmica, buscaremos apresentar os caminhos por onde esse trabalho começou a se delinear. O mesmo é fruto de uma convivência, nos últimos cinco anos, do pesquisador com dois movimentos juvenis que militam em busca de garantias de direitos e em espaços de afirmação de políticas públicas: A Rede Ecumênica de Juventude, de agora por diante, REJU, e com o Monitoramento Jovem de Políticas Públicas, apresentado a partir daqui como MJPOP.

Com a REJU, a caminhada se iniciou no ano de 2008, na cidade de Igarassu, Região Metropolitana de Recife-PE, quando ocorreu a “2ª Jornada Regional Ecumênica da Juventude do Nordeste” com o tema “Juventude Ecumênica: Políticas Públicas, Desafios do Ecumenismo e Direitos”<sup>1</sup>. A primeira jornada tinha ocorrido em dezembro de 2007 na cidade de Salvador, na Bahia. Em ambas, a garantia da presença da diversidade religiosa, de sindicatos, de movimentos e organizações sociais delineava o jeito de ser da Rede Ecumênica de Juventude<sup>2</sup>, de agora por dia REJU.

Esse primeiro contato foi muito importante para o pesquisador, pois daí surgiu o interesse de acompanhar de perto as ações e militância desse movimento. Sempre em contato com a “facilitação<sup>3</sup>” nacional, contribuiu, desde então, apoiando e fomentando a presença de jovens da Região Nordeste, mais especificamente, da Paraíba e de Pernambuco nas ações da REJU-NE.

Dois anos depois, o pesquisador também assessorou na articulação, organização e na fomentação, mais um Encontro de Formação Ecumênica<sup>4</sup>. Dessa vez, na cidade de Abreu e Lima com a participação de jovens quilombolas do Centro de Formação Missionária – Fundação Dom José Maria Pires, em Serra Redonda – PB, do Ponto Missionário Anglicano da Liberdade, desde agora PML, em Jaboatão dos Guararapes, Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, de Gravatá, da Igreja Católica Apostólica Romana, da Igreja Batista, jovens kardecistas e de Candomblé.

<sup>1</sup> Cf. Jornadas Ecumênicas da REJU, disponível em <<http://reju.org.br/page/jornadas-ecumenicas/>>, acessado em: 28/02/2016.

<sup>2</sup> “A Rede Ecumênica da Juventude (REJU) foi criada em 2007, pelo Fórum Ecumênico Brasil (FE Brasil), uma articulação de organizações ecumênicas, comunidades religiosas e movimentos sociais em prol da promoção dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (DHESCA). Desde 2011, o FE Brasil integra a ACT Aliança”. Disponível em <<http://reju.org.br/page/historico/>>, acessado em: 06/07/2015.

<sup>3</sup> Definição dada às pessoas que organização o movimento nacionalmente. O mesmo serve para quem facilita regionalmente (Facilitadora ou facilitador do Nordeste, do Sudeste etc. Ou, ainda, no âmbito estadual).

<sup>4</sup> Cf. no Blog da Liberdade. Disponível em <<http://pontomissionario.blogspot.com.br/2010/03/encontro-da-rede-ecumenica-de-juventude.html>>, acessado em: 28/02/2016.

Nesse último encontro, que ocorreu na Casa de Formação do Centro de Estudos Bíblicos – Regional Nordeste –, já se identificava uma possível conexão entre a REJU e o Monitoramento Jovem de Políticas Públicas, a partir de agora MJPOP<sup>5</sup>. E isso de fato aconteceu naturalmente. Pois, jovens de Santo Aleixo, Jaboatão dos Guararapes, em conexão virtual com jovens de todo o Brasil, foram organizando suas vidas e ressignificando suas ações no bairro a partir da junção desses dois movimentos. Dois foram os motivos: primeiro a confluência de interesses, pois, ambos tratavam de temáticas voltadas para monitoramento de políticas públicas. E, segundo, esse grupo era tão pequeno, dada a dificuldade do tema e a falta de apoio por parte de instituições mais estruturadas que garantissem o mínimo de mobilidade e articulação política nos bairros onde essas mesmas juventudes se faziam presente. Sendo assim, com essas limitações, as mesmas pessoas tinham que participar ao mesmo tempo dos dois movimentos. Ou até, atribuíam uma mesma ação para os dois movimentos juvenis. Isso porque estavam em Pernambuco, e mais particularmente ainda, na Região Metropolitana de Recife. Numa periferia onde a escassez de garantias de políticas públicas era comum em todos os níveis sociais.

A pesquisa que estamos a desenvolver busca analisar, com base teórica na Análise de Discurso de Linha Francesa, que agora por diante AD, os efeitos de sentido nos discursos sociopolítico-religiosos encontrados em dois vídeos postados em redes sociais, mais especificamente no “youtube.com”. Esses trabalhos audiovisuais que são resultados de uma articulação realizada, por moças e rapazes, que desenvolvem ações coletivas criadas em rede. Suas produções questionam e provocam reflexão na perspectiva do monitoramento de políticas públicas voltadas para sua faixa etária, visando à melhoria das realidades juvenis desde o local onde vivem (se área rural ou urbana), até às condições de vida brasileira que implicam na luta diária por afirmações dos direitos juvenis.

Se considerarmos os posicionamentos político-ideológicos no cenário nacional atual, que se apresentam com a prática de um movimento político partidário, cada vez mais forte e elitista, se posicionando mais para a extrema direita, em muitos casos com viés conservador e conservador numa clara manobra que fortalece a negação dos Direitos Humanos, podemos entender que é imprescindível pesquisar essas ações juvenis que surgem dos bairros de periferia dos grandes centros urbanos.

---

<sup>5</sup> “O MJPOP é uma metodologia de monitoramento de políticas públicas (saúde, educação, esporte e lazer) facilitada por jovens (na sua maioria entre 16 e 24 anos) capacitados para facilitar um processo de empoderamento das suas comunidades e, assim, garantir a efetivação desses direitos, através de reuniões comunitárias, conversas com poder público etc”. Disponível em: <<http://cpro13038.publiccloud.com.br/conteudos/view/mjpop-monitoramento-jovem-de-politicas-publicas.html>>, acessado em: 06/07/2015.

Causa maior estranheza, e por isso motiva e aumenta o interesse pela pesquisa, perceber que esse mesmo posicionamento conservador encontra apoio nos espaços de Igrejas Evangélicas Pentecostais e em Movimentos Carismáticos da Igreja Romana, a exemplo da Rede Canção Nova como contraponto a esses movimentos mais inclusivos e dialogais a partir da diversidade e da pluralidade vivenciadas pelos dois movimentos aqui pesquisados.

Levando em conta essa realidade, da negação dos direitos das pessoas, que é o principal alvo de uma política de clara exclusão, encontramos esses dois movimentos jovens que fazem a militância política, pautando temas diversos que vão desde o enfrentamento ao Projeto de Lei que prevê a redução da maioridade penal, passando pela provocação do ecumenismo e o diálogo inter-religioso, as questões ligadas à ecologia, até aos temas ligados às sexualidades que se referem às orientações sexuais e dos direitos reprodutivos. E ainda mais, com um aspecto específico, as políticas ligadas aos direitos das pessoas GLBTs quanto à criminalização da homofobia. Também são focadas as questões de gênero, quando se posicionam a favor da descriminalização do aborto. E ainda mais quanto ao tema das discriminações e preconceitos étnico-raciais. Todos esses assuntos convergem, em alguma medida, compondo uma belíssima colcha de retalhos onde se imprime os anseios, desejos, sonhos dessas juventudes militantes.

As mídias sociais são os espaços ocupados por essas juventudes, para uma militância efetiva e direcionada com resultados eficazes que consegue confrontar os poderes estabelecidos. Nos dias atuais, toda gestão pública está aferindo o comportamento da sociedade a partir desse espaço. Nesse lugar virtual são postados vídeos de protestos, produções culturais, enfrentamentos a abusos de autoridades, denúncias as mais variadas. Desde um vídeo sem a menor elaboração técnica de produção, como produto livre editado com precariedade, que pode gerar milhares de visualizações. Até um material mais elaborado fruto de uma articulação em rede com finalidades sociopolíticas. Com as novas tecnologias essas pessoas conseguem se expressar de maneira inquestionavelmente inovadora e livre.

Numa busca rápida nas páginas de pesquisas *on-line*, quando se coloca o tema: “Juventudes e Mídias Sociais”, a pessoa interessada pelo assunto será direcionada a centenas de artigos, dissertações e teses, blogs e vlogs, plataformas de apoio para vídeos e fotos. Ou seja, há uma diversidade imensa que faz convergir esses dois universos: juventudes e ambiente virtual. Mas é importante também destacar os riscos e vulnerabilidade sofrida por essas mesmas pessoas quando do mau uso desses espaços virtuais, quando muitas pessoas jovens são vítimas de crimes cibernéticos dos mais variados.

Nesse contexto, nosso trabalho se desenvolve, sobretudo na perspectiva das

juventudes que: 1) Militam nas causas sociais e a partir do espaço religioso em diálogo com a sociedade com alguns segmentos, também de jovens, de cunho mais conservador<sup>6</sup>. 2) Mas que da mesma forma, encontra nas redes virtuais o lugar ideal para vociferar seus interesses e suas causas no sentido contrário aos caminhos refletidos e narrados acima. Ou seja, jovens que, em espaços religiosos conservadores, são conduzidos a um posicionamento de conservadorismo. Antes, focaremos nas ações de monitoramento de políticas públicas e nos resultados que se espera dessas ações coletivas.

Nosso aporte teórico será fundamentando na AD, a partir da leitura pecheutiana, praticada e difundida, aqui no Brasil, pelas obras de Eni Orlandi<sup>7</sup> em diálogo com os pressupostos da Teologia da Libertação tão bem refletida no Brasil por nomes como Leonardo Boff<sup>8</sup> e Frei Betto<sup>9</sup>, entre outros. Faz-se, então, importante provocar a reflexão sobre “Fé e Política”, a partir desses referenciais teóricos, em diálogo com as novas formas de expressões que se manifestação na rede, e a partir dela, com aquelas que convergem nos processos históricos de resistência juvenis.

Esse trabalho de pesquisa, em seu primeiro capítulo, estará transitando no histórico da AD, a partir do seu nascimento no auge da década de 60 do século passado. Buscaremos identificar seus referenciais teóricos que advêm da reflexão feita a respeito do que seja o discurso, buscando conceitos e definições; trataremos da concepção de sujeito; também buscaremos definir o sujeito do inconsciente e o da ideologia; tendo o interesse de também definir, à luz da AD, o que seja o silêncio; e, finalmente, buscaremos definir, nesse capítulo, de maneira mais específica e aprofundada, aquilo que nos servirá como base para a análise do corpus discursivo em nosso terceiro capítulo. Ou seja, trataremos qualificar, com mais afinco teórico, o que seja efeitos de sentido.

Nesse primeiro momento, discorreremos sobre os múltiplos cenários políticos e sociais que serviram como referências históricas de efervescência social e que fomentaram a Teoria de Análise do Discurso de linha francesa. Além de tentar traçar um perfil das juventudes envolvidas com as causas sociais daquela época na França, nos EUA e, mais

---

<sup>6</sup> Para fazer esse contraponto estaremos, também, apresentando vídeos, apenas para apresentar a forma como esses movimentos conservadores se organização – se tem uma liderança adulta como referência, se seguem alguma confissão religiosa, se fomentam alguma atitude de separação com as realidades postas – seguindo a dualidade “céu/inferno, pessoas santas/pecadoras, pecado/santidade, igreja/mundo pecaminoso” –, ainda, se há algum engajamento político e como isso se dá. Levando sempre em consideração possíveis relações, os dois movimentos aqui analisados que dizem buscar certa autonomia. Para esse contraditório apresentaremos vídeos postados pela Canção Nova entre outros. Mais adiante falaremos melhor a esse respeito.

<sup>7</sup> Cf. Eni Orlandi, disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787501T0>>, acessado em: 29/02/2016.

<sup>8</sup> Cf. Leonardo Boff, disponível em: <<http://leonardoboff.com/>>, acessado em: 29/02/2016.

<sup>9</sup> Cf. Frei Betto, disponível em: <<http://www.freibetto.org/>>, acessado em 29/02/2016.



especificamente ainda, no Brasil. Nosso interesse é interagir com as causas vividas pelas juventudes da década de 60, num contexto do regime totalitário militar. Esses fatos históricos se entrelaçavam numa época em que a comunicação de massa dependia exclusivamente de poucas fontes, não tendo, evidentemente, a facilidade que encontramos em nossos dias para obter notícias divergentes que se complementassem dando múltiplas possibilidades interpretativas.

É justo indicar que não temos a ousadia de fechar nem mesmo de dar o tema como concluído. Já que, diante dos fatos históricos vivenciados nos últimos anos pelas militâncias juvenis, e os confrontos diários estabelecidos para afirmações coletivas de políticas públicas voltadas para esse grupo, ainda há muito o fazer para estabelecer um sistema justo e equânime inter e trans-geracional.

Assim, de maneira degustativa para instigar o interesse de quem nos lê, pois o assunto requer um aprofundamento teórico mais exigente, estaremos apresentando as possíveis origens e conceitos fundantes da AD e o contexto histórico em que surgiu.

No segundo capítulo, faremos um levantamento das ações de base e articulações virtuais vivenciadas pelos dois movimentos que produziram os vídeos que, em diálogo com outras redes juvenis de posturas mais conservadoras, estariam, em certa medida, confrontando seus posicionamentos mais liberais e inseridos numa militância de Esquerda. Buscaremos fazer a devida apresentação histórica da REJU e do MJPOP. Também ali, entraremos em detalhes quanto as suas origens e motivações reais para que se multiplicassem cada vez mais em âmbito nacional ocupando espaços significativos em Conselhos municipal, estadual e nacional voltados para políticas juvenis. E como é feita essa articulação em “rede”, tendo contatos e ações coletivas até mesmo com jovens de outros países.

O interesse será de delinear as ações que são executadas em Rede e a partir das mídias sociais, quando tentaremos identificar essa militância interligada entre as ações de “Fé e Política”, movimentos sociais e militância cristã cuja base considera como fonte a perspectiva de uma Teologia envolvida, socialmente, com as causas das pessoas mais pobres e marginalizadas, quando se identifica, já a partir do título do capítulo, o interesse de constatar a luta diária dessas juventudes e ações missionárias na perspectiva da Teologia da Libertação, a partir de agora TdL.

Considerando o segundo vídeo analisado, buscaremos definir o lugar geográfico onde foi produzido e as juventudes envolvidas com sua execução. Nosso interesse será qualificar o espaço urbano como o lugar onde se vivencia a missão juvenil e os aspectos urbanos e sociais da TdL. Daremos um tratamento específico a uma possível conexão

existente entre juventudes e a referida teoria. E a maneira como essa ligação vai se dando a partir dos referenciais sociopolíticos da mesma.

Já no terceiro capítulo, entraremos em contato diretamente com as produções audiovisuais fazendo a análise do corpus discursivo em contraposição dos vídeos, também produzidos por jovens ou produtoras de vídeos, quando encontraremos melhor qualidade profissional que apresentam propostas de feitas a movimentos juvenis com a finalidade de fortalecer posicionamentos mais conservadores. Grupos esses, em geral, ligados a movimentos cristãos carismáticos e evangélicos pentecostais.

Nessa parte do trabalho, dividiremos nossa análise a partir das perspectivas de militância criadas pelos dois vídeos, da REJU e do MJPOP, que visam apresentar alternativas para o enfrentamento da intolerância religiosa e por afirmação de políticas públicas inclusivas e, sobretudo, que coloquem no centro da questão social as causas juvenis.

Assim, é nosso desejo, aprofundar a reflexão em busca de identificar os efeitos de sentidos, as condições de produção e suas, respectivas, formações discursivas, visando ampliar a compreensão de quem nos lê, a respeito das possíveis motivações sociais que envolvem essas articulações políticas protagonizadas por esses grupos.

Para esse fim, usaremos dois vídeos produzidos e postados no “youtube.com” – “Estado Laico: a gente que faz!” e “Águas do Jaboatão”, que devidamente melhor apresentados mais adiante –, dos dois movimentos sociais em rede, que servem como parâmetro para nossa análise, visando, sobretudo, definir os “efeitos de sentidos” nos discursos ali encontrados.

Finalmente, nossos objetivos visam analisar, prioritariamente, já que é o centro de nossa pesquisa, os efeitos de sentido do discurso sociopolítico e religioso a partir do envolvimento, identificado nesses vídeos, de jovens do bairro de Santo Aleixo, Jaboatão dos Guararapes, e de outras partes do Brasil, que se envolveram nessa rede e que colaboraram diretamente nessa articulação nacional por direitos juvenis a partir das realidades das comunidades locais onde estão inseridas. Buscaremos refletir sobre quais relações existem entre “Fé e Política” na práxis sócio-religiosa dessas juventudes. E sobre o papel da Teologia da Libertação como influência direta ou indiretamente na motivação dessas ações. Uma reflexão a respeito das articulações da REJU e do MJPOP em parceria com a Diocese Anglicana do Recife, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil a partir dos espaços ecumênicos. E por último, discutir como essas mesmas juventudes compreende a relação entre fé, política, participação e monitoramento social em diálogo e enfrentamento aos discursos conservadores e as negligências do Estado quanto a seus direitos.

## 1. DEFINIÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PESQUISA

### 1.1. Análise do discurso de linha francesa

Há, no momento, uma grande variedade de pesquisas no estudo da língua na área discursiva. Nossa perspectiva de pesquisa irá se valer daquela conhecida como Escola Francesa de Análise do Discurso, daqui por diante, sempre que se fizer necessário, AD, que tem o início de suas formulações nos anos 60 e 70 do século passado. Desde essa época a França tem uma forte tradição no estudo do texto literário vindo a influenciar pessoas que passaram a estudar essa vertente no Brasil<sup>10</sup>.

Segundo o Glossário de Termos do Discurso (FERREIRA, 2001), a AD transita entre as Ciências Sociais e a Linguística, trabalhando com as contradições que são estabelecidas entre essas disciplinas, sem priorizar seus conceitos, mas buscando questioná-los e repensá-los pela noção de transparência inscrita na linguagem onde se formam as teorias produzidas nestas áreas.

Sendo assim, a AD:

nos permite trabalhar em busca dos processos de produção do sentido e de suas determinações histórico-sociais. É uma disciplina de entremeio (ORLANDI, 1996) que se estrutura no espaço que há entre a linguística e as ciências das formações sociais. Trabalha com as relações de contradição que se estabelecem entre essas disciplinas, caracterizando-se, não pelo aproveitamento de seus conceitos, mas por repensá-los, questionando, na linguística, a negação da historicidade inscrita na linguagem e nas ciências das formações sociais, a noção de transparência da linguagem sobre a qual se assentam as teorias produzidas nestas áreas (FERREIRA, 2001, p. 11).

É necessário deixar claro que a AD tem como princípio básico respeitar o processo histórico. Este é muito importante para as formações discursivas e, nesse sentido, busca identificar as múltiplas produções de sentidos não afirmando a existência fechada de um sentido literal imposto, e, até mesmo, que qualquer sentido possa responder a análise de um discurso específico. Isso porque toda busca por interpretação não pode ser rígida e deve ser gerida pelas condições de produção. Dessa forma, “essa disciplina propõe um deslocamento das noções de linguagem e sujeito que se dá a partir de um trabalho com a ideologia”

<sup>10</sup> Podemos citar as seguintes doutoras como pesquisadoras na área de linguística; e mais especificamente em Análise do Discurso – AD, pecheuxtiana e/ou foucaultiana: Professora Nádia Azevedo, é líder do grupo de pesquisa do CNPq "Ensino, Texto e Linguagem", professora da Universidade Católica de Pernambuco. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4708014E6>> Acessado em: 25/01/2016. Eni Puccinelli Orlandi é pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787501T0>>; Acessado em: 25/01/2016; Maria do Rosário Gregolin, Docente do Departamento de Linguística, da UNESP-Araraquara. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4787116P6>>, acessado em: 25/01/2016.

(FERREIRA, 2001, p. 12).

A AD desenvolve seu trabalho de pesquisa a partir das referências linguísticas que cada sociedade, ou grupo social, produz a partir do seu tempo, espaço e cultura. O discurso é múltiplo, diverso em si mesmo, pois é resultado da produção de sentidos. Assim, fica claro que todas as expressões humanas provenientes das múltiplas culturas, provocando efeitos de sentidos, são formas de expressões discursivas. Ou seja, toda expressão humana traz, em si mesma, formas de discursos carregados de ideologias políticas e sociais.

Mas, geralmente se pensa que o discurso é privilégio de algumas pessoas que ocupam alguma tribuna. Ou seja, pessoas que saibam se expressar publicamente numa Igreja, defendendo algum partido político, movimento ou organização social. No entanto, é certo que nenhuma pessoa é desprovida da produção do discurso a partir das formas como se expressa. Assim sendo, todas as pessoas, a partir de suas diversas formas de expressão, produzem o discurso. E o discurso está interligado às relações humanas de poder. As expressões de discursos são diversas e estão postas em nosso cotidiano: a fala, a escrita, as manifestações artísticas (música, pintura, artes plásticas, dança), tudo o que produzir sentido dá forma ao discurso. Ao mesmo tempo, que é impossível desassociar o discurso, sua produção e seus efeitos, da capacidade humana de se expressar com liberdade. Ou, até mesmo de separar a pessoa de uma produção livre de influências externas. Dessa forma:

O discurso é o espaço em que saber e poder se unem, se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito que lhe é reconhecido socialmente.  
[...] O discurso é como um jogo estratégico que provoca ação e reação, é como uma arena de lutas (verbais, que se dão pela palavra), em que ocorre um jogo de dominação ou aliança, de submissão ou resistência, o discurso é o lugar onde se trava as polêmicas. (BRANDÃO, 2009, p. 7).

Quando colocamos a nossa atenção sobre os anos de 1960 e 1970, podemos perceber uma grande efervescência de ideias e comportamentos. As mulheres estavam em busca da afirmação de direitos e na luta pela construção coletiva da liberdade feminista. E na França surgia uma forte oposição à guerra da Argélia que era colônia francesa, cujo posicionamento político contradizia os princípios da Revolução Francesa de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Segundo Thiollent (1998, p. 65):

Em Paris, as lutas universitárias de 1968 ocorreram durante um período de tempo no qual interferiam vários outros eventos históricos. A oposição à guerra americana no Vietnã mobilizava a juventude tanto nos EUA quanto na Europa. Além disso, a revolta negro-americana, a luta armada na América Latina e na África, a Revolução Cultural na China (1966-1969) contribuíam para o clima de revolucionarização da juventude e do mundo universitário. A revolta estudantil espalhou-se na França com esse pano.

Na América Latina por sua vez, e mais especificamente no Brasil, esse clima também estava em alta. O continente estava, por todos os lados, em condição de conflito e sendo vigiado pelos EUA que apoiava os governos militares. As juventudes brasileiras influenciadas pelas novas formas de expressões que questionavam os paradigmas culturais começavam a demonstrar suas insatisfações e a enfrentar os poderes vigentes, sobretudo, na política por se tratar de um regime militar. De certa forma, também, já tocadas pelo clima de insatisfação que se espalhava pelo mundo e que já se instaurava no Brasil. Como diz Brandão (2009, p. 6):

Os anos 60 foi um período bastante agitado do ponto de vista político e cultural tanto no nosso país como lá fora: por ex., tivemos os festivais da MPB (onde se revelaram grandes talentos como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa, etc), as manifestações políticas contra a ditadura militar (golpe de 1964).

Sendo assim, nesse período histórico correram, a partir dessa década de 60 e 70 do século passado, mudanças significativas que serviram como base e motivação para Pêcheux refletir a Teoria da Análise do Discurso. Diversos movimentos culturais e políticos protagonizaram eventos importantes para a reflexão e a reformulação de conceitos cristalizados e impostos naquele contexto histórico. E que foram questionados e confrontados pelos movimentos sociopolíticos da época. Assim, por um lado buscava-se garantir a hegemonia por parte de setores dominantes, políticos e religiosos, que intencionavam impedir todo enfrentamento público às questões de autoritarismo político e do poder bélico. E do outro, as juventudes que estavam se manifestando contra esses sistemas dominantes. Essa década se caracterizou por fortes transformações motivadas pelos diversos movimentos políticos e sociais espalhados pelo mundo (CARDOSO, 2008, p. 93).

A Europa<sup>11</sup> fervilhava, os Estados Unidos<sup>12</sup> sofriam conflitos políticos e civis, a América Central e Latina<sup>13</sup> estavam às voltas com os golpes militares e os governos totalitários. Dentro da AD esse contexto histórico é importante porque é avaliado visando suas

---

<sup>11</sup> A cultura musical é uma das principais manifestações jovens da época. O The Beatles fazia sucesso e propunha manifestar os anseios das juventudes daquele tempo. Para a União Europeia é um período de progresso econômico, pelo fato, “dos países da União Europeia terem deixado de cobrar direitos aduaneiros sobre as trocas comerciais realizadas entre si.” Disponível em: <[http://europa.eu/about-eu/eu-history/1960-1969/index\\_pt.htm](http://europa.eu/about-eu/eu-history/1960-1969/index_pt.htm)>, acessado em 02/01/2016.

<sup>12</sup> Nos EUA eclode a liderança do pastor Batista Martin Luther King e do islâmico Al Hajj Malik Al-Shabazz, conhecido como Malcolm X, ambos lutando contra o preconceito e a discriminação racial; Os movimentos civis alternativos estadunidenses se posicionavam contra a Guerra do Vietnã. Nesse mesmo período surge o movimento da Contracultura, movimento sócio-político que se posicionava contra a guerra, a favor da natureza e da liberdade absoluta de expressão.

<sup>13</sup> Considerando o risco de o Comunismo ser implantado na América Latina os EUA apoiam vários golpes militares no Continente. Na Guatemala, em 1954; no Paraguai dando o poder ao general Alfredo Stroessner numa ditadura que durou 35 anos; a Argentina viveu sucessivos golpes militares de 1930 até a década de 1970; em 1964 o Brasil e a Bolívia também sofrem Golpes; Em Cuba, em 1959, acontece a Revolução Cubana, onde os irmãos Fidel e Raul Castro, juntamente com Ernesgo Che Guevera, lutam contra o governo de Fulgêncio Batista.

implicações no coletivo, no global, quando se observa a situação em que esse texto que é analisado é produzido (CARDOSO, 2008. p. 94).

Nesse período, o Brasil<sup>14</sup> sofre o golpe civil-militar, em abril de 1964, provocando grandes conflitos nacionais. E é nesse contexto de lutas por direitos civis e de confronto com o governo militar que a partir da música nasce o Tropicalismo como o grito de rebeldia e de posicionamento subversivo das juventudes que confrontavam o Governo Militar. E como eco do movimento de Contracultura que ocorria nos EUA, mas com outras formas de expressões artísticas. Segundo o filósofo Celso Favaretto, em depoimento dado no filme “Futuro do Pretérito: Tropicalismo Now”<sup>15</sup>, o movimento tropicalista:

Não só foi, digamos, um momento de renovação e, portanto, de vanguarda. Portanto, de alta experimentação, como era difícil desligar essa experimentação do momento político; e da significação política que havia no Tropicalismo (Vídeo Documentário, 2011).

Esse clima alcançou as juventudes dos anos 60 e 70, como diz Cardoso em seu artigo “A geração dos anos 1960: o peso de uma herança”, que estavam em plena ebulição considerando as quebras de paradigmas que aquele período propunha na perspectiva das mais variadas liberdades de expressões e, sobretudo, das sexualidades. Em relação a esse período Cardoso narra os temas que naquela época já estavam sendo provocados pela efervescência cultural e política. Ou seja,

as transformações da imagem da mulher, com o feminismo; a liberação sexual; as modificações na estrutura da família; a entronização do modo jovem de ser como estilo de vida; a flexibilização das hierarquias e da autoridade; a construção de novas relações entre o adulto e o jovem e o adulto e a criança; a criação de um novo imaginário da fraternidade; a introdução do “novo” na política; a emergência das questões ecológicas como se fossem também políticas, para ficar com algumas das referências mais destacadas (CARDOSO, 2008. p. 93).

E continua:

Os movimentos dos anos de 1960, seja na sua expressão mais propriamente política, seja na contracultura, ou mesmo nos modos em que combinaram essas expressividades, tiveram como traço característico a transgressão de padrões de valores estabelecidos. Transgressão não no sentido de uma pura negatividade, ou de uma negação absoluta dos limites estabelecidos, mas de um movimento que os atravessa afirmando novos limites. Em outros termos, um movimento que é de negação de valores estabelecidos. (Idem. p. 94).

---

<sup>14</sup> No Brasil o governo de João Goulart era uma verdadeira ameaça para um posicionamento político de Esquerda, pois buscava independência política e econômica dos Estados Unidos confrontava diretamente os latifúndios e as multinacionais; posicionava a favor da Reforma Agrária, de uma nova Constituinte e da nacionalização das refinarias estrangeiras. Diante desse quadro, ocorre o Golpe Militar em 1º de abril de 1964.

<sup>15</sup> Para compreender o contexto político e cultural do Brasil dos anos 60 vale a pena assistir o filme documentário “Futuro do pretérito: Tropicalismo Now”, de 2012, com direção de Ninho Moraes e Francisco César Filho, com Alice Braga, Gero Camilo, Gilberto Gil, Carlos Meceni e Helena Albergaria. Direção musical de André Abujamra.

Era um tempo em que estavam sendo espalhadas por todos os cantos, em vários países simultaneamente, manifestações e protestos de ordem política e social. Os Estados Unidos da América viviam o conflito com relação à discriminação étnico-racial além do enfrentamento ao governo, por grande parte da sociedade estadunidense, contra a guerra do Vietnã quando eram denunciados os altos gastos financeiros e as mortes de jovens. Além disso, as pessoas se manifestavam em todos os cantos da Europa buscando mudanças de vida e dos posicionamentos dos governos.

Para nos situar, ainda mais, no clima que se vivia na Europa e fora dela, é importante ouvir o que diz Irene Cardoso (2008. p. 95-96), a respeito das manifestações juvenis:

Essa experiência de revolta estava na base das problematizações construídas pelo pensamento (na filosofia e nas ciências humanas), presente nas formas de expressão artística e nas ações de caráter propriamente político. Como questionamento e transgressão dos limites estabelecidos, a experiência de revolta instaurava um movimento que visava a pôr em xeque fundamentalmente o poder instituído, a partir da contestação de suas práticas (na qual esteve presente o recurso da violência, que convivia com ideais pacifistas), mas sobretudo dos valores que sustentavam o funcionamento do “sistema”. Os temas desses movimentos sociais formavam o espectro das grandes questões do século XX. Algumas dessas questões não eram propriamente novas: provinham do abalo político, cultural e ético provocado pela Segunda Guerra Mundial. Herança da geração que viveu a guerra, esses temas foram retomados e reinterpretados a partir de experiências políticas do pós-guerra e dos anos de 1950: a revolução socialista chinesa, a guerra da Coreia, a guerra da Argélia, as lutas de libertação contra os colonialismos em vários lugares, a “descoberta” do totalitarismo sob o socialismo, a partir dos fatos que vieram à luz sobre o stalinismo, e, no final dos anos de 1950, início da década seguinte, as lutas de libertação na América Latina, em especial a experiência de Cuba e da guerrilha.

É nos anos 60 que Michel Pêcheux inicia suas formulações a respeito da Análise do Discurso (AD), como resultado de averiguação advinda de várias filiações teóricas que, segundo Orlandi, a partir dessas décadas e de seus referenciais históricos, “se constitui no espaço de questões criadas pela relação entre três domínios disciplinares que são ao mesmo tempo uma ruptura com o século XIX: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise” (ORLANDI. 2001, p. 19).

Afirmando e reconhecendo essas filiações teóricas, Orlandi esclarece que a AD não se posiciona de “modo servil”, pelo contrário, trabalha como conhecimento base a noção de discurso. E não o faz de maneira submissa, antes provoca e confronta essa relação. Ou seja, a AD:

Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele (ORLANDI, 2001, p. 20).

Dessa forma, a AD questiona a interpretação quando busca compreender literalmente

os sentidos expressos desassociados das condições ideológicas de produção. Assim a AD não tem como objetivo tratar da língua, da perspectiva gramatical de um idioma. Antes, põe como objetivo tratar especificamente, e de forma direta, do discurso em si, seus deslizamentos de sentidos, e as perspectivas ideológicas ligadas a fala. Dessa forma, a palavra “discurso” é puro movimento. Ou seja, “o discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se” a pessoa que fala e suas ideologias por trás do que fala (ORLANDI, 2001, p. 15).

Nesse sentido, esse tipo de estudo pode ajudar a compreender melhor aquilo que capacita à pessoa humana como um ser diferenciado, especial, com a capacidade de significar, ressignificar e dar sentido a sua existência, a seus discursos carregados de ideologias, com seus processos históricos.

Assim, Orlandi (2001, p. 15), continua afirmando que:

A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.

Dessa forma, as relações humanas são reguladas, alteradas e mediadas pelas ideologias advindas do discurso. Ou seja, diferente da vertente inglesa<sup>16</sup>, que parte do princípio da intervenção no discurso, a linha pecheuxtiana busca entender os discursos a partir de como são construídos, de como são produzidos pelas culturas e sociedades em cada tempo e lugar. Sendo que não tem a ver com a análise de conteúdos linguísticos. Mas como os discursos são produzidos e interagem a partir dos contextos interligados e provocados na história, sobre as formas de compreensões inerentes as lacunas provocadas pelos efeitos de sentidos. Sendo assim, segundo Orlandi:

A Análise de conteúdo, como sabemos, procura extrair sentidos dos textos, respondendo à questão: o que este texto quer dizer? Diferentemente da análise de conteúdo, a Análise de Discurso considera que a linguagem não é transparente. Desse modo ela não procura atravessar o texto para encontrar sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa? Há aí um deslocamento, já renunciado pelos formalistas russos, onde a questão a ser respondida não é “o quê” mas o “como”. Para responder ela não trabalha com os textos apenas como ilustração ou como documento de algo que já está sabido em outro lugar e que o texto exemplifica. Ela produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade (ORLANDI, 2001, p. 18).

---

<sup>16</sup> A linha inglesa da análise do discurso “propõe um enfoque intralinguístico a partir das interações entre os níveis sintático e semântico, bem como das questões entre coesão e coerência da linguagem” (DELLAGNELO; RODRIGUES, 2013).



Ora, nesse sentido, a AD trabalha com o discurso em sua diversidade de sentidos, sem buscar intervir no mesmo, estando mais concentrada na análise do conteúdo, priorizando o “como” se fez o discurso e em qual contexto ideológico. Ou seja, como ideologicamente incide sobre a pessoa e seu contexto, buscando ampliar a sua significação global. Assim, o conteúdo do discurso é analisado, considerando suas implicações ideológicas “envolvendo a situação comunicativa em que o texto é produzido, indo além do que é dito e escrito” (ORLANDI, 2001, p. 19). A AD parte da análise das condições de produção quando não separa a exterioridade do contexto em que a pessoa está inserida e a formação ideológica para o enunciado. Haja vista que os sentidos mudam a cada vez que são expressos.

A AD surge em meio a um clima muito desafiador, tendo como objetivo criar instrumentos de leituras de sentidos das múltiplas realidades vividas pelas diversas pessoas em vários lugares do planeta, que estavam em condição de controle social, intelectual e político. Eram realidades que a AD apresentava – e ainda hoje apresenta –, como uma junção de interesses coletivos em busca da afirmação dos direitos políticos e humanos a partir da análise dos sentidos gerados. Foi um período no qual, vários intelectuais – como Pêcheux<sup>17</sup> e Foucault<sup>18</sup>, entre outras pessoas –, passaram a refletir as realidades da sociedade de então. E, sobretudo, a partir de suas produções acadêmicas atizarem o anseio pela liberdade expressão, pelas afirmações políticas libertárias, pela busca de autonomia social.

Finalmente, a AD tem como interesse e como a fonte de análise reflexiva do discurso. Ou seja, o ambiente teórico que se considera como principal meta a ser analisada são os questionamentos inerentes à história, ao sujeito e a expressão linguística de uma determinada cultura ou sociedade. Dessa forma, após ter apresentado as fundamentações históricas e teóricas da AD, buscaremos fundamentar o objeto de nossa análise nos conceitos fundadores dessa disciplina com o desejo de ajudar na compreensão de como se deve compreender a posição do sujeito, em relação ao enunciado, os efeitos de sentidos a partir do diálogo com a Teologia da Libertação e a prática do exercício de cidadania desenvolvido por essas juventudes do meio popular.

## 1.2. Discurso: conceitos e definições

O discurso é principal foco e objeto que a Análise do Discurso se ocupa. Segundo

<sup>17</sup> Michel Pêcheux, filósofo francês, fundador da Análise do Discurso. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/home/lerArtigo.lab?id=48&cedu=1>; acessado em: 30/05/2016.

<sup>18</sup> Michel Foucault, filósofo francês militante que se envolvia com as causas da sua época, produzindo obras na perspectiva de questionar e provocar a sociedade acadêmica do seu tempo. Nascido em 1926 vindo a morrer em 1984. Foucault é tido como um dos pais da AD.

Fernandes, é preciso uma dedicação rigorosa para buscar compreender o que esse conhecimento propõe como método (FERNANDES, 2008, p. 12). O termo discurso faz parte do nosso cotidiano e é muito utilizado para expressar vários sentidos. E o autor acrescenta ainda que:

para compreendermos discurso como um objeto no qual se ocupa uma disciplina específica, objeto de investigação científica, devemos romper com essas acepções advindas do senso comum, que integram nosso cotidiano, e procurar compreendê-lo respaldados em acepções teóricas relacionadas a métodos de análise. (FERNANDES, 2008, p. 12).

No fundo, a AD ultrapassa a língua, o texto em si mesmo, não se expressa de maneira desassociada a aspectos sociais e ideológicos. Pelo contrário, pois, o contraditório, e sua relação com a coerência do texto, é expresso a partir dos aspectos políticos, sociais ou religiosos que são defendidos e afirmados por sujeitos divergentes que se opõem acerca de uma mesma temática.

Assim, observamos, em diferentes situações de nosso cotidiano, sujeitos em debate e/ou divergência, sujeitos em oposição acerca de um mesmo tema. As posições em contrates revelam lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos, e a linguagem é a forma material de expressão desses lugares. Vemos, portanto, que o discurso não é a língua(gem) em si, mas precisa dela para ter existência material e/ou real (FERNANDES, 2008, p. 13).

Normalmente, associa-se à classe política um discurso falacioso; ou um discurso de esquerda ou de direita. Na perspectiva política, o discurso em geral é facilmente associado à mentira que é, segundo algumas pessoas, usada para o convencimento do voto. Nas vivências religiosas mais diversas podemos encontrar os discursos conservador, liberal e libertário a depender do segmento que a pessoa devota contemple como resposta para as suas indagações pessoais referentes à fé que deseja seguir e professar. Ainda considerando as Tradições dos Livros Sagrados, a quem faça uso de uma interpretação literal do texto para fortalecer o discurso de dominação. Assim, a partir dessa referência pode ser feita leituras conservadoras da fé. Ou seja, há uma diversidade de formas discursivas para definir o lugar que se fala, quem discursa e suas respectivas ideologias. Segundo Helena Brandão (2009, p. 2):

A palavra discurso tem diferentes significados. No sentido comum, na linguagem cotidiana, discurso é simplesmente fala, exposição oral, às vezes tem o sentido pejorativo de fala vazia, ou cheia de palavreado ostentoso, bonito.

Dessa forma, o discurso é exterior a quem fala. Mas se faz dependente de um idioma, de uma expressão linguística, para poder existir materialmente. O discurso em sua definição se diferencia do esquema da comunicação com seus elementos e sua mensagem, quando define o esquema constituído de: emissor que transmite sua mensagem (a informação),

receptor que assimila e interpreta a mensagem recebida, mensagem em forma de código que se formula a partir dos elementos das realidades – o referente –, e a mensagem em si mesma (ORLANDI, 2001, p, 20 - 21). Assim:

Para a Análise do Discurso, não se trata apenas de transmissão de informação, nem há essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação, como se a mensagem resultasse de um processo assim serializado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a. Na realidade, a língua não é só um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, nem pampouco eles atuam numa sequência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica etc. Eles estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque. “Desse modo, diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afastados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e procuração de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção de realidades etc (Idem, p. 21).

É fundamental identificar e refletir a AD a partir das seguintes questões feitas por Brandão (2009, p. 3):

- 1.O discurso “deve ser compreendido como algo que ultrapassa o nível puramente gramatical, linguístico”, ou seja, ele extrapola os limites do texto; 02. Para se formular o discurso é preciso ter informações para além do conhecimento linguístico. Ou seja, “conhecimentos de assuntos, temas que circulam na sociedade”;
- 2.Há a contextualização do discurso, pois o enunciado só tem significado a partir do contexto que foi produzido;
- 3.A responsabilidade do discurso é do sujeito – um EU. É o sujeito que determina a característica do discurso em relação ao que intenciona dizer
- 4.O discurso é imprescindivelmente dialógico, realizado entre duas pessoas, pelo binômio EU-VOCÊ. Ou seja, “A conversação é o exemplo mais evidente dessa interatividade: os parceiros monitoram a sua fala de acordo com a reação do outro”; 06.
- 5.O discurso é o método de atuação sobre as outras pessoas, quando expressamos o nosso desejo de modificar a situação, expressando uma ação pela linguagem. (BRANDÃO, 2009, p. 3).

Para compreender a noção de discurso, precisamos considerar as referências sociais, partindo das expressões ideológicas, e, sobretudo, o seu lugar na história. Dessa forma, podemos afirmar que os discursos não são estáticos, fixos. Antes estão sempre mudando, se movendo, sofrendo transformações sociopolíticas de todas as ordens, influenciando

diretamente na maneira de viver.

Compondo a construção dos conceitos a respeito do discurso, estão intimamente ligadas às noções de sentido, definidas como efeitos de sentidos, entre as pessoas que interagem em si, desenvolvendo um diálogo ou debate. Dessa forma a AD analisa as condições de produção de cada pessoa articulando os efeitos de sentidos a partir das materialidades ideológicas.

Em busca de conceituar a AD, Orlandi vai considerar os objetivos da análise proposta e a natureza do texto para poder tipificar o que determina a análise do mesmo, “são esses fatores, em sua relação, que determinam a tipologia adotada na análise de qualquer discurso”, já que daí surge às condições de produção (ORLANDI, 2003, p. 220).

É inevitável identificar, a partir do lugar social em que as pessoas estão inseridas, uma enorme diversidade de discursos. Isso porque há grandes divergências e lugares comuns do pensamento coletivo. E no mesmo discurso pode-se notar uma grande confluência de discursos ideológicos, dadas coexistência social de sujeitos e grupos numa mesma sociedade em determinado recorte sociopolítico e histórico. Assim surgem os “conflitos, as contradições, pois o sujeito, ao mostra-se, inscreve-se em um espaço socioideológico e não em outros”, enunciando-se a partir de sua formação ideológica (FERNANDES, 2008, p. 17).

Assim, segundo Fernandes,

O lugar histórico-social em que os sujeitos enunciadores de determinado discurso se encontram envolve o contexto e a situação e intervêm a título de condições de produção do discurso. Não se trata da realidade física e sim de um objeto imaginário socioideológico. (FERNANDES, 2008. p. 19).

Para que iniciemos nossa jornada a respeito da AD, é importante identificar e definir, a partir dos estudos desenvolvidos a respeito da disciplina, os conceitos que complementam a noção de discurso (FERNANDES. 2008. p. 21), que são:

- 1.Sentido, que é resultado dos efeitos percebidos pelos sujeitos envolvidos no diálogo, devendo considerar a mensagem emitida como encerrada em si mesma, levantando, sobretudo, seus possíveis significados;
- 2.Enunciação, posicionamento histórico-ideológico de onde os sujeitos falam e que identificam o ato de dizer algum enunciado por meio de textos, músicas, artes gráficas, arquitetura, etc., marcando o lugar da História e o que se diz; Ideologia, percepção de mundo de determinada pessoa que convive em determinado grupo social numa circunstância histórica. Dessa maneira, diante de quaisquer condições de produção as respectivas ideologias que estão por trás do discurso;

3. Condições de produção: todos os elementos que colaboram para a construção e definição do discurso, levando sempre em consideração os aspectos ideológicos, históricos e sociais que envolvem o mesmo; e, por último,
4. O sujeito discursivo, que resulta dos relacionamentos, da inter-relação sociopolítica. Não é centro do que está sendo dito, antes é o conjunto de múltiplas vozes que se expressam, “o sujeito é polifônico e é constituído por uma heterogeneidade de discursos”

### 1.3. Concepção do Sujeito

Entendemos ser de grande importância considerar cada fase da AD para uma boa definição do sujeito. Isso porque decorre dessas noções de discursos, a partir dos seus respectivos períodos, podemos abordar adequadamente as diferentes noções de sujeitos e as subjetividades que lhes diga respeito. Na perspectiva da AD, entendemos que o sujeito se faz presente, na base dos trabalhos de pesquisas acadêmicas, com base na compreensão do assujeitamento do mesmo a partir das formações discursivas, das condições de produção e, claro, das ideologias identificadas nos enunciados.

Cabe explicitar mais o que vem a ser evidência do sentido e evidência do sujeito. A primeira, utilizada para designar coisas, através das palavras, elimina seu cunho material, abrindo espaço para uma confluência de interpretações possíveis a partir de quem as interpreta, e do contexto em que estão sendo usadas, denominando assim a “formação discursiva”. O sentido das formações discursivas das palavras acontece nas relações, no interdiscurso. A segunda traz à luz o fato de que o indivíduo constitui-se como sujeito com o advento da ideologia. Esta, por sua vez, traduz-se na função da necessária relação entre linguagem e mundo, cujo reflexo mútuo pode ser visto pelo efeito imaginário entre ambos.

São três os períodos de definição do sujeito no percurso histórico da AD. Na AD-1<sup>19</sup>, o sujeito não é compreendido como uma pessoa que fala, detentora de um dispositivo de controle ideológico, como fonte fundante do discurso, por ser gerado por uma “máquina discursiva”. Ele, o sujeito

[...] é concebido como sendo assujeitado à maquinaria [para utilizar um termo do próprio Pêcheux 1983/1990], já que está submetido às regras específicas que delimitam o discurso que enuncia. Assim, segundo essa concepção de sujeito, “quem

<sup>19</sup> As expressões AD-1, 2, 3 são fases do processo que a Análise do Discurso se submeteu para, ao longo da história de sua elaboração, ir definindo/redefinindo seus conceitos acerca dos pressupostos basilares. Quais sejam as definições de sujeito, efeitos de sentido, deslizamento de sentidos, assujeitamento, formação discursiva, etc.

de fato fala é uma instituição, ou uma teoria, ou uma ideologia” (MUSSALIM, 2003, p. 133).

Já na AD-2, há uma mudança na compreensão da formação discursiva de Foucault (1969/1971). Ou seja, já que a FD é compreendida a partir de sua dispersão, o sujeito não se submete ao princípio de unidade, como elementos “ligados entre si”. Aqui o sujeito assume uma diversidade de papéis “de acordo com as várias posições que ocupa no espaço interdiscursivo” (MUSSALIM, 2003, p. 133).

O sujeito, apesar da possibilidade de desempenhar diferentes papéis, não é totalmente livre; ele sofre as coerções da formação discursiva do interior da qual enuncia, já que esta é regulada por uma formação ideológica. Em outras palavras, o sujeito do discurso, ocupa um lugar de onde enuncia, e é este lugar, entendido como a representação de traços de determinado lugar social, é dominado por uma determinada formação ideológica que preestabelece as possibilidades de sentido de seu discurso.

Considerando a AD-1 e a AD-2, no que concernem as diferenças conceituais a respeito do sujeito, podemos afirmar que ambas são influenciadas pela teoria da ideologia que submete o mesmo as formações ideológica e discursiva. Assim, para a AD não existe individualismo. Antes, se afirma a presença do sujeito ideológico, cuja “ideologia se manifesta (é falada), através dele” (MUSSALIM, 2003, p. 134).

A vertente mais atual que busca definir o sujeito no período da AD-3 indica que o mesmo sofre um deslocamento fugindo do estruturalismo, inaugurando uma nova vertente mais atualizada, onde se marca, fortemente, a heterogeneidade, iniciando-se dessa forma o “primado do interdiscurso”. Ou seja, agora o sujeito surge múltiplo, heterogêneo, dividido. (MUSSALIM, 2003, p. 134).

Para que essa relação simbólica com o mundo se estabeleça no âmbito do sentido, é necessário que a língua, passível de equívocos e falhas, se inscreva na história. Tal inscrição chama-se discursividade. Pode-se compreender o sentido como uma relação determinada do sujeito com a história. Sujeito este, tocado pela língua.

Contribuindo para clarear ainda mais os conceitos abordados até então, temos de afirmar que “não há discurso sem sujeito” – caráter da subjetivação – por conseguinte, “não há sujeito sem ideologia” – relação da língua com o exterior. Portanto, a interpretação é a ação responsável pela relação sujeito-língua-história-sentidos, e ideologia e inconsciente estão materialmente relacionados (ORLANDI, 2001, p. 47).

A realidade está intrinsecamente relacionada à ideologia. Para que faça sentido, para que seja considerada como prática significante, a ideologia, em seu modo de funcionamento imaginário, emerge como reflexo da relação do sujeito com a língua e com a história

(ORLANDI, 2001, p. 48).

Considerando o referencial filosófico, o conceito de sujeito é moderno, atrelado aos princípios fundadores do humanismo e aos valores do mundo ocidental. O sujeito funda o conhecimento a partir da faculdade que lhe é superior: o pensamento. Sendo assim, segundo Pequeno, em seu artigo “O Sujeito dos Direitos Humanos”, ele, o sujeito, em primeiro lugar, é constituído de pensamentos e sua existência decorre, exatamente, pela constituição daquilo que pensa. Ou seja, “ao viver em um mundo também habitado por outros indivíduos, o sujeito é obrigado a respeitar os direitos alheios e cumprir os deveres necessários à vida em sociedade”, constituindo e sendo constituído pelo pensar pessoal e coletivo (PEQUENO, 2012, p. 2).

As relações humanas vão sendo fortalecidas à medida que se firma o papel do sujeito na sociedade. E, sobretudo, quando se consideram nessa perspectiva os direitos fundamentais para uma sobrevivência digna no coletivo social. Pois, naturalmente, se atribui as pessoas à importância de fortalecer as relações interpessoais a partir dos desejos e do respeito às diferenças. Isso porque nos definimos a partir de nossas decisões e interesses sociais. Ou seja, nossas escolhas, pautadas em alguma medida por nossos posicionamentos ideológicos e sociais, é que vão nos afirmar no mundo em que vivemos, em contato e em relacionamento, com outras pessoas. Somos comunidade, sociedade, porque partilhamos de muitas consciências e, conseqüentemente, interesses de múltiplos sujeitos sociais.

Na busca de conceituar o sujeito na AD, precisamos levar em conta que o mesmo é constituído a partir de suas relações sociais. Ou seja, o sujeito se constitui a partir de suas relações religiosas, políticas, afetivas, relações de trabalho e estudo. Isso, tendo sempre uma posição ideológica a partir do lugar que emite a sua fala. O sujeito é formado a partir do seu cotidiano, a partir da maneira como se relaciona consigo, com as outras pessoas e com a sociedade de seu tempo. Dessa maneira, fica entendido que o enunciado sempre estará atrelado a algum posicionamento ideológico. Ou seja, como afirma Mussalim (2003, p. 137):

O sujeito não é livre para dizer o que quer, a própria opção do que dizer já é em si determinada pelo lugar que ocupa no interior da formação ideológica à qual está submetido, mas as imagens que o sujeito constrói ao enunciar só se constituem no próprio processo discursivo.

Na AD podemos considerar que o sujeito não dispõe de uma total autonomia em si mesmo. Antes, sua fala está interligada ao contexto como resultado do seu processo histórico e linguístico. Essa é a forma-sujeito histórica que corresponde a nossa atualidade e que representa bem essa contradição do sujeito e sua liberdade de produção de sentidos. No fundo, uma pessoa que se faça “sujeito” do discurso sempre será constituída a partir de sua relação

com quem e com o meio em que convive. Ou seja, jamais será a fonte inicial e única do discurso e de seus sentidos. Sendo assim, o sujeito estará sempre vivendo a incompletude como propriedade; e disso resultará a afirmação de sua identidade. (FERREIRA, 2001, p. 22). Assim, segundo Orlandi, ele – o sujeito – sempre expressará determinada contradição, pois:

[...] é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas; pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabe-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento.  
 [...] Para não ser apenas uma concepção intemporal, a-histórica e mesmo biológica da subjetividade – reduzindo o homem ao ser natural – é preciso procurar compreendê-la através da sua historicidade. E aí podemos compreender essa ambiguidade da noção de sujeito que, se determina o que diz, no entanto, é determinado pela exterioridade na sua relação com os sentidos (ORLANDI, 2001, p. 50).

Os sujeitos<sup>20</sup> desta pesquisa são jovens, moças e rapazes, vinculados a várias vivências religiosas ou não religiosas, praticantes e não praticantes de alguma de alguma religião, movimentos e organizações populares que lutam por seus direitos coletivos. Analisaremos suas relações com o ambiente virtual em busca de concretizar mundo mais justo e equânime para todas as pessoas. Suas lutas diárias não somente por direitos específicos da causa das juventudes brasileiras, mas buscando transpassar esses limites, incorporam em suas ações os direitos das pessoas negras, das mulheres, de pessoas idosas, das questões das sexualidades, das causas ecológicas e, sobretudo, o direito à cidade, essas pessoas-sujeitos serão identificadas em dois vídeos específicos colhidos no ambiente virtual do “youtube.com”, que são: “Águas do Jaboatão<sup>21</sup>”, postado em 26 de julho de 2012, produzido por jovens do bairro de Santo Aleixo, com o apoio da Rede Ecumênica de Juventude, da Visão Mundial, do Serviço Anglicano de Diaconia e Desenvolvimento. Este vídeo busca identificar e denunciar os problemas do Rio Jaboatão, visando colocar em debate questões ligadas a ecologia e espiritualidade; e o segundo vídeo que será analisado por este trabalho é o “Estado Laico: é a gente que faz!<sup>22</sup>”, produzido pela Rede Ecumênica de Juventude, com a participação de jovens de várias regiões e, também, de múltiplas experiências e vivências religiosas no Brasil, que busca debater o Estado laico como garantia de direitos ligados a práticas religiosas autônomas e livres sem interferência do Estado. Esse vídeo foi produzido com o apoio da

<sup>20</sup> Falaremos melhor sobre essas pessoas, suas motivações e causas no segundo capítulo e no corpus analítico que será desenvolvido no último capítulo desta dissertação.

<sup>21</sup> Vídeo curta disponibilizado no Youtube.com, “Águas do Jaboatão”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UfIzZvAW9ek>>. Acessado em: 15/06/2015.

<sup>22</sup> Estado Laico: é a gente que faz, é um vídeo produzido pela Rede Ecumênica de Juventude – REJU, com jovens de todo o Brasil, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IzmJFep-ytA>>, acessado em: 15/06/2015.



Koinonia<sup>23</sup>, FEACTION-Brasil<sup>24</sup>, Coordenadoria Ecumênica de Serviço<sup>25</sup>, Fundação Luterana de Diaconia<sup>26</sup>, Centro de Estudos Bíblicos<sup>27</sup> e Conselho Latino-Americano de Igrejas<sup>28</sup>.

#### 1.4. Sujeito do Inconsciente – a ilusão

Dando continuidade a construção metodológica deste trabalho, é importante observar o que nos diz a psicologia, enquanto ciência que estuda os comportamentos e as mentes humanas, a respeito do sujeito. E mais, particularmente ainda, a respeito do inconsciente. Pois é aí que consta a máxima já referida por Freud, segundo Arrivé, de que o inconsciente é linguagem (ARRIVÉ, 2000, p. 13). O que devemos considerar a partir de agora é o sujeito “dividido, um sujeito como efeito de linguagem, falado pelo inconsciente” (MARIANI, 2008, p. 143.). Assim

[...] o sujeito enquanto constituído pela linguagem, não é a causa nem a origem e si mesmo. A Análise do Discurso faz a crítica desse “eu” como totalmente consciente de si, desse ego imaginário como fonte dos dizeres. Pêcheux (1988), ao retomar Lacan e Althusser, dirá que o sujeito quando diz “eu”, o faz inserido no teatro da consciência, ou seja, a partir de sua inscrição no simbólico e inserido em uma relação imaginária como o que lhe é dado a ser, ver, agir, pensar. Tal relação estabelecida com a realidade é da ordem do simbólico e o impede de perceber ou reconhecer sua constituição pelo outro, ou seja, o sujeito não percebe que se encontra convocado a se colocar no simbólico, a partir de sua constituição pelo próprio simbólico para dizer “eu” e se referir a um mundo já simbolizado. (MARIANI, 2008, p. 144).

Mesmo sabendo que para a AD e para a Psicanálise as ideias de sujeito e de linguagem são primordiais para se compreender o trajeto percorrido para a formação da subjetividade, há uma distinção prática na forma de conceber esse processo já que

Lacan trabalha o sujeito do inconsciente como efeito da linguagem, enquanto Pêcheux coloca o efeito-sujeito como ponto nodal em seu trabalho que incorpora o histórico-ideológico como constitutivo da materialidade significante (MARIANI, 2008, p. 144).

É certo que vivemos numa estrutura linguística que nos condiciona a constituição da subjetividade, isso ocorre a partir de um “distanciamento” necessário entre as palavras e as coisas, nos deparamos com a lógica significante que “representa o sujeito para outro

<sup>23</sup> Disponível em: <<http://koinonia.org.br/quem-somos/sobre-koinonia>>, acessado em: 19/01/2016.

<sup>24</sup> “O FEACTION-Brasil é um Fórum Ecumênico composto por igrejas, conselhos de igrejas e organizações ecumênicas, que busca fortalecer o campo ecumênico, ao promover ações que favoreçam o diálogo entre culturas e promova a justiça, a paz e o equilíbrio ambiental.” Informação obtida na página do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs. Disponível em: <<http://www.conic.org.br/portal/noticias/964-fe-brasil-nota-de-apoio-aos-tupinamba>>. Acessado em: 19/01/2016.

<sup>25</sup> Sobre a CESE, acessar: <<http://www.cese.org.br/>>.

<sup>26</sup> Sobre FLD, acessar: <<http://www.fld.com.br/>>.

<sup>27</sup> Sobre o CEBI, acessar: <<http://www.cebi.org.br/>>.

<sup>28</sup> Sobre o CLAI, acessar: <<http://www.clai.org.br/>>.

significante”. Essa é a lógica “do funcionamento significante em sua operação de representar o sujeito”. Esse processo dialógico sempre deixa fissura, falhas, o resto não compreensível, assimilável que sempre volta em busca de materialidade, buscando embasar-se na língua (MARIANI, 2012, p. 54). Isso porque,

Somos submetidos a um modo de estar na cultura, na civilização – modo de controle da pulsão e de perda de gozo –, ou em outras palavras somos submetidos a sentidos já constituídos na historicidade e na cultura (Ibidem).

Assim, desde o início, a AD dialoga com a Psicanálise na construção de seus “fundamentos epistemológicos” tendo a reflexão do sujeito com base em Lacan. Assim, segundo Mariani (2012, p. 54),

Esse atravessamento, por um lado, remete ao fato de que o conceito discursivo, como efeito de sentidos entre locutores, pode ser apreendido em relação à lógica do funcionamento do significante que opera estruturando o inconsciente como uma linguagem;

Na busca de uma definição mais ampla a esse respeito, o Dicionário de Psicanálise define o sujeito como o “Ser humano, submetido às leis da linguagem que o constituem, e que se manifesta de forma privilegiada nas formações do inconsciente” (CHEMAMA, 2002, p. 208). E continua,

Assim, o sujeito, para a psicanálise, não sabe o que diz, nem mesmo que o diz. Freud interpreta esses fenômenos, em ruptura com o curso “normal” da realidade, como mensagens cifradas a serem decifradas. (CHEMAMA, 2002, p. 209).

Mas, o sujeito é resultante de uma linguagem, de uma relação com a fala, considerando a língua materna como modelo da estrutura do inconsciente, podemos afirmar que esta é de tamanha importância à medida que se analisa a língua materna de cada pessoa como referência da formação do inconsciente. Nesse sentido a busca pela conceituação de inconsciente em Lacan, segundo Avirré (2000, p. 14), é paradoxalmente simples e complexa. Segundo o autor, Lacan denuncia essa complexidade em vários momentos em que busca conceber a estrutura do inconsciente.

Arrivé analisa a trajetória de Lacan para identificar o conceito de sujeito para Psicanálise. Ora Lacan indica que o inconsciente é como a linguagem; ora busca afirmar que o mesmo não pode ser estruturado por uma linguagem. Assim, o grande desafio é identificar de que forma para Lacan se constitui o inconsciente e quais as contribuições para a formação do sujeito da AD.

No entanto, é importante considerar que esse sujeito é submetido às condições de produção, isso porque será sempre interpelado pela ideologia. Mesmo tendo a ilusão da

autonomia não é de fato livre como pensa ser. Assim, não existe separação entre a existência da ideologia e o questionamento que o sujeito é submetido. Pelo contrário, ambos se constituem a partir da ideologia.

[...] se o sujeito se constitui através do assujeitamento é pelo sujeito que a ideologia torna-se possível já que, ao entendê-la como prática significativa, concebe-se a ideologia como a relação entre sujeito, língua e história na produção dos sentidos (FERREIRA, 2001, p.12).

Nesse contexto se questiona o papel do analista do discurso, que não é o de submeter ao divã o sujeito. Pois, como diz Mariani (2012, p. 58), isso é da responsabilidade da Psicanálise e de quem a estuda e prática. Antes, é o de perguntar quais “os sentidos que são fixados para o sujeito, costurados na cadeia significativa?”. Isso considerando sempre o seu contexto histórico e sua formação social.

Orlandi (2005, p. 99), identifica que três disciplinas científicas servem de base para o conhecimento que dá forma a subjetividade do sujeito. Pois ela, a partir dessa base, pode ajudar a “compreender como a língua acontece no homem”, sendo estrutura a partir do discurso, “dito de outra forma, o acontecimento significativo que é o discurso tem como lugar fundamental a subjetividade”.

Assim, essa base que dá sustentação a AD é composta por três conhecimentos que se complementam: “O marxismo (que afirma a não-transparência da história), a psicanálise (que mostra a não-transparência do sujeito) e a linguística (que se constitui na não-transparência da língua)” (ORLANDI, 2005. p. 99).

Dessa forma, na perspectiva da psicanálise sua grande contribuição é a de provocar “o deslocamento da noção de homem para a de sujeito” que se constitui em sua relação simbólica na história (ORLANDI, 2002, p. 20).

É muito importante a afirmação de Orlandi (2005, p. 102), quando diz que o sujeito em sua constituição é submetido ao simbólico, a língua em si mesma, mas que é preciso deixar claro que não somos apreendidos “pela língua enquanto sistema formal”, mas sim pelo “jogo da língua na história, na produção de sentidos”. Ou seja, o sujeito na AD é levado ao cenário da existência, da consciência, para aí encontrar sentido. Assim existe uma complementaridade que produz sentido a partir da forma material, considerando a língua e a história. Ou seja,

[...] algo do plano da existência produz essa possibilidade junto ao que dá linguagem. E em que sujeito e sentido se constituem. Se, de um lado, a linguagem tem sua parte na injunção ao significar, de outro, o mundo exerce sua força inexorável (ORLANDI, 2005. p. 102).

Finalmente, é inegável afirmar que a ideologia afirma o discurso. Mas ao mesmo tempo tem sua ligação direta com a exterioridade, pois faz parte da constituição do discurso e sua prática. Da parte do sujeito não há uma consciência da presença da mesma. Mas sem ela não pode existir “manifestação do sujeito”, pois daí surge a formação discursiva que o controla, permeando a linguagem. Pois, “tanto a crença do sujeito de que possui o domínio de seu discurso, quanto a ilusão de que o sentido já existe como tal, são efeitos ideológicos” (ORLANDI, 2005, 102).

Assim sendo, para a AD o que importa como fundamento para a análise é esclarecer que o “eu” do sujeito não é o “a priori”, antes o que se coloca como ponto de partida é o “outro”, considerando sempre a linguagem e a História enquanto memória. Pois o que interessa para a AD é compreender o assujeitamento pela condição ideológica vivenciada na História.

### **1.5. O sujeito da ideologia**

É importante destacar a ideologia como uma das questões cruciais da Análise do Discurso. Essa presença ideológica encontra sentido na interpretação que se faz dela. O sentido está intimamente relacionado à interpretação. Interpretação esta que o ser humano faz, naturalmente, mediante qualquer objeto simbólico, e que aparenta uma evidência de sentido como se sempre estivesse estado presente. Dessa forma a ideologia para a AD implica em

Estando os sujeitos condenados a significar, a interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais e eternas, daí resultando a impressão do sentido único e verdadeiro (ORLANDI, 2002, p. 96).

Segundo Orlandi, “a ideologia é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos”. Para legitimar-se enquanto sujeito, o discurso deste precisa ser perpassado pela ideologia. Complementando, M. Pêcheux refere que na estrutura do inconsciente do ser humano existe uma dissimulação interna da própria existência, produzindo “evidências subjetivas”. O termo “subjetivas” trata do que constitui os sujeitos. Isto demonstra a necessidade de se estudar o discurso a partir de uma teoria materializada, concreta, com a qual seja possível trabalhar esse conceito de evidências subjetivas (dos sujeitos) e a dos efeitos de sentidos (ORLANDI, 2001, p. 45),

Orlandi continua dizendo que:

O que aparece ao sujeito como sua definição mais intensa e essencial é justamente o que o submete: quanto mais centrado o sujeito, mais cegamente ele está preso a sua

ilusão de autonomia ideologicamente constituída. Quanto mais certas, menos possibilidades de falhas: não é no conteúdo que a ideologia afeta o sujeito é na estrutura mesma pela qual o sujeito (e o sentido) funciona (ORLANDI, 2001, p. 104).

A AD visa sempre ressignificar, a partir da linguagem, seu ponto central que é a noção de ideologia. Tendo como marco a linguagem, tratando assim, segundo Orlandi, de uma definição discursiva de ideologia. Dessa forma, não havendo sentido sem interpretação, confirma a presença ideológica do enunciado. Da mesma maneira que diante de qualquer objeto simbólico a pessoa é levada a questionar: o que se quer dizer com isso? Ou seja, sempre haverá uma interpretação ideológica dos fatos (ORLANDI, 2001, p. 45).

Mas, ao mesmo tempo, como diz a autora:

Nesse movimento de interpretação o sentido aparece-nos como evidência, como se ele estivesse sempre lá. Interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-a no grau zero. Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico. Por esse mecanismo – ideológico – de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparência – como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. Esse é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência (ORLANDI, 2001, p. 45).

Partindo da ideologia, buscando a definição de sujeito, podemos afirmar que a mesma faz parte, ou produz condição para a formação do sujeito e dos sentidos. Ou seja, “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer”. Por outro lado, paradoxalmente, o sentimento de que somos sujeitos busca apagar a realidade de que somos interpeladas no cotidiano, enquanto pessoas, pela ideologia (ORLANDI, 2001, p. 46). Dessa forma Orlandi ainda afirma que:

Para pensarmos a ideologia, nessa perspectiva, pensamos a interpretação. Para que a língua faça sentido, é preciso que a história intervenha, pelo equívoco, pela opacidade, pela espessura material do significante. Daí resulta que a interpretação é necessariamente regulada em suas possibilidades, em suas condições. Ela não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. A interpretação não é livre de determinações: não é qualquer uma e é desigualmente distribuída na formação social. (ORLANDI, 2001, p. 47).

Se considerarmos a conjunção entre a ideologia e as expressões linguísticas – fala, língua –, podemos perceber, a partir da AD, como a construção gramatical desenvolve um ideal de coerência, como se fosse completa em si mesma, construído a partir do imaginário, ou melhor, da ilusão, do sujeito como senhor de suas próprias palavras, como se tivesse total domínio sobre as mesmas. Mas, sabemos que não há determinismo no que se diz. Nesse sentido o sujeito não domina, ou melhor, contra o subjetivo da linguagem, dessa forma, devemos sempre levar em conta a dimensão histórica e psicanalítica. Assim, embora a

ideologia seja o elemento determinante do sentido, estando sempre no interior de todo e qualquer discurso, em si ela não se faz exterior ao discurso. Antes, porém, se faz “constitutiva da prática discursiva”.

Como afirma Ferreira a respeito da ideologia:

Entendida como efeito da relação entre sujeito e linguagem, a ideologia não é consciente, mas está presente em toda manifestação do sujeito, permitindo sua identificação com a formação discursiva que o domina. Tanto a crença do sujeito de que possui o domínio de seu discurso, quanto a ilusão de que o sentido já existe como tal, são efeitos ideológicos (FERREIRA, 2001, p. 17).

Há, portanto, uma concorrência entre a língua, a história e a ideologia na materialidade discursiva. Ao mesmo tempo em que não há transparência entre os sentidos, a linguagem e os sujeitos. Dessa forma, na AD, não vigora a perspectiva psicológica do sujeito consigo mesmo. Sendo assim, com esse atravessamento da linguagem e da história, pela perspectiva do imaginário, o sujeito tem a ilusão de que compreende o todo, mas só tem acesso limitado ao que diz. Porque

Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua, à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos (ORLANDI, 2001, p. 48).

Nesse sentido, entendemos que o ideológico é provocado pelo trabalho da memória e perpassando o esquecimento, pois é só quando ocupa o lugar do anonimato que o que foi dito pelo sujeito toma sua forma literal, encontra a impressão do seu possível sentido. Não se eliminando instantaneamente os sentidos. Pois provoca efeitos diversos para as pessoas envolvidas no processo de formação discursiva. Pois os sentidos, “fazem efeitos diferentes para diferentes interlocutores” (ORLANDI, 2001, p. 50).

## **1.6. O silêncio**

Essas juventudes aqui pesquisadas e suas causas políticas trabalhadas aqui na perspectiva da AD, observando os critérios de reivindicações por direitos e garantia de políticas públicas, poderiam silenciar diante dos problemas e desafios diários que são submetidas. Motivos elas tem de sobra para se submeter a esse silenciamento. Aliás, podemos reconhecer que por imposição de um sistema educacional, em via de regra, silenciador, essas pessoas jovens – moças e rapazes, envolvidas com o monitoramento de políticas públicas –, são levadas a silenciar desde a sua formação escolar, quando não são instigadas aos questionamentos e as críticas, até mesmo quando são inseridas no mercado de trabalho

quando são submetidos a um sistema exploração trabalhista que não respeita seus direitos básicos.

Aliás, historicamente, nos últimos anos, a prática de política brasileira é baseada na censura e no silêncio, pois só recentemente o Brasil saiu de um sistema de Ditadura Militar<sup>29</sup>. Silêncio esse facilmente quebrado nos dias atuais pelos meios de comunicação encontrados nas redes sociais. Mesmo assim, a eficácia desse grito que ecoa da periferia requer um processo árduo e resistência para que se garanta a dignidade dessas juventudes. Por isso, um dos primeiros desafios é o de romper com o silêncio. Ou, até mesmo, como meio de denúncia das arbitrariedades praticadas por quem governa. Isso porque, há uma ambiguidade comum às palavras e ao silêncio. Isso porque nem tudo que silencia deixa de se dizer o que tentou silenciar. Como diz Orlandi (2002, p. 101), “O silêncio, como dissemos, não é transparente. Ele é tão ambíguo quanto as palavras, pois se produz em condições específicas que constituem seu modo de significar”.

Assim, é importante investir tempo para refletir sobre o papel do silêncio nas relações entre movimentos sociais, especificamente buscando observar o que foi silenciado no discurso dessas juventudes presentes nos dois vídeos analisados, e as instâncias públicas de governo. Sobretudo, nas cobranças das políticas públicas voltadas para esse segmento da sociedade. Qual a forma desse silêncio? Se o mesmo foi imposto historicamente sobre essas pessoas. Ou se, pela conjuntura sociopolítica, elas se viram silenciadas na perspectiva de aguardar o melhor momento da denúncia. Que tipo de silêncio é esse que se encontra em ambos os vídeos?

Esse silêncio encontrado faz parte da maneira como essas pessoas se afirmam na sociedade, em diálogo com o meio em que vive, como consequência de uma reação refletida a partir da linguística. Esse silêncio é fundamental, faz parte da base dos movimentos humanos em seu processo histórico. Assim, nesse contexto, é importante observar o que diz Orlandi (2002, p. 102), a respeito dos princípios da análise do silêncio, quando afirma que “o silêncio não fala, ele significa. É, pois, inútil traduzir o silêncio em palavras; é possível, no entanto, compreender o sentido do silêncio por métodos de observação discursivos”.

E continua dizendo ainda que “considera duas grandes divisões nas formas do silêncio”: “a) o silêncio fundador; e b) a política do silêncio. O fundador é aquele que torna toda significação possível, e a política do silêncio dispõe as coisas entre o dizer e o não dizer”.

---

<sup>29</sup> O Brasil sofreu durante 21 anos um forte regime militar de controle sociopolítico que teve seu início nos anos de 1964. Vale a pena ler “A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais”. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-15.pdf>>. Acessado em: 27/03/2016.

E esta última, a política do silêncio diferencia duas subdivisões, que são: “a) o constitutivo (todo dizer cala algum sentido necessariamente); e b) o local (a censura)”.

Orlandi continua, ainda, a respeito desses princípios basilares a respeito do silêncio na perspectiva da AD

O silêncio não é ausente de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio(s). (ORLANDI, 2002, p. 102).

E por último, ela afirma que “o silêncio e o implícito não são a mesma coisa”. Assim em nossa pesquisa é de suma importância analisar as formas de silêncios e, ao mesmo tempo, como essas juventudes se posicionam a partir do que discursam nos vídeos selecionados. Assim, consideraremos também, nesta pesquisa, não o implícito, o “não-dito”, mas sim aquilo que por ventura seja colocado de lado, que sofra algum tipo de exclusão, que possamos identificar nos discursos emitidos quando possam ser “apagados ou colocado de lado” (ORLANDI, 2002, p. 103).

De alguma forma essas pessoas sofrem algum tipo de censura que pode ser no âmbito social, político e religioso. Não mais atrelada ao tipo de censura que decorra de uma ameaça de um sistema de governo militar. Mas a opressão fruto do que identificam como sendo uma condição imposta de injustiça e desrespeito às diferenças religiosas e sociopolíticas. E assim, colocadas a partir do risco de confrontar os sistemas governamentais quando identificam problemas sociais, denunciando o desmando político e exigem seus direitos; dessa forma isso implica também em exposição de si mesmas, das causas que militam e das instituições com as quais estão envolvidas.

Nos discursos religiosos encontrados em ambos os vídeos essas pessoas jovens emitem posicionamentos ideológicos que confrontam o que é naturalizado e formatado como normativo. Ou seja, o lugar do conforto social é abalado por suas denúncias que podem advir da fala, mas também do silêncio. E nós trataremos de demonstrar como os sentidos são assimilados por essas juventudes e como podem sofrer algum tipo de silenciamento quando esses sentidos não são ditos. Mesmo quando, como diz Orlandi (2002, p. 108), sofrem algum tipo de silenciamento. Pois, sobretudo, estamos considerando o processo de resistência e confronto diante dos sistemas impostos, e por consequentes, naturalizados como se não pudessem ser passíveis de mudanças. Sobretudo, mudanças exigidas pelo povo.

E Orlandi (2002, p. 109) – mesmo sua análise acontecendo, como indica o artigo usando para embasar nossa reflexão acerca do silêncio, no contexto da Ditadura Militar, e a



respectiva situação dos movimentos sociais naquele período histórico, a partir da MPB –, indica que esse conceito de silêncio nos serve ainda hoje, em nosso contexto social, por haver outras formas de silenciamento, do “não-dito”, que precisamos colocar em foco a partir das experiências expressa nos vídeos produzidos em questão. E continua a dizer a autora:

Há uma relação sentido/discurso social, sob a censura, que se estabelece de forma que signifique o que é preciso não dizer. Há um trabalho histórico do sentido sobre o discurso social, pelo discurso da resistência, que produz uma espécie de reversão do discurso social, sem no entanto negá-lo (ORLANDI, 2002, p. 113).

Assim, é de nosso interesse compreender as reais motivações que animam essas juventudes a produzir, mesmo com suas limitações tecnológicas, um trabalho tão bem elaborado e denunciador que conta, de maneira minuciosa, específica e cuidadosa, quais os anseios atuais pelos quais lutam e dedicam suas vidas.

## **2. Teologia da Libertação e a Análise do Discurso de linha francesa: um diálogo possível?**

Sabemos que a Teologia da Libertação, de agora por diante TL, contribuiu diretamente com a formação política de nossas juventudes militantes no período da Ditadura Militar. Também em consonância com o que ocorria na época de suas primeiras elaborações, seus primeiros esboços, o que motivava a reflexão de uma nova forma de fazer e viver teologia era exatamente as causas das pessoas marginalizadas e esquecidas.

Essa vertente teológica sempre se posicionou politicamente como sendo de esquerda. E por isso, sofreu grandes críticas. No dizer de Boff (1996, p. 9), “a Teologia da Libertação é o casamento da Igreja com os pobres”.

Segundo Boff,

Nos anos 70 a grande preocupação era com o pobre e o oprimido material, social e político. A libertação integral tinha que passar pelas libertações histórico-sociais, sem as quais não escaparia da alienação e do espiritualismo (1996, p.12).

Percebe-se que, em grande medida, o percurso de construção, que está ocorrendo até a atualidade, da TdL tem por principal causa, a reflexão e ação teológica em constante diálogo com as carências sócio-política com a humanidade. Ainda mais forte a questão ecológica, isso surgindo pelos anos 90 do século passado, já se colocava como sendo uma das suas principais

pautas. O que hoje chamamos de ecoteologia social<sup>30</sup> seguiu num processo histórico de formação desde o início da TdL. Como diz Boff (1996, p. 12), “a Terra não aguenta mais a dilapidação sistemática de seus recursos”.

Segundo Regidor (1996, p. 17), essa Teologia nasce na América Latina e parte para um encontro com a realidade sociopolítica de sua época. Em seu centro estão as causas sociais, ou seja, suas principais motivações são “Movimento popular, o despertar dos oprimidos, a conscientização dos povos empobrecidos e a sua organização para lutar contra a pobreza”.

Assim como a AD, no desejo de repensar os parâmetros da linguística, a TL surge com o interesse de repensar e refazer a trajetória da teologia a partir da América Latina. Talvez aqui, pelo interesse de repensar seus princípios e propor uma nova maneira do fazer teológico para América do Sul, motivados pela efervescência política e social dos anos 60, após Concílio Vaticano II<sup>31</sup>, podemos encontrar uma convergência histórica entre a TL e a AD. Dessa forma,

Os teólogos da libertação frisaram que a teologia que eles fazem é uma das expressões de um novo modo de ser homem e mulher, de um modo de viver e ver o mundo do ponto de vista da periferia, dos povos empobrecidos e oprimidos, do Sul. Ela é, portanto, a primeira teologia latino-americana e, de modo geral, a primeira teologia da periferia, do Sul do mundo. (REGIDOR, 1996, p. 18).

Se por um lado, a TL vai refletir a práxis cristã da Igreja desde o início até os nossos dias, por outro a AD poderá nos ajudar a analisar esse discurso teológico e apontar os assujeitamentos, as condições de produção, a formação discursiva, e, sobretudo, os efeitos de sentidos resultantes do trabalho de conscientização sociopolítica realizados pelas juventudes envolvidas na pesquisa desta dissertação, a partir de suas postagens de vídeos no “youtube.com”, como já dissemos. E, de maneira mais particular, a militância de pessoas jovens que não tem, por garantia, o acesso às políticas públicas garantidas por nossa Constituição. Haja vista a maneira com nossas juventudes são vitimadas pelos sistemas políticos no que concernem as políticas públicas voltadas para essa faixa etária. Pois, como diz Boff, sobretudo, quando nos concentramos na Análise de Discursos do vídeo “Águas do

<sup>30</sup> Conceito também trabalhado nos últimos tempos por Leonardo Boff quando analisa as questões ligadas a pobreza e a miséria. Disponível em: <<http://leonardoboff.com/site/vista/outros/ecologia-social.htm>>. Acessado em: 29/01/2016.

<sup>31</sup> Concílio Ecumênico Vaticano II que ocorreu no dia 11 de outubro de 1962, convocado pelo Papa João XXIII, tendo seu término em 1965. Segundo Pe. Libânio, era vontade do Papa que o Concílio fosse: ecumênico, pastoral, baseado no diálogo, e que visasse atualizador, visando a atualização (*aggiornamento*). Aulas sobre o Concílio Vaticano II, disponíveis no Canal Loyola. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NUpkcl-GZfg>>. Acessado em: 04/04/2016. Também é possível acessar documentos do referido concílio na própria página do Vaticano. Disponível em: <[www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/index\\_po.htm](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm)>.

Jaboatão”, por uma questão estritamente ecológica, devemos considerar duas urgências, sendo a:

dos pobres a partir deles mesmos, como sujeitos aliados que assumem organizados, conscientizados e articulados com outros aliados que assumem a sua casa e sua luta; e o outro, da Terra, mediante uma nova aliança do ser humano para com ela, num relacionamento fraternal/sororal e com um tipo de desenvolvimento sustentável que não destrua o capital da Terra, respeite os diferentes ecossistemas e garanta uma boa qualidade de vida às gerações presentes e futuras (BOFF, 1996, p. 114).

Por outro lado, as questões ecumênicas e de diálogo inter-religioso, que encontramos no vídeo da REJU, “Estado Laico, é a gente que faz”, devem ser observadas e analisadas a partir da perspectiva do respeito às diversidades religiosas. E ambas, a TL e a AD, nos ajudaram a analisar esse discurso a partir de um viés das Ciências da Religião. Nesse sentido essa dissertação se propõe a fazer a análise do discurso sociopolítico-religioso encontrado na prática militante dessas juventudes, expostas claramente em mídias sociais, pela trajetória de evidências essa ciência busca tratar a partir da análise dos fenômenos religiosos e suas interligações com a vida a partir da prática de crença, ou de negação da fé, de cada pessoal. Isso porque nossa cultura ocidental, como diz Meslin (2014, p. 66) a sociedade contemporânea, a partir das experiências vivenciadas pela cultura de cada povo em seu devido tempo, implicou, num período forte de negação de Deus pelo humanismo ateu, em rupturas da relação humana com as respectivas divindades. Assim, o autor afirma que essa secularização faz com que nossas sociedades não reconheçam “mais na religião de coesão sociocultural, nem a de regulação ética das relações inter-humanas”.

Quando Meslin passa a analisar a relação entre Religião e Cultura, ele afirma que

Os laços que regem as relações entre religião e cultura são tão complexos quanto inevitáveis, ora marcados por uma violenta oposição, ora por um desejo real de aproximação. A própria história dessas relações coloca o problema capital da autonomia eventual de uma com relação à outra em nossas sociedades modernas. (Meslin, 2014, p. 67).

Ora, essa relação entre pessoa e sua respectiva cultura e prática religiosa, como podemos perceber é um campo que possibilita o conflito histórico da pretensão humana de identificar e codificar suas divindades. E, ao mesmo tempo, entrar em conflito com elas, porque no fundo não passa de expressão de si mesma e de suas limitações. Dessa forma, percebe-se que essas diversidades religiosas, que está presente no campo do ecumenismo e do diálogo inter-religioso, possibilitada, antes de tudo, pelas diversidades de muitas crenças, dadas as experiências de dominação, segundo Libânio, propicia mais opressão que libertação, o que deveria ser o pressuposto de toda prática religiosa. Se por um lado, temos uma constatação dessa diversidade e pluralidade de vivências de fé, por outro lado, no fazer ou

pensar suas respectivas teologias, ou pretende-las, o contraditório se dá no fato de querer dominar ou controlar as vontades e querereres das pessoas que seguem determinada confissão de fé. E isso fica mais claro e forte quando se junta, nesse mesmo arcabouço, o tempero da política. Essa mistura entre fé e política pode ser observada como instrumento de dominação e opressão humana. Mas, no entanto, ambas deveria propiciar, de fato, libertação (2001, p. 122). Nesse sentido, cultura e tradição se fundem na expressão de fé que deveria ser libertadora.

Ora, as Igrejas e instituições religiosas, no campo das Ciências da Religião, deveriam possibilitar, a partir da prática de fé e política e diante de um contexto de neoliberalismo que prevalece como premissa ideológica de formação política de nossas juventudes atuais, uma reflexão sólida e libertadora a partir do povo marginalizado que vive a margem, como denúncia de um sistema opressor que se projeta sobre essas realidades. Isso dito por Libânio parece indicar que é imprescindível e urgente denunciar a opressão dominadora de sistemas injustos e anunciar uma salvação libertadora e que proponha igualdade entre todas as pessoas.

Dessa forma, ter a pretensão de estabelecer um diálogo entre AD e as Ciências da Religião implica, necessariamente, em se dispor a utilização da diversidade caminhos teóricos a partir das diversas possibilidades metodológicas e da devida análise de contextos sociopolíticos que vivenciamos em nossa contemporaneidade. Desse modo, segundo Filoramo e Prandi (1999, p. 17, 18)

Como qualquer realidade humana, também a realidade das religiões revela – na história milenar por nós conhecida –, junto com a mudança contínua de ritos, de crenças, de formas sociais religiosas, a persistência de estruturas e comportamentos: dos mitos aos processos simbólicos, que desafiam o desgaste do tempo e a devastadora relativização própria do devir histórico.

[...] os comportamentos e as crenças religiosas demonstram possuir uma lógica própria e formas próprias de autorregulamentação, isto é, de repropor – usando uma dicotomia tirada da linguística –, junto com mecanismos e leis típicos de uma *langage*, também mecanismos e comportamentos típicos de uma *langue* religiosa. Ou seja, como toda realidade humana, também a realidade das religiões apresenta, para investigação empírica, duas faces, igualmente constatáveis e humanamente fundadas, que ameaçam escapar da rede que não é historicista.

Finalmente, esse percurso analítico proposto nesta dissertação, deve priorizar como o discurso de fé, política e militância social as militâncias sociopolíticas e religiosas que convergem, explicitamente, nesses dois trabalhos, fruto da vida dessas pessoas jovens. E de como essa ação pode influenciar nas mudanças concretas no cotidiano de militância juvenil ligada a Igrejas e instituições religiosas a partir de um diálogo ecumênico e, até mesmo, a partir de uma possível teologia pensada a partir do espaço inter-religioso. E, evidentemente, isso a partir de um possível diálogo estabelecido entre a TL e a AD enquanto ciências humanas, visando, sobretudo, um “politeísmo metodológico” (FILORAMO e PRANDI, p.

13). Isso levando em conta o que diz Vigil (2006, p. 437) a respeito da TL

Quando falamos da teologia da libertação, na realidade não falamos simplesmente de uma teologia, ou seja, de uma ciência ou disciplina acadêmica, e sim de uma disposição, um espírito, uma espiritualidade, uma óptica. Falamos sobretudo de pessoas, grupos, comunidades, movimentos sociais que se sentem animados por esse espírito, que às vezes se reconhecem interpretados por essa teologia e que, em todo caso, descobrem-se comprometidos no processo histórico de libertação.

## 2.1. Análise do discurso político feito nas Mídias Sociais pela militância jovem que se articula em Rede

O advento da tecnologia e ainda mais a proliferação do acesso às redes sociais, possibilitou as juventudes, por se tratar do público alvo desses meios de comunicação, a melhor maneira de demonstrar suas insatisfações diárias. Desde um problema focal de relacionamentos humanos, até mesmo o confronto com lideranças políticas e suas respectivas formas de governar, estão sendo “postadas” na Rede.

No Brasil, mais especificamente a partir o ano de 2005, do governo do presidente Lula<sup>32</sup>, no intuito de fortalecer as ações juvenis é criado o Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE<sup>33</sup>, que desde então busca mobilizar, a partir de movimentos e organizações sociais, partidos políticos e instituições religiosas jovens de todas as regiões do Brasil visando fomentar a luta por políticas públicas. (Sublinhado – Orientações indicadas pela professora Emanuela e pelo professor Sérgio).

As mobilizações também acontecem por parte de grupos e segmentos sociais de cunho mais conservador e de extrema direita que discute as perspectivas dos direitos juvenis a partir do esforço pessoal, a partir do conceito tão divulgado em nossos dias, ou seja, definindo como resultado do esforço pessoal, e não como uma questão de Estado, o resultado da ocupação de um espaço acadêmico e profissional. Ou seja, como meritocracia. Esse mesmo grupo, motivados também por questões político-partidárias, também pede o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Agora, tanto os movimentos posicionados à Esquerda quanto o de Direita se fazem ouvir, com certa liberdade, por meio das mídias sociais. Numa busca rápida, podemos encontrar uma grande articulação, via redes sociais, das diversidades de causas sociais e militâncias possíveis. Desde as questões de gênero (questões refletidas pelo LGBTs, por

<sup>32</sup> Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil no período de 2003 à 2010. Para conhecer a trajetória do presidente Lula, vale a pena, conhecer a página do Instituto Lula. Disponível em: <<http://institutolula.org/#>>. Acessado em: 28/03/2016.

<sup>33</sup> Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/conjuve/o-que-e#.VvkqrPkrLIU>>. Acessado em: 28/03/2016.

movimentos de mulheres negras, dos povos indígenas entre outros), passando pelas causas ecológicas e das diversas juventudes.

No caso deste trabalho acadêmico estaremos colocando em questão a militância da REJU e do MJPOP, a partir de suas de suas articulações realizadas nas redes sociais num momento político em que as juventudes brasileiras estão se mobilizando para reivindicar suas pautas políticas a partir desse espaço de Redes. Nesse espaço podemos encontrar movimentos juvenis voltados a posicionamentos mais radicais, contrários aos Direitos Humanos. Podemos perceber isso, quando nos deparamos com o *slogan*, tão difundido e defendido por esses setores: “Direitos humanos para humanos direitos”. Assim mesmo, com motivação encontrada em personagens emblemáticas do cenário político brasileiro, essas pessoas são capazes de defender a pena de morte, a redução da maioridade penal e o acesso mais facilitado ao porte de armas. Inclusive, vale considerar que esses três temas, já estão tramitando no Congresso Nacional como Projeto de Lei, visando alterar na Constituição Brasileira essas questões tão polêmicas.

Um exemplo da causa jovem que podemos citar, realizado potencialmente no espaço de mídias sociais, no Brasil, foi o protagonizado pelas juventudes do Estado de São Paulo, contra as mudanças na área de educação, proposta pelo governador Geraldo Alckmin, no segundo semestre de 2015<sup>34</sup>. Com ocupação em grande parte das escolas públicas daquele estado, jovens se mobilizaram contra os planos de mudanças impostos pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. As mídias sociais foram imprescindíveis e importantes para a formação da opinião pública. Com vídeos feitos a partir de celulares e publicados em sites como “youtube.com”, “instragram.com” e “facebook.com”, com o apoio de artistas, Jornalistas Livres<sup>35</sup> que se utiliza de blogs, perfis nas redes sociais para fazer uma nova linha alternativa de editorial de reportagens<sup>36</sup> mais a esquerda, e com a participação de pessoas das mais variadas profissões como colaboradoras, além de suas mães e pais. As juventudes de São Paulo enfrentaram o governo estadual e reivindicaram a sua pauta de interesses, sobretudo, na perspectiva da Educação do Estado, conseguindo mudar as propostas impostas pelo governo

---

<sup>34</sup> Anjos Rebeldes, Tv Brasil. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=necSPQchYXk>>. Acessado em: 01/02/2016.

<sup>35</sup> Movimento Jornalistas Livres. Segundo a página do movimento suas origens, ações e posicionamentos políticos se definem a partir da diversidade de coletivos sociais engajados: ‘Jornalistas Livres somos uma rede de coletivos originada na diversidade. Existimos em contraponto à falsa unidade de pensamento e ação do jornalismo praticado pela mídia tradicional centralizada e centralizadora. Pensamos com nossas próprias cabeças, cada um(a) de nós com sua própria cabeça. Os valores que nos unem são o amor apaixonado pela democracia e a defesa radical dos direitos humanos’. Disponível em: <<http://jornalistaslivres.org/>>. Acessado em 06/04/2016.

<sup>36</sup> Aqui vale indicar o importante papel da página que cobriu o movimento dando outras versões dos fatos ocorridos. Disponível em: <[www.jornalistaslivres.org](http://www.jornalistaslivres.org)>.

Alckmin, e exigindo diálogo aberto com a sociedade como agentes de decisão dos caminhos da gestão pública.

No espaço virtual do “youtube.com” podemos encontrar um universo de postagens de vídeos amadores com os mais diversos temas. Desde assuntos defendidos por movimentos e pessoas de linhas conservadoras até vídeos produzidos por organizações e movimentos sociais os mais variados. É nesse espaço de livre acesso e publicações que a Rede Ecumênica de Juventude e o Monitoramento Jovem de Políticas Públicas divulgam suas produções que têm o objetivo de propagar suas metodologias. Esse não deixar de ser um espaço desafiador para a Análise do Discurso com bastante material disponível para análise. Nesses vídeos podemos observar como as juventudes envolvidas na luta pelas causas sociais estão construindo o seu discurso, sua <sup>37</sup>formação discursiva, e, sobretudo, os efeitos de sentidos encontrados nessa pesquisa, a partir de suas falas, partindo do pressuposto analítico de que todo sentido implica necessariamente em interpretação<sup>38</sup>. Nós nos deteremos a analisar os dois vídeos específicos, já indicados anteriormente, a luz da AD, com o objetivo de compreender e analisar os acontecimentos sociopolíticos ocorridos nos últimos anos e compartilhados, que visam confrontar ou monitorar as políticas públicas impostas para a sociedade como se não fosse necessário abrir uma linha de diálogo entre os governos e as pessoas.

Diante da diversidade de temas abordados no “youtube.com”, entendemos que esses dois Movimentos Sociais sintetizam bem o comportamento sociopolítico das pessoas envolvidas com as respectivas causas. Nosso recorte, para análise estará atrelado ao interesse de indicar, dentro de nossa contemporaneidade, as trajetórias que nossas juventudes estão seguindo para poder garantir seus direitos e viabilizar a execução de políticas públicas que garantam a qualidade de vida digna para elas.

Nesse sentido, de maneira focal e a partir do “youtube.com”, estaremos trabalhando no funcionamento da utilidade dessa cultura digital, enquanto espaço que pode mensurar a produção qualitativa dessas duas produções amadoras, em relação às possíveis percepções analíticas feitas por quem acessar esses dois vídeos institucionais a partir das formações discursivas encontradas nos vídeos.

Nossa análise, dos dois vídeos no “youtube.com”, buscará identificar, também, as possíveis tensões e polêmicas desses trabalhos, que visam à formação sociopolítica das pessoas envolvidas em diálogo permanente com a sociedade.

---

<sup>37</sup>. Orlandi, Eni P. Discurso e Texto: Formulação e circulação de sentidos / Eni P. Orlandi – Campinas, SP: Pontes, 2001, p. 24.

<sup>38</sup> Idem, 2001, p. 19

## **2: MOVIMENTOS DE JUVENTUDES EM REDE, AÇÕES COLETIVAS DE LUTA PELA VIDA E TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO**

### **2.1. O Espaço urbano como lugar de missão juvenil e Teologia da Libertação**

A ausência de políticas públicas como garantia de direitos e de qualidade de vida é algo constatado nas periferias dos centros urbanos. Mesmo reconhecendo o empenho das instâncias públicas na busca de garantir e executar esses direitos, o que se tem feito até o momento ainda é insuficiente diante da realidade vivenciada pela maioria das pessoas que vivem à margem da sociedade, em situação de risco e vulnerabilidade social.

Os indicadores do censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a página da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes, e mais especificamente o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, identificam as condições das pessoas que moram em situação de periferia a partir do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), e mais especificamente a Unidade de Desenvolvimento Humano<sup>39</sup> (UDH), analisando o contexto urbano do município de Jaboatão dos Guararapes<sup>40</sup> e mais ainda o bairro de Santo Aleixo<sup>41</sup>. Isso é importante para conhecer e perceber o grau de vulnerabilidade que as juventudes dessa localidade estão submetidas e conhecer as causas que motivam essa ação sociopolítica de monitoramento de políticas públicas. Ou seja, nesse contexto, essas pessoas jovens ficam diante de um ambiente de periferia onde é comum ter acesso a drogas e a violência. E que, ao mesmo tempo, mostra-se como cenário ideal para se compreender a luta por garantias de Direitos Humanos. Ora, essa vulnerabilidade social está ligada intrinsecamente ao fato do aumento de violência e extermínio de pessoas jovens na cidade de Jaboatão dos Guararapes, como bem indica a reportagem do Jornal do Commercio publicada em janeiro de 2016, quando traz o seguinte tema: “Jaboatão ainda é o município mais

---

<sup>39</sup> Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH), indica a conjuntura dos bairros de Engenho Velho, Santo Aleixo, Socorro. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_udh/22562](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_udh/22562)>. Acessado em: 18/11/2013.

<sup>40</sup> Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o município de Jaboatão tem uma população de 644.620 pessoas, numa extensão territorial de 258,694 km<sup>2</sup>, com uma densidade demográfica de 2.491,82 (hab/km<sup>2</sup>). Sendo que na área urbana dessa cidade residem 630.595 pessoas, das quais, 112.619 jovens do gênero masculino, com idade de 10 a 29 anos. E 117.362 jovens do gênero feminino na mesma faixa etária. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=260790&idtema=1&search=pernambuco|jaboatão-dos-guararapes|censo-demografico-2010:-sinopse->>. Acessado em: 18/11/2015.

<sup>41</sup> Na página da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes essa Região é definida como Jaboatão Centro e é composta por doze bairros de periferia da cidade. Disponível em: <<http://www.jaboatao.pe.gov.br/jaboatao/regionais.aspx>>. Acessado em: 18/11/2013.



perigoso da RMR”<sup>42</sup>.

Nesse sentido, a partir dos dados encontrados no IBGE quanto à evasão escolar, expectativa de vida e vulnerabilidade social, denota-se aí, como diz a pesquisadora Tania Pacheco, a indicação de uma fragilidade social que resulta numa composição de Racismo Ambiental onde as maiores vítimas são as populações pobres, remanescentes quilombolas e indígenas, que migram de seus ambientes de origem visando o progresso, terminando nas periferias das Regiões Metropolitanas das capitais do Brasil. E mais ainda as populações negras que vivenciam diariamente o resultado dessa discriminação socioambiental quando é o principal grupo atingido, diretamente, às pessoas jovens. Segundo Pacheco:

Para negar a essa realidade o caráter de Racismo Ambiental, teríamos que deixar de lado bem mais que nossas críticas às condições de saneamento, acesso à água potável e à coleta de lixo, à falta de equipamentos urbanos adequados, incluindo escolas e postos de saúde, e aos sempre presentes riscos de deslizamentos ou de contaminação química, entre outros, que caracterizam esses aglomerados populacionais. Muito mais que isso, teríamos que esquecer a História (PACHECO, 2014).

Dessa forma, é possível associar a periferia uma má qualidade de vida. Já que as juventudes existentes nesses espaços geográficos lutam pela sobrevivência, diante, na maioria das vezes, da presença ineficiente do Estado. Isso porque essa ausência de garantia de políticas públicas resulta em risco de vida das pessoas que residem nesses locais. E mais risco e vulnerabilidade ainda considerando crianças, adolescentes e jovens.

Em que pese o tema de violência cometida contra jovens, o Mapa da Violência “Jovens do Brasil”, de 2014, indica que há lugares em que a violência homicida “não é um fenômeno natural, um tsunami” onde a única saída é se proteger da melhor forma possível para se preservar a sobrevivência diante da catástrofe. Pelo contrário, diz que a elaboração e a aplicação adequada de políticas públicas garantiriam a preservação de suas vidas (WAISELFISZ, 2014. p. 178). Vejamos o que diz a esse respeito:

A emergência desses novos polos de crescimento, atraindo e gerando emprego e renda, tornam-se também atrativos para a violência e a criminalidade por serem áreas onde os mecanismos da segurança eram precários ou incipientes, sem experiência histórica e aparelhamento das novas configurações da violência. Os saldos migratórios positivos desses novos polos originam também grandes contingentes de população flutuante, com escassas raízes familiares e culturais, gerando condições favoráveis de inserção violenta nos novos ambientes (2014. p.178).

Viver nesses espaços urbanos de pobreza e miséria facilita a exposição dessas

---

<sup>42</sup> Matéria do Jornal do Comércio. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2016/01/07/jaboatao-ainda-e-o-municipio-mais-perigoso-da-rmr-215722.php>>. Acessado em: 30/05/2016.

peessoas à situação de risco e de vulnerabilidade diante da cultura de violência perpetrada como sendo algo naturalizado.

Essas juventudes, mesmo sabendo do empenho e esforço de governantes para garantir seus direitos, são, ao mesmo tempo, negligenciadas pelas instâncias públicas no âmbito Municipal<sup>43</sup>, Estadual<sup>44</sup> e da União<sup>45</sup>, quando não dá a atenção necessária para tratar e forma eficaz os problemas e as demandas sociais que envolvem essas pessoas. Visto que as prefeituras definem como subsecretarias ou Secretarias Executivas as pastas alocadas em instâncias de administração maiores e mais complexas que demandam atenção em várias frentes sociais, tais como: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Mobilização Social e Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude do Estado de Pernambuco. Ou seja, não existe uma Secretaria de Juventudes onde os problemas sejam resolvidos de maneira técnica e adequada. Sendo assim as perguntas que são feitas pelos movimentos e organizações sociais juvenis são: nessa configuração de secretarias executivas, como é possível tratar, de maneira eficaz, questões urgentes voltadas para essa faixa etária? E ainda, como gerir e mediar políticas públicas voltadas para juventudes se não há um órgão eficaz para tratar suas temáticas?

Como em toda periferia, é forte a presença de segmentos religiosos no bairro de Santo Aleixo e arredores. Constatamos a presença de Igrejas históricas, como Batistas<sup>46</sup>, Presbiterianas e Pentecostais<sup>47</sup> e neopentecostal<sup>48</sup>; além das Igrejas Católicas, Anglicana<sup>49</sup> e

---

<sup>43</sup> A Prefeitura dispõe uma “Secretaria Executiva Direitos Humanos, Políticas sobre Drogas e Juventude” dentro da pasta denominada de Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Mobilização Social. Devido a grande demanda de políticas públicas voltadas para juventudes percebemos que não há prioridade em tratar dos assuntos voltados para essa faixa etária. Disponível em: <<http://www.jaboatao.pe.gov.br/jaboatao/secretarias/secretaria-municipal-de-desenvolvimento-e-mobilizacao-social/>>. Acessada em: 18/11/2015.

<sup>44</sup> O governo de Pernambuco dispõe da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude e nela existem as secretarias executivas que tratam das temáticas juvenis: Secretaria Executiva de Políticas para a Criança e Juventude (SEPCJ) e a Secretaria Executiva do Sistema Socioeducativo e Fortalecimento dos Conselhos (SESSFC) que buscam tratar de maneira específica as questões voltadas para as juventudes. Disponível em: <<http://www.sedsdh.pe.gov.br/web/sedsdh>>. Acessado em: 18/11/2015.

<sup>45</sup> No âmbito nacional nota-se uma fragilização da Secretaria Nacional de Juventude, gerando a necessidade de publicar, por parte do Conselho Nacional de Juventude, o “Manifesto dos movimentos sociais em defesa da Secretaria Nacional de Juventude”, em defesa dos interesses juvenis. Disponível em: <[http://juventude.gov.br/conjuve/inicial/manifesto-dos-movimentos-sociais-em-defesa-da-secretaria-nacional-de-juventude#.Vk0syL-VH\\_g](http://juventude.gov.br/conjuve/inicial/manifesto-dos-movimentos-sociais-em-defesa-da-secretaria-nacional-de-juventude#.Vk0syL-VH_g)>. Acessado em: 18/11/2015.

<sup>46</sup> São duas as mais fortes, além de várias outras menores espalhadas pela Região, que são: Primeira Igreja Batista de Jaboatão. Disponível em: <<http://www.pibaja.net/>>. Acessado em: 26/11/2015; E, uma mais recente, denominada de Igreja Batista Central de Jaboatão.

<sup>47</sup> É muito forte a presença da Igreja Assembleia de Deus na Região. Dividida em “setores” essa Igreja realiza Congressos de Jovens visando especificamente à afirmação e propagação da fé, a exemplo do 8º Congresso de Jovens em Jaboatão realizado de 17 a 19 de julho de 2015, com o lema bíblico: “Jovens chamados para adorar a Deus” (Daniel 3.28)’. Disponível em: <<http://www.leadpe.org.br/index.php/departamentos/areas-e-setores/838-8-congresso-de-jovens-em-jaboatao-setor-10>> Acessado em: 19/11/2015.

<sup>48</sup> Apesar de fazer parte de instituições religiosas fortes, como é o caso da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e da Igreja Mundial do Poder de Deus (IMPD), em suas páginas virtuais nada consta sobre algum

Romana<sup>50</sup>; e Centros Espíritas além de Comunidades<sup>51</sup> de terreiros como Candomblé e Umbanda. Assim, percebe-se a adesão e a participação engajada de jovens em todos esses movimentos religiosos. Mas, a partir de pesquisas realizadas pela internet, em páginas dessas instituições, pouco se encontrou como ação planejada que denotasse uma perspectiva sociopolítica no sentido ajudar as juventudes a lutar por seus direitos. Percebemos assim, que o potencial juvenil de transformação sociopolítica é negligenciado por essas instituições religiosas que desenvolvem trabalho no bairro de Santo Aleixo e redondezas quando priorizam apenas um trabalho de catequese.

No entanto, essa força jovem é evidenciada, de maneira negativa, pela mídia<sup>52</sup> sensacionalista que fortalece o conceito de que ser pobre, negro e de periferia já está direcionado a viver à margem da sociedade. O que é uma condicionante social resultante de anos de opressão, submissão, descaso e falta de políticas públicas acessíveis.

Por isso, em nossa sociedade, jovens de periferia figuram como agentes de violência nos centros urbanos, sendo estigmatizado como ameaça para as pessoas de posse econômica e de bairros mais abastados. Há um muro sedimentado com essa argamassa social, que indica diferenças econômicas e falta de prioridades políticas ocasionando um verdadeiro distanciamento dessas duas realidades: a dos bairros de periferia e dos bairros nobres da cidade, fortalecendo o mito de que a primeira ameaça à segunda.

Nesse contexto, entender as ações políticas como uma estratégia dialógica entre práxis cristã e a ação de luta por direitos de políticas públicas pode contribuir para a transformação das realidades comunitárias. Assim, devemos considerar essa práxis cristã, que busca dialogar com o meio social em que a Igreja esteja inserida – em particular podemos

trabalho específico para as juventudes no bairro. O máximo que fazem é a indicação dos endereços dos seus templos. Disponível em: <<http://www.universal.org/enderecos/busca/jaboatao-dos-guararapes/>>. Acessado em: 20/11/2015.

<sup>49</sup> A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Diocese Anglicana do Recife, mantém há vinte anos o Ponto Missionário da Liberdade na região, Sendo os últimos 08 anos no bairro de Santo Aleixo. No período de 2012 a 2014 buscou desenvolver trabalhos comunitários com jovens do bairro. Algumas ações desenvolvidas nesse período podem ser vistas no Blog da Liberdade. Disponível em: <<http://pontomissionario.blogspot.com.br/>>. Acessado em: 19/11/2015.

<sup>50</sup> É mais antiga na Região com vários projetos sociais voltados para juventudes desenvolvidos pela congregação salesiana. Historicamente essa Igreja, a partir de seus trabalhos sociais, contribui para mudar a realidade de jovens da Região a partir de Escolas, oratórios e centros comunitários. Disponível em: <<http://www.inspetoriasalesiana.com.br/dinamicas/casas2.php?id=12&lstEstado=>>>; e disponível em: <<http://www.inspetoriasalesiana.com.br/dinamicas/casas2.php?id=13&lstEstado=>>>. Acessados em: 26/11/2015.

<sup>51</sup> Essas instituições, presentes também no bairro, como são de criação mais espontâneas e menos institucionalizadas indicaram dificuldade de obter informações mais específicas em páginas virtuais.

<sup>52</sup> Em Pernambuco identificamos como os dois principais programas, o do repórter Cardinot, “Bronca Pesada”. Disponível em: <<http://tvjornal.ne10.uol.com.br/programa/bronca-24-horas/>>. Acessados em: 26/11/2015. E o Ronda Geral, do repórter Sérgio Dionízio. Disponível em: <<http://www.tvtribunape.com.br/programacao-local#ronda-geral->>>. Acessados em: 26/11/2015.

considerar a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil em sua ação no bairro de Santo Aleixo, Jaboatão dos Guararapes –, a partir das indicações de ações pastorais e de imersão social propostas pelas formas de se vivenciar a fé, em diálogo com as realidades sociais, tendo como referência a TL, em sua maneira de pensar a missão. E nas possíveis indicações apresentadas por essa maneira de se vivenciar a teologia e a eclesiologia, sobretudo, a partir do Vaticano II. Isso, porque, sendo esse um concílio ecumênico, serve como referência para outras vivências da fé cristã. E mais particular ainda, a maneira como se percebe a fé e política a partir da maneira como a TL se apresenta. Esse posicionamento dialógico, práxis cristã e ação por direitos humanos a partir da garantia de políticas públicas (Prof. Emanuela) devem ser levadas em consideração enquanto ação coletiva e comunitária. Pois, podem contribuir para fortalecer o interesse por um trabalho ecumênico e inter-religioso em prol da qualidade de vida de pessoas jovens. Ou seja, essa prática deve levar em conta os pontos comuns encontrados nas diversas formas de se vivenciar, não somente, a fé cristã. Mas todas as maneiras religiosas de se lutar por direitos humanos e fundamentais. Isso se apresenta como um verdadeiro desafio haja vista que cada instituição dessas – religiosa, política ou a própria mídia –, prioriza sua agenda particular. Fortalecendo assim a competitividade institucional, com métodos proselitistas visando apenas garantir a presença de pessoas como seguidoras de sua confissão religiosa.

Quem nasce na periferia sente na pele o descaso político, quando governantes não priorizam com seriedade programas de inclusão social que visem uma estrutura de desenvolvimento justa, com garantias de políticas públicas adequadas, capazes de atender a todas as pessoas, independente da classe social, orientação sexual, tradição religiosa, idade ou etnia. Sobretudo, quando se sabe que essa é uma questão de Direitos Humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>53</sup>, dentro desse contexto de priorizar as políticas públicas voltadas para as pessoas jovens, deve ser tomada como referência no sentido de garantias de direitos. A mesma diz o no Art. III, que “Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. E continua, no que se refere aos direitos políticos:

Todo ser humano tem o direito de fazer parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos. 2. Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país. 3. A vontade do povo será à base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto. (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. 2009).

---

<sup>53</sup> Declaração Universal dos Direitos Humanos. Acessado no sítio <http://nacoesunidas.org/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/>, no dia 08/10/2015, as 15h01.

Nas periferias das grandes metrópoles encontramos muitas histórias de pessoas jovens abandonadas que convivem sob a ameaça de morte, violência doméstica, extermínio de jovens. Moças e rapazes, que vivem à margem da sociedade, sem ter direito a educação, saúde, segurança pública, moradia digna, trabalho e lazer por negligência e falta de vontade pública.

Um dos primeiros dilemas apresentado é a questão da formação escolar e, por conseguinte, a questão de uma oportunidade de qualificação técnica para ingressar no mercado de trabalho. Ficando claro que quando a escolarização é inexistente ou deficitária ainda mais aumentará a dificuldade de alcançar um trabalho digno que valorize a vida dessas pessoas. (ABRAMO; BRANCO; 2005, p. 130).

Isso demonstra que, por mais que o Estado se mobilize para propor mudanças e atualizações de políticas públicas, que alcancem a faixa etária de nossas juventudes, ainda há muito descaso político e falta de compromisso. As instâncias governamentais, mais especificamente do Município conjuntamente com o Estado, deveriam garantir esses direitos para quem reside nesses espaços geográficos e que vive à margem, criando oportunidades de melhorias de vida a partir de um conjunto de ações que visem qualificar essas juventudes esquecidas.

Nesse contexto encontramos instituições religiosas, já identificadas acima, cristãs e não cristãs que vivenciam suas espiritualidades na perspectiva do culto e da adoração sem se importar, diretamente, com a realidade da falta de políticas públicas e com a precarização dos instrumentos públicos. Mesmo lidando diretamente com os resultados dessa desestrutura social em que os bairros de periferia, e aqui nos reportamos especificamente ao bairro de Santo Aleixo, vivem imersos. Antes, criando a dificuldade para entender e encarar a luta diária, como fazendo parte da missão transformadora das pessoas que residem nos bairros, onde essas mesmas instituições religiosas estão implantadas. O que dá a entender que essas Igrejas, Centros e instituições religiosas, em sua maioria sequer propõem alguma reflexão ou fóruns temáticos de enfrentamento as condições de dominação sociopolítica, religiosa e cultural. Mesmo lidando, todos os dias, com a violência e a falta de amparo público que resultam no extermínio de jovens vulneráveis nessa situação de guerra urbana declarada e vivenciada nas ruas.

No bairro, o imaginário religioso continua sendo fortalecido desde a rua até casas. Tudo remete a uma expressão ou vivência de fé. Mas essa experiência, em geral, surge e se afirma com forte cunho conservador, conservador e cheio de intolerância. Tanto que é muito fácil encontrar uma diversidade de Igrejas, Centros Espíritas, Terreiros de Candomblé e

Umbanda como espaços de ligação entre a humanidade e a divindade.

Nesse contexto ecumênico e inter-religioso, é cada vez mais comum encontrar famílias compostas por essa diversidade de vivências religiosas, expressando, em muitos casos, uma total desarmonia por falta de um apoio que facilite o diálogo respeitoso entre as diferenças. Essas expressões de fé já institucionalizadas no bairro, poderiam servir como ambiente alternativo de formação e educação ecumênica e inter-religiosa no sentido de mediar conflitos e propor mudanças fundamentais a partir de um aprofundamento que levasse em conta as demandas das juventudes na perspectiva sociopolítica.

Segundo Burity está ocorrendo uma sensibilização no contexto das demandas sociais e políticas com a participação direta de movimentos religiosos e organizações cristãs. Sendo, ao mesmo tempo, o campo religioso diretamente afetado por essas mudanças e fazendo parte ativa das mesmas, em alguns espaços de maneira conservador e em outros de maneira liberal. Segundo o autor:

Esse efeito tem a ver com a emergência da temática cultural como objeto de debate público e político e como elemento nucleador de formas de ação coletiva. Políticas de identidade, multiculturalismo, ações afirmativas, políticas da cultura, diversidade cultural e pluralismo, diversidade cultural e consumo (turismo, lazer, políticas culturais), novos movimentos sociais, ampliação da política, redes são algumas das referências que compõem o quadro de uma contemporaneidade da qual a religião é parte inseparável, independentemente da avaliação que façamos disso (e há várias em disputa). As perguntas sobre o que está acontecendo e para onde deveríamos ir (ou como nos posicionarmos diante do que acontece) são parte dessa análise. (BURITY. 2008. p. 88).

O tema de políticas públicas, em geral negligenciado<sup>54</sup> pelas Igrejas<sup>55</sup>, em algum momento é abordado fortalecendo e alimentando a perspectiva de negar que existe uma relação intrínseca entre as partes: Igreja, Fé e Política. Ou ainda, afirmando que em nome de uma “santidade” se deve manter distância das questões “mundanas”. Ou seja, o entendimento dessas lideranças religiosas é de que a igreja não deve se envolver com política, muito menos pode haver aproximação entre a fé e a prática política partidária.

No caso de Igrejas e lideranças religiosas cristãs que militam de forma partidária – bispos evangélicos, pastoras, pastores, presbíteras e presbíteros –, muitas vezes exercem um comportamento de política coronelista, indicando, sobretudo, em momentos eleitorais, partidos ou nomes de pessoas candidatas como alternativa de voto para a membresia. É certo que isso não é feito de maneira clara e direta. Antes, se faz pelo método do convencimento

<sup>54</sup> Essa negligência se deve ao fato da resistência frente à necessidade de negar a formação religiosa a partir de uma Teologia engajada e de uma leitura bíblica popular e comunitária comprometida com a realidade do bairro com o intuito de provocar uma formação política.

<sup>55</sup> A partir de agora, vamos nos concentrar mais especificamente no contexto de Igrejas cristãs como espaço de possível formação religiosa considerando a prática de Fé e Política tão bem elaborada pela Teologia da Libertação (TdL), visando identificar os conflitos gerados nesses espaços pela falta de conhecimento do tema.

ideológico a partir da fé e do condicionamento psicológico gerando o voto de cabresto religioso. No ambiente de periferia o ambiente de Igreja surge como alternativa de interação social, de convivência comunitária e até mesmo de lazer. A participação coletiva de pessoas nesse espaço religioso propicia condição suficiente para criar uma adesão política a partir de reflexões bíblicas com possibilidade de influência sociopolítica (RODRIGUES; FUKS, 2015).

Segundo Rodrigues e Fuks, o sistema de governo que é vivido dentro das Igrejas Evangélicas, fazendo inclusive analogia com o sistema verticalizado do militarismo, pode influenciar diretamente na decisão do voto evangélico:

[...] modelos centralizados tendem a transmitir informações para todo o grupo de forma mais eficaz devido ao controle exercido pelo núcleo da rede. Organizações que contam com estruturas similares tendem a apresentar grande potencial de difundir estímulos sem se submeter a intermediações ou reinterpretações de outras instâncias, atingindo todo o grupo de forma direta e padronizada. Por esse motivo, modelos centralizados são mais eficientes na propagação de informações políticas. Essas considerações se tornam particularmente relevantes para a compreensão do voto evangélico, porque, entre as igrejas evangélicas brasileiras, existem denominações altamente verticalizadas, que centralizam as decisões em uma cúpula e mantêm pleno controle sobre as atividades e a comunicação do grupo, e denominações descentralizadas, em que os membros participam ativamente dos processos decisórios e de subgrupos de variados tipos, definindo as principais questões acerca dos rumos da comunidade (Fernandes, 1998). As igrejas tradicionais (Batista, Presbiteriana, Luterana e Episcopal) apresentam, de modo geral, modelos mais horizontalizados de organização eclesial. Diferentemente, as denominações pentecostalizadas (Iurd, Assembleia de Deus, entre outras) contam com um modelo que centraliza poder no corpo eclesial e dispõem de poucos canais de participação dos fiéis em suas atividades. Nesse caso, cabe às lideranças religiosas – aos comitês centrais e aos líderes locais, sobretudo aos pastores – a condução de todas as atividades das igrejas, monopolizando a comunicação com o grupo. (RODRIGUES; FUKS, 2015, p. 5).

Essas indicações de nomes e partidos a serem votados surgem na perspectiva de uma manipulação da liderança e numa condição da violência simbólica, por ser considerada a desobediência como insubordinação passível de disciplina. Podendo tanto sofrer retaliações, pessoas selecionadas e indicadas como candidatas a cargos públicos, quanto quem nelas não votarem caso se rebele contra a proposta manipulada da liderança da Igreja. Assim, assim como se tem o “voto de cabresto”, podemos identificar aí, o “voto de cachado” – referindo-se a relação entre “pastor” e “ovelha” –, mantendo verdadeiros conchavos políticos, que visam apenas favorecer as lideranças dessas instituições, quando buscam dominar a vontade do voto que deve ser livre e independente de qualquer tipo de influência. Sobretudo, a influência religiosa. Mesmo reforçando a ideia de que não deve haver submissão das Igrejas a nenhuma autoridade além da divina. (ORO, 2003, p. 54).

O bairro é um espaço de vida plural e diversa. Encontramos nele todas as expressões

religiosas, políticas e culturais que em sua diversidade se complementam mesmo que ideologicamente se oponham. Sendo assim, a linha de conflito e polêmica é vivenciada constantemente nesse espaço. Nesse sentido, é necessária a presença do Estado garantido o direito equânime das expressões religiosas e da participação política de todas as expressões religiosas e sociais. Como indica Burity, o pluralismo enquanto desafio:

[...] facilita o acesso à esfera política e isto, em circunstâncias de forte peso da religião na vida cotidiana, se expressa em termos de aumento na participação política (representação e presença na tomada de decisões) por parte de indivíduos e grupos/movimentos religiosos; tal participação, contudo, na medida em que incorpora atores com pequena ou nenhuma experiência prévia de exposição à esfera política, corre sempre o risco de importar para o campo político formas de intransigência e imposição muito difundidas no campo religioso, ou de se perder no labirinto das redes clientelistas ou corporativistas da política contemporânea. (BURITY, 2000, p. 38)

Esse é um método de fazer política, no sentido de negar o “ser político”, perpetrado historicamente e imposto pelas lideranças sem a menor possibilidade de questionamento por parte das pessoas crentes e adeptas dessas Igrejas. O que se percebe é que nada se faz sem o aval dessas mesmas lideranças e instituições religiosas; sem o devido jogo de interesses inerente à política antiética, vivenciada em todos os tempos pela humanidade. E ainda mais evidente em nossos dias na era da informação, sobretudo, quando se envolve o nome de Deus, a fé do povo e o direito ao voto, negligenciando até mesmo o Código Eleitoral, quando diz, no artigo 2º, da autonomia de escolha da pessoa eleitora e do poder exercido por ela a partir do voto:

Todo poder emana do povo e será exercido em seu nome, por mandatários escolhidos, direta e secretamente, dentre candidatos indicados por partidos políticos nacionais, ressalvada a eleição indireta nos casos previstos na Constituição e leis específicas. (CÓDIGO ELEITORAL. 1965).

Ora, se falamos de Fé e Política, inevitavelmente, temos de falar de autoridade, autoritarismo e relações de poder. Dentro do espaço de fé, temos as lideranças religiosas que exercem autoridade (yalorixás, babalorixás, bispas e bispos, padres e freiras, pastoras e pastores); e nos espaços públicos, nos poderes legislativo e executivo, temos as pessoas que ocupam esses cargos pela força do voto direto. Após as eleições, gradativamente, quem elege – a eleitora ou o eleitor – que tem o poder de escolher, votar e eleger a pessoa candidata, perdendo a autoridade sobre quem consegue se eleger se dissipando assim todo o imaginário do poder exercido pelo voto.

No instante das eleições, a pessoa que se candidata, se enche do poder do convencimento para garantir a eleição. Tem de se mostrar com maior qualificação e capacidade política para legislar ou administrar os bens públicos e assim garantir a maioria do



voto nas urnas. O diálogo que se estabelece é de intimidade, ou seja, a pessoa candidata fala diretamente a quem tem o poder de elegê-la e sempre no singular. Sendo assim, no pleito eleitoral o poder pertence ao povo e é exercido com o voto nas urnas.

Devemos considerar que parte substancial das campanhas eleitorais é financiada por grandes segmentos e grupos econômicos, ocasionando assim uma fidelidade das pessoas eleitas não ao povo que as elegeram, mas a quem investiu grandes quantias de dinheiro como doações de campanhas<sup>56</sup>.

Por isso, acabadas as eleições, recebido os diplomas e tomadas às devidas posses quem se elege negligencia a vontade e as necessidades do povo. Em grande parte, já não mais se governa ou legisla em função do bem comum ou do interesse das pessoas mais vulneráveis e necessitadas de atenção. Entram em jogo os interesses<sup>57</sup> econômicos das instituições doadoras das campanhas a ser defendidos, sobretudo, pelos poderes Legislativo e Executivo, criando e sancionando leis que beneficiem a essas empresas, como se o povo, a eleitora ou eleitor, já não mais existisse.

Já as lideranças religiosas pentecostais em espaço de Igreja em que o poder é mais verticalizado, por isso mais autoritário, fica mais fácil o controle sobre a escolha do voto. Isso porque a liberdade de expressão de nossas juventudes e o direito a escolha livre de quem votar, é facilmente controlado por pastores presidentes, presbíteros e bispos. Isso porque, ainda segundo Rodrigues e Fuks:

No âmbito de suas igrejas, eles ocupam um espaço organizacional estratégico e dispõem de elevado status em sua estrutura, assegurando privilégios na comunicação com o grupo durante as reuniões que demandam sua intervenção. Isso é particularmente acentuado para o caso das igrejas pentecostais, onde os cultos e encontros de oração são as atividades mais comuns e importantes para a comunidade religiosa, tornando recorrente e intensa a exposição dos pastores e demais lideranças eclesiais ao grupo (RODRIGUES. FUKS. 2015, p. 120).

---

<sup>56</sup> Sobre o financiamento de campanha existe um debate entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Por se tratar de doações milionárias feitas por bancos, empreiteiras, construtoras e mineradoras, o debate gira em torno da influência dessas empresas sobre as leis brasileiras já que esses financiamentos alcançam a todas as instâncias de poder deste Executivo e até Legislativo brasileiro. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/um-baque-contr-o-financiamento-empresarial-veja-a-votacao-do-senado-8519.html>>. Acessado em: 27/11/2015.

<sup>57</sup> Nas eleições para presidência do Brasil, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em sua página de prestação de conta, a candidata Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT) e o candidato Aécio Neves (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB) receberam o montante de R\$ 577.640.364,41 realizado por empresas como Bradesco Leasing S/A Arrendamento Mercantil, Construtoras Andrade Gutierrez, Amil Assistência Médica Internacional S.A., Itaú Unibanco S/A, Votorantim Cimentos S/A, Construtora Noberto Odebrecht S/A; Já o governador eleito do estado de Pernambuco, Paulo Câmara (Partido Socialista Brasileiro – PSB), nessa mesma eleição de 2014, recebeu entre doações de pessoas físicas e de pessoas jurídicas o valor de R\$ 19.064.358,64. Disponível em: <<http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/abrirTelaReceitasCandidato.action>>. Acessado em 28/11/2015.

Esse controle se dá por meio de cabrestos doutrinários e ideológicos, embasados pelo autoritarismo clerical ou pelo medo religioso.

Se levarmos em particular consideração à representatividade, a autoridade e os posicionamentos políticos da Igreja Romana, que durante séculos se estabeleceu como Império e como verdadeiro poder político dominante, podemos constatar que não foi para fortalecer a democracia participativa que as instituições religiosas surgiram. Pelo contrário, historicamente tanto a Igreja de Roma, quanto as demais instituições cristãs protestantes, sempre se posicionaram a favor do fortalecimento dos poderes econômico e político em detrimento do interesse do povo. Ora, assim sendo, tanto essa quanto as demais Igrejas cristãs, mantêm mecanismos de autodefesa teológicos e doutrinários, fortalecendo cada vez mais o clericalismo dominante em detrimento de uma ação evangelizadora comunitária, popular, social e participativa (BOFF, 1981, p. 119).

Não podemos aqui confundir o sistema de governo das instituições religiosas, mais especificamente as Igrejas Católicas e Protestantes, nesse caso considerando a possibilidade de uma junção entre “Fé, Política e práxis cristã”, com o interesse, também político, de transformar uma igreja de sistema de governo eclesiástico episcopal em uma Igreja cuja administração seja congregacional. Pelo contrário, o cerne da questão deve ser analisado a partir do critério do autoritarismo religioso cujo interesse é o dificultar a participação direta do povo nas decisões da comunidade local e a escolha dos caminhos possíveis para a missão de base, delegando a este apenas a participação limitada na liturgia. E dessa forma fortalecer a submissão do povo aos poderes dominantes de governo político secular. Se não, vejamos o que diz Oliveira:

Ao apontar a Igreja como mediação institucional da comunidade católica, assinalamos que aí se encontra a raiz sociológica do autoritarismo eclesiástico. Na medida em que a Igreja fala, age e representa a comunidade diante de Deus e da Humanidade, a comunidade perde sua capacidade de falar e agir por si mesma. Ela abdica de seu poder em benefício da instituição eclesiástica que a representa, sem entretanto exercer controle sobre as autoridades eclesiásticas, já que estas definem a Igreja como instituição de Direito Divino e portanto imune aos procedimentos humanos de controle de poder.

A aplicação do modelo democrático à Igreja refere-se ao controle das autoridades eclesiásticas pela comunidade religiosa. Não mais – nem menos! – do que isso. O modelo democrático nada tem a ver com a supressão da autoridade, e sim com a reciprocidade de poderes entre quem exerce e quem se submete à autoridade constituída. Se é certo que cabe à autoridade o poder de impor-se aos subordinados, cabe a estes o poder de definir limites de sua ação. A autoridade eclesiástica – como qualquer autoridade em um modelo democrático – tem um campo delimitado para o exercício do seu poder. Se ela extrapola esses limites, torna-se ilegítima: deixa de ser autoridade. (OLIVEIRA. 1991. p. 30-31).

Dessa forma, quando não se fortalece a participação de crentes na administração, na reflexão teológica, na construção coletiva da missão da Igreja local, tão pouco se contribuirá

para a reflexão da necessidade sociopolítica de monitorar políticas públicas voltadas para o bem estar da sociedade. E, mais ainda, a políticas que se referem à garantia de direitos das pessoas jovens.

A Igreja Episcopal Anglicana, não sem pecar, querendo refletir sobre o autoritarismo institucional vivenciado ao longo de sua história, vem ao longo dos anos refletindo sobre “autoridade dispersa e compartilhada”. Dom Sebastião Armando, Bispo emérito dessa Igreja no Brasil, nos ajuda a refletir sobre esse tema dizendo que é importante e urgente socializar, fortalecer a relação horizontal, a missão evangelizadora da Igreja, articulando o serviço cristão e comunitário em redes. Visando, sobretudo, o companheirismo e as ações coletivas compartilhadas e executadas com o clero e o laicato em prol do bairro onde a Igreja está inserida. A esse respeito escreveu em sua Carta Pastoral por ocasião do XIX Sínodo da Diocese Anglicana do Recife, sobre autoridade:

Uma igreja em que a compreensão do ministério seja no plural, como roda de dons e serviços, ministério compartilhado que ponha o clero e as pessoas leigas em relação horizontal de irmandade e complementaridade. Para isso, precisamos de clero bem formado, seguro de si, livre, portanto, de mentalidade clerical, de personalismo, de autoritarismo e centralismo, e, ao mesmo tempo, de um laicato bem preparado, sabendo a que veio, com profundidade espiritual, boa educação cristã e até formação teológica, conhecimento da estrutura da igreja, e capacidade metodológica para se portar de maneira responsável e adulta na comunidade eclesial, com plena consciência de seus deveres e direitos, inclusive o de discordar e propor alternativas. (ARMANDO, 2013).

### **2.1.1. Santo Aleixo, bairro de periferia, lugar de esperança**

A das informações apresentadas pelo IBGE<sup>58</sup>, censo de 2010, neste município existe aproximadamente 90 mil jovens entre 15 a 29 anos de idade. Também nesse mesmo espaço geográfico chamado popularmente de Jaboatão Velho, existe a presença do Projeto de Monitoramento Jovem de Políticas Públicas é desenvolvido no bairro de Santo Aleixo que, segundo divisão da prefeitura, faz parte da Regional 01, Jaboatão Centro, compondo 12 bairros populares da Região<sup>59</sup>.

Ora, estando a Igreja inserida no bairro, como foi o caso do Ponto Missionário da Liberdade, no período de 2012 a 2014, em Santo Aleixo, abriu-se possibilidade de diálogo a respeito das demandas jovens da Região, quando se priorizou a escuta das juventudes da

<sup>58</sup>Sítio do IBGE. Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm\\_piramide.php?codigo=260790](http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=260790)>. Acessado em: 16/12/2014.

<sup>59</sup> Página virtual da Prefeitura de Jaboatão dos Guararapes. Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm\\_piramide.php?codigo=260790](http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=260790)>. Acessado em: 16/12/2014.

comunidade, visando saber os anseios, os desejos, as lutas por uma vida melhor e mais digna; por mais consciência sociopolítica e comunitária. Sobretudo, vivenciando uma espiritualidade libertadora e popular pautada pelos princípios da Teologia da Libertação e da participação povo.

Nesse sentido, se articular em rede a partir do bairro e com a facilitação da Igreja, visando garantir a participação de todas as pessoas envolvidas na missão, tem a ver com possibilitar comunitariamente ações efetivas de transformação social e de enfrentamento as injustiças estruturais que esse povo é submetido.

É nesse espaço que surge a necessidade de formação teológica e política que fortaleça o exercício do poder de monitoramento de políticas públicas. Isso na perspectiva de afirmar o direito e de contribuir, de maneira direta, com o gerenciamento de leis formuladas e propostas pelas bancadas que compõem a câmara de vereadores até o Congresso Nacional. Essa demanda é declarada como urgente por esses movimentos sociais que trabalham com crianças, adolescentes e jovens que estamos pesquisando.

Segundo as ações dos movimentos Rede Ecumênica de Juventude e Monitoramento Jovem de Políticas Públicas, a partir de depoimentos colhidos em seus Vlogs e Blogs<sup>60</sup>, mostra que as Igrejas e demais instituições religiosas cristãs e não cristãs do bairro (movimentos e organizações sociais, grêmios estudantis e diretórios acadêmicos, partidos políticos, união e associação de moradores), precisam apoiar a iniciativa populares (fóruns, seminários e audiências livres, públicas e populares), visem informar cada vez mais a população do bairro à respeito de como deve se promover o monitoramento de políticas públicas voltadas para as realidades sociais da população mais necessitada.

Segundo participantes dos dois movimentos, é necessário também, além de participar de conselhos municipais, estaduais e federais, propiciar formação adequada. Esse sentimento de participação política precisa ser nutrido a partir do bairro, pois é importante propor e articular ações coletivas que surjam dessas instituições visando o diálogo com o poder público.

Com essa parceria sendo realizada é possível identificar as prioridades, propor mudanças, contribuir com a qualidade de vida no bairro e denunciar arbitrariedades administrativas cometidas contra os bens públicos visando exercer a fiscalização de forma a pressionar os poderes, Executivo e Legislativo, para uma boa administração em prol da

---

<sup>60</sup> Vlogs, Flogs e Blogs são espaços virtuais que servem como meio de comunicação em rede nos dias atuais. O Vlog é utilizado para postar vídeos; o Flog é utilizado para postagem de fotos; e Blog é um diário virtual onde se publica aquilo que a pessoa responsável julgue interessante compartilhar. São instrumentos bem utilizados pelas juventudes em rede. Os principais são youtube.com, instagram.com e blogspot.com.

sociedade. Assim, pode ser significativa a contribuição das Igrejas com a parceria de movimentos e organizações sociais que capacitam e fortalecem as ações juvenis de monitoramento e fiscalização públicas.

Dessa forma se faz necessário identificar os efeitos de sentidos dessa relação Igreja, Fé e Política, no âmbito do monitoramento de políticas públicas, em relação aos movimentos sociais analisados por este trabalho. Esse trabalho é desenvolvido nos espaços urbanos, não só em Santo Aleixo, mas em rede nacional com outras pessoas jovens, concentrando a atenção em mudanças concretas na qualidade e na preservação da vida das pessoas.

E de maneira mais categórica, é necessário observar as atualizações dessas causas sociais a partir de espaços de vivências religiosas e de fé comunitária. Assim como, mais os movimentos protagonizados por nossas juventudes, com a finalidade de discernir o que é melhor para o bairro e mais especificamente para suas vidas.

Como podemos perceber, essa pode ser uma forma de fazer a missão que se envolva com a fé e a prática política, sem desconsiderar a pessoa humana como agente de sua própria transformação social. Segundo Comblin:

Nas cidades sempre há movimentos organizados para transformar a sociedade. São movimentos de trabalhadores, profissionais, feministas, negros, indígenas, ecológicos, de moradores, de defesa dos direitos humanos, de promoção social de diversas categorias marginalizadas ou excluídas. Vários desses movimentos podem ser promovidos pela Igreja. No entanto, a grande maioria é alheia à Igreja. (COMBLIN, 2002, p. 19)

Ainda continua Comblin, constatando as mudanças sociopolíticas em relação à antiga civilização rural, disse que o vigário – pode incluir aqui também a figura do pastor e de outras lideranças religiosas –, perde posição de autoridade dentro da cidade; e ainda considerando os espaços urbanos e de periferia, essa relação de Igreja e comunidade local é mais complexa e desafiadora. Tomemos como exemplo dessa mudança, nessa relação igreja e pessoas crentes, o que diz o padre José Comblin, a respeito de necessidade de monitorar as políticas públicas:

Na antiga civilização rural do Brasil, o vigário formava parte do grupo das autoridades, junto com o prefeito, o delegado, o juiz. Representava o poder eclesiástico ao lado dos poderes civil e militar. Em algumas cidades do interior, o sistema ainda vigora. No entanto, na vida de cada dia, o poder real do vigário na cidade é mínimo. Convém identificar: onde está o poder? Quais são os grupos que mandam, isto é, que dispõem do dinheiro público? Qual é a política, isto é: como é que se gasta o dinheiro público? Como funciona a polícia e como julgam os tribunais? Qual é a seleção dos funcionários públicos? O que fazem? Prestam os serviços devidos à população? Quais são os grupos que pressionam, questionam, fiscalizam as finanças municipais? (COMBLIN, 2002, p. 19)

Cada vez mais, e sempre respeitando as diversas instituições e experiências de fé, deve-se abrir o leque de ações coletivas, fortalecendo a disposição para estar nesses espaços

de diálogo entre o mundo religioso e as instâncias públicas de poder. Isso para ajudar ao povo a se apropriar politicamente dessas instâncias de governos (municipal, estadual e nacional), articulando e ajudando os movimentos sociais em ações coletivas visando o monitoramento de políticas públicas. E ainda mais, criando espaços de educação alternativa onde as pessoas se sintam impulsionadas a participar de Conselhos Municipais, grupos de monitoramento e articulação política. Além de Igrejas, instituições religiosas cristãs e não cristãs e partidos políticos que trabalhem nessa perspectiva.

Assim, vale atentar, para animar as lideranças religiosas, o que diz Clodovis Boff, em seu livro, *Teologia Pé-no-Chão*, levando em conta o contexto missionário da Igreja Romana em uma determinada região específica do Brasil, quando escreveu:

O teólogo é esse adivinho que perscruta as entranhas da existência para aí descobrir os sinais do Divino. Ele é o detetive do Mistério. O explorador do Reino no seio do mundo. (...) É porque Mistério habita e salva tudo. Eis aí o que mais importa. Não é a publicidade dos grandes gestos, mas sim a humildade, a fidelidade ao Senhor do Reino na prática quotidiana. E a política e toda revolução se devem fazer com a mesma naturalidade e despreensão como quando se põe a mesa ou se limpa o jardim (Ibdem, 1993, pp. 14; 19).

Podemos entender essa ação política como sendo um desafio numa perspectiva missionária ecumênica proposta pela reflexão do tema: Igreja, Fé e Política. Os desafios são muitos por se tratar de uma ação ecumênica, na perspectiva do diálogo inter-religioso e ainda com o viés político. Tendo como prioridade a valorização, sobretudo, do caminho da laicidade e do laicato se fazendo cada vez mais necessário e urgente, a devida distinção entre o Estado e a Religião. Esses dois movimentos, o MJPOP e a REJU, agem a partir desse referencial, mesmo sendo articulado e coordenado por maioria de jovens quem tem, em alguma medida, envolvimento com Igrejas. Ou seja, é prioridade vivenciar o ecumenismo e o diálogo inter-religioso a partir das ações na base.

Mesmo assim, no que se referem as nossas juventudes e refletindo sobre ações sociopolíticas e religiosas, visando garantir a análise do problema de maneira mais diversa e inclusiva, sobretudo, respeitando a diversidade de jovens, acatamos a reflexão feita por Abramo, quando diz:

Se há tempos atrás todos começavam seus textos a respeito do tema da juventude citando Bourdieu, alertando para o fato de que “juventude” podia esconder uma situação de classe, hoje o alerta inicial é o de que precisamos falar de juventudes, no plural, e não de juventude, no singular, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam esta condição. Essa mudança de alerta revela uma transformação importante na própria noção social: a juventude, mesmo que não explicitamente, é reconhecida como condição válida, que faz sentido, para todos os grupos sociais, embora apoiada sobre situações e significações diferentes. Agora a pergunta é menos sobre os diferentes modos como tal condição. Agora a pergunta é menos sobre a possibilidade ou impossibilidade de viver a juventude, e mais sobre os diferentes modos como tal condição é ou pode ser vivida. (ABRAMO. 2005, p.

39).

Da mesma forma, devemos considerar as múltiplas vivências religiosas. Quanto menos uniforme, centralizadora e proselitista a formação política acontecer, mais frutos teremos na prática teológica libertadora e, concomitantemente, na incidência política que se faz urgente em nossos dias com a devida maturidade, independência e afirmação do protagonismo juvenil.

### **2.1.2. Missão juvenil no espaço urbano**

Em muitas Igrejas Evangélicas as leituras bíblicas são feitas para embasar a incoerente condição de que Política e Igreja não se misturam. Afinal, aguarda-se, o tempo todo, a volta de Jesus. Os terreiros tocam seus tambores dançando para os seus orixás, as mães e os pais de santos jogam seus búzios para descobrir ou indicar os melhores caminhos a seguir. As missas, com casamentos, batizados e funerais, são realizadas todos os dias. Os Centros Espíritas continuam fazendo suas sessões mediúnicas com leituras do Pentateuco<sup>61</sup> kardecista. A vida religiosa segue nesse ritmo

No bairro de Santo Aleixo, como em todos os bairros de periferia, a vida segue como canta o poeta: “Alvorada lá no morro que beleza. Ninguém chora, não há tristeza, ninguém sente dessabor. O céu colorido, é tão lindo, é tão lindo. A natureza sorrindo, tinindo, tinindo.” (Cartola<sup>62</sup>). Sendo interrompida, apenas, por mais um tiro deixa um corpo estendido no chão. No bairro, em geral, não há mais quem se sensibilize. A cultura de “Bandido bom é bandido morto” já se naturalizou no ambiente. No máximo toca, com muita dor e tristeza, os familiares e amizades mais próximas.

Isso porque, faz parte do cotidiano a briga dentro da casa onde mulheres, crianças e adolescentes são vítimas de violência das mais variadas. Servindo apenas como notícias para os programas e jornais sensacionalistas. A vida luta para resistir nesse contexto, pois é preciso sobreviver. Ou só é possível sobreviver em meio a essas dores e riscos.

Diante do medo e da necessidade de respostas, vive-se um conflito entre a necessidade de silenciar e a vontade de protestar contra a injustiça e a vulnerabilidade que a

---

<sup>61</sup> Esse Pentateuco é composto pelas cinco obras de Alan Kardec que são: O Evangelho segundo o Espiritismo; O Livro dos Espíritos; O Livro dos Médiuns; O Céu e o Inferno; e A Gênese. Disponível em: <<http://www.febnet.org.br/blog/geral/divulgacao/downloads-divulgacao/obras-basicas/>>. Acessado em 15/12/2014.

<sup>62</sup> Cartola (1908 – 1980), nascido Angenor de Oliveira, foi cantor e compositor carioca responsável por grandes sucessos do samba. Cantou as agruras e sonhos do povo dos morros cariocas. Disponível em <<http://www.cartola.org.br/cartola.html>>. Acessado em 15/12/2014.

comunidade está inserida. Diante da situação se procura encontrar respostas para os questionamentos essenciais e sentido para a existência nesse contexto sociopolítico.

Nessa realidade mais dura da vida marginal de quem mora na periferia podemos dizer que as exigências desse tempo hipermoderno estão condicionando a cada pessoa viver em total estado de alerta para se defender e defender a família e seus interesses. E quando se faz necessário se defender, o faz atacando e, portanto, fortalecendo o ciclo da violência no bairro. Conforme indica Lipovetsky, quando diz:

A sociedade que se apresenta é aquela na qual as forças de oposição à modernidade democrática, liberal e individualista não são mais estruturantes; na qual periclitaram os grandes objetivos alternativos; na qual a modernidade não mais encontra resistências organizacionais e ideológicas de fundo. Nem todos os elementos pré-modernos se volatizaram, mas mesmo eles funcionam segundo uma lógica moderna, desinstitucionalizada, sem regulamentação. (...). O Estado recua, a religião e a família se privatizam, a sociedade de mercado se impõe: para disputa, resta apenas o culto à concorrência econômica e democrática, a ambição técnica, os direitos do indivíduo. Eleva-se uma segunda modernidade, desregulamentadora e globalizada, sem contrários, absolutamente moderna, alicerçando-se essencialmente em três axiomas constitutivos da própria modernidade anterior: o mercado, a eficiência técnica, o indivíduo. Tínhamos uma modernidade limitada; agora, é chegado o tempo da modernidade consumada. (LIPOVETSKY. 2004, p. 54).

Dentro desse contexto hipermoderno de isolamento social e de prioridade ao individualismo, em que se coloca em risco a própria vida e de familiares, preocupar-se com o estado em que se encontra o bairro, a cidade, é secundário. Buscar ações coletivas que demandam tempo e dedicação pode incorrer em expor a própria a própria existência a riscos reais. Essa situação se apresenta como um desafio para a mobilização de pessoas conscientes e preparadas politicamente para propor e buscar mudanças. Sobretudo, quando se acrescenta aí o aspecto religioso.

Como na cidade e no bairro é garantida por Lei<sup>63</sup> a presença de todas as vivências religiosas, e essas não se articulam coletivamente numa perspectiva política em prol da vida – antes, pelo contrário, vivenciam a falta de diálogo e um processo de convencimento e adesão proselitista –, lidar com essas relações é um dos primeiros desafios que se apresenta para as juventudes envolvidas com o MJOPOP e com a REJU no bairro de Santo Aleixo, a relação ecumênica.

Por outro lado, se as religiões não se unem e não se ajudam a preservar a vida, ou mais especificamente, as Igrejas não se dispõem a provocar mudança na sociedade, qual será o seu verdadeiro propósito da sua existência no bairro? E qual sentido terá para essas

---

<sup>63</sup> Constituição Federal de 1988. Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I, Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, parágrafo VI, que diz o seguinte a respeito da liberdade de culto: “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;”.



juventudes, participar de alguma vivência religiosa que não se envolvam numa reflexão de incidência política e social que enfrente as estruturas opressoras dominantes?

Nesse sentido percebemos que está mais do que na hora de reconhecer essa autonomia, de denúncia e afirmação, que nossas juventudes desejam para si. Pois a presença de pessoas adultas não deve funcionar como dotada de superioridade dominante e controladora como em geral se percebe a partir das lideranças religiosas. Pelo contrário, quem liderança, seja pastora ou pastor, padre ou freira, bispa ou bispo ou pessoas leigas, deve exercer o exemplo da experiência, mantida ao longo do tempo por já ter sido jovem um dia. E, sobretudo, como resultado da experiência de militância social e religiosa.

Essa relação entre gerações, no espaço da missão local, quer seja na militância política ou na prática religiosa, é uma questão que deve ser levada em conta, pois deve ser mantida com todo respeito e mutualidade a partir do envolvimento pela causa comum, da troca de experiências e ajuda mútua. Mas, sempre reconhecemos que, quanto mais a decisão e os encaminhamentos estiverem de posse dessas mesmas juventudes, mais afirmações política e religiosa libertadoras serão vivenciadas. Assim, é possível se envolver comunitariamente e de maneira mais consciente com as questões políticas que buscam salvaguardar a existência humana e, mais particularmente a existência das pessoas jovens, quanto são protagonistas da própria história onde estão inseridas e na causa que militam. Esse envolvimento deve ser coletivo e integral, pois, temos que nos envolver com o ambiente político para falar de política. Pois dependendo de onde estivermos isso poderá influenciar diretamente no ponto de vista das pessoas (BETTO. 1982, p. 9).

Na história da Igreja cristã, como em toda sociedade humana, sempre se viveu, com profundidade, a experiência política. Segundo Orofino, já a partir das narrativas bíblicas, podemos identificar “grupos organizados buscando construir ou preservar estruturas justas e fraternas na sociedade israelita”, como forma de resistência contra forças tiranas e opressoras. Na Bíblia, encontramos narrativas desse confronto de forças políticas antagônicas e conflitantes. Todo o jogo político encontrando na história de uma sociedade é narrado nos Primeiro Testamento. (OROFINO, 1993, p. 75-76).

A Fé Cristã e o exercício Político é algo que extrapola os limites institucionais religiosos e dialoga com as esferas públicas de poder. Além disso, as pessoas vivem, em alguma medida, diariamente o resultado dessa junção. Mas a realidade se faz necessário mediar essa relação, a partir de uma formação política equilibrada e plural, buscando cada vez mais reconhecer essas instâncias tão, intrinsecamente, interligadas, como disse Oliveira em seu artigo de 1992, intitulado “A Igreja dos Pobres e a atividade político-partidária”. A Igreja

na área urbana, que vive com pessoas marginalizadas e sofridas, precisa atender para a realidade sociopolítica das pessoas que participam da prática religiosa.

Diante disso, Comblin afirma que:

Nas cidades sempre há movimentos organizados para transformar a sociedade. São movimentos de trabalhadores, profissionais, feministas, negros, indígenas, ecológicos, de moradores, de defesa dos direitos humanos, de promoção social de diversas categorias marginalizadas e excluídas. Vários desses movimentos podem ser promovidos pela Igreja. No entanto, a grande maioria é alheia à Igreja (COMBLIN. 1999, p. 19).

No Brasil, nas últimas décadas, depois do advento do Concílio Vaticano II e da formulação da gênese da TdL, e a partir das Comunidades Eclesiais de Base, vários movimentos e organizações sociais foram se fortalecendo, tomado forma e jeito popular na perspectiva da luta dos direitos básicos que garantam a vida e a dignidade humana como proposta de uma espiritualidade engajada e envolvida com as causas sociais diárias. Pois, “toda verdadeira teologia nasce de uma espiritualidade, vale dizer, de um encontro forte com Deus dentro da história.” (BOFF. 2001. p.15). Essa luta vai desde a reforma agrária, passando pela causa dos povos indígenas até o direito à cidade. E ainda mais hoje, evidenciada pelas temáticas de inclusão e enfrentamento ao preconceito e discriminação de toda sorte, tais como: orientação sexual, discriminação e preconceito racial, a causa dos refugiados e vítimas de grandes catástrofes naturais. Esses temas já são refletidos a partir do lugar de reflexão político-religiosa, com espiritualidade e vivência ecumênica, como é vivenciado pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC<sup>64</sup>, e em respectivos conselhos estaduais. Respondendo assim as urgências da pauta juvenil diversa, plural e inclusiva por meio do serviço as Igrejas membro na perspectiva de formação e posicionamento político que deem base para essa ação local. Inclusive dando total apoio a REJU Nacional.

### **2.1.3. Juventudes e Teologia da Libertação**

Como em toda área de periferia é bem maior a quantidade de jovens vítimas da violência urbana, do envolvimento com o tráfico, por falta de garantia de políticas públicas como direito inalienável. Sendo assim é importante observar o que diz Abramo a respeito das juventudes de setores mais desfavorecidos, pois, hoje essas pessoas:

---

<sup>64</sup> Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC, órgão ecumênico formado pelas seguintes instituições cristãs: Igreja Católica Apostólica Romana – ICAR, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil – IEAB; Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB; Igreja Sirian Ortodoxa de Antioquia – ISOA; Igreja Presbiteriana Unida – IPU. Segundo a página do CONIC, desde o princípio, essa instituição existe para “atuar em favor da dignidade e dos direitos e deveres das pessoas, até como forma de fidelidade à mensagem evangélica”. Disponível em: <<http://www.conic.org.br/portal/>>. Acessado em: 04/12/2015.

Podem, agora, se pronunciar a respeito de sua experiência como jovens e expressar aquilo que lhes faz falta, que desejam e almejam para viver de forma digna e satisfatória sua juventude, em vez de se verem apenas no registro da negação de tal identidade. (ABRAMO, 2005. p. 44).

A morte de jovens que são vítimas de violência<sup>65</sup> é vista com certa banalização e condição naturalizada pelas instâncias públicas. Naturalizada até mesmo pelas pessoas que vivem nos bairros de periferia. Sem falar da sociedade de modo geral que fomenta e concorda com a ideia de que “vagabundo tem que morrer mesmo”. Ou ainda, “bandido bom é bandido morto”.

Sendo assim, as estatísticas colocadas pelo Mapa da Violência de 2014 deixam isso bem claro. Além dos vários programas de televisão de cunho sensacionalista, já descritos anteriormente neste trabalho, cuja audiência é garantida a partir da proliferação da desgraça alheia. E mais particularmente de jovens negros assassinados violentamente. Diante disso, desses dados aterrorizadores de extermínio de nossas juventudes, Walselisz salienta:

Em 1980, as causas externas já eram responsáveis pela metade exata – 50,0% - do total de mortes juvenis no país. Já em 2012, dos 77,805 óbitos juvenis registrados pelo Sistema de informação de Mortalidade (SIM), tiveram sua origem nas causas externas, fazendo esse percentual se elevar de forma drástica: em 2012 acima de 2/3 de nossos jovens – 71,1% – morreram de causas externas. (WALSELFISZ, 2014, p. 24).

Devemos considerar também a violência estrutural e conjuntural cometida pelo Estado contra as pessoas dessas localidades condicionadas a um processo histórico relevante que normatiza essa condição da miséria. A ausência de segurança pública que se importe com a preservação da vida, a instabilidade de programas referentes à saúde, a ineficiência da educação nas escolas públicas, os problemas com infraestrutura, que tem ligação direta com saúde ambiental, a falta de um programa eficaz que promova produção e valorização da cultura e da arte, um bom programa qualificação esportiva fazem com que as pessoas vivam com o sentimento de desprezo, baixa autoestima e desesperança. Essas pessoas jovens vivem em risco de morte a começar do lugar onde suas casas são construídas, a beira de precipícios, com risco de desmoronamento de barreiras. A morte é algo concreto e real no dia a dia dessas pessoas.

Neste contexto um pequeno grupo de jovens apoiado pela Diocese Anglicana do Recife, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, pela Visão Mundial, pela Rede Ecumênica de

---

<sup>65</sup> As juventudes são vítimas de vários tipos de violências. Segundo o Mapa da Violência de 2014, podemos considerar como “mortalidade violenta a resultante da somatória de homicídios, suicídios e acidentes de transporte, precisamente por sua elevada incidência na juventude e por ser produto de um conjunto de situações sociais e estruturais”. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014\\_JovensBrasil.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf)>. Acessado em: 07/12/2015.

Juventude e pelo Serviço Anglicano de Diaconia e Desenvolvimento – SADD<sup>66</sup>, se articulou e desenvolveu o Monitoramento de Políticas Públicas – MJPOP Liberdade – como proposta de trabalho coletivo que buscava atender as demandas de jovens do bairro, ajudando a formular ações políticas de prevenção e enfrentamento a essa condição social, abrindo diálogo com as instâncias públicas do Município e da União. Além de fortalecer a relação desse mesmo grupo com Igrejas, movimentos e organizações sociais a partir do bairro visando unicamente monitorar as ações políticas do executivo, nesse caso o prefeito Elias Gomes<sup>67</sup> e a sua gestão na prefeitura de Jaboaão; e do Legislativo, tanto da câmara dos vereadores da cidade de Jaboaão dos Guararapes, quanto tomando presença nas articulações nacionais em temas ligados as juventudes. Hoje, jovens que se engajaram nessas duas ações, da REJU e do MJPOP que residem no bairro de Santo Aleixo, participam ativamente de partidos políticos, Conselho de Juventude do Município, de Conferências Públicas (Municipal, Estadual e Nacional) e conselhos de moradores. Além de movimentos livres e independentes formados de maneira espontânea.

No bairro de Santo Aleixo, Jaboaão dos Guararapes, as juventudes lutam diariamente pela sobrevivência e contra a desesperança, que lutam por uma vida digna para toda a comunidade. Nessa perspectiva, a partir das reflexões encontradas e vivenciadas por várias experiências de aplicação da Teologia da Libertação no serviço pastoral comunitário, podemos afirmar que essa relação entre “Igreja, fé e política” caso muito bem com a realidade de nossas juventudes de Igreja popular e comunitária, de movimentos e organizações sociais e de engajamento político.

A princípio à luta e as dores do povo chegam por várias vias. Pelas mídias sociais, pelas grandes redes de jornalismo e comunicação. E, sobretudo, no contato do dia a dia. É quase inevitável se aproximar dessas pessoas jovens marginalizadas e não se identificar e se sensibilizar com elas. Aqui não pode haver o “ouvi dizer que”. Pelo contrário, entende-se que quem se aproxima dessas juventudes, a partir da Teologia da Libertação, em geral, o faz porque sente na própria pele as dores e os anseios da gente marginalizada e sofredora. Pessoas dos morros, das palafitas, dos assentamentos e das ocupações de sem terra, da causa indígena, da causa de quem vive sem moradia, das juventudes de periferia e do meio rural, das

---

<sup>66</sup> O Serviço Anglicano de Diaconia e Desenvolvimento – SADD, também contribuiu, no período de 2012 á 2014, para o desenvolvimento do trabalho comunitário no Ponto Missionário da Liberdade. O SADD o departamento de diaconia e apoio a projetos desenvolvidos pelas Dioceses vinculadas a Igreja Episcopal Anglicana no Brasil. Disponível em: <<http://www.ieab.org.br/sad/>>. Acessado em: 07/12/2015.

<sup>67</sup> Prefeito Elias Gomes da Silva, nascido no município Cabo de Santo Agostinho, de ontem também foi prefeito, filiado ao PSDB, em seu segundo mandato. Disponível em: <<http://www.jaboatao.pe.gov.br/jaboatao/gabinete-prefeito.aspx>>. Acessado em: 07/12/2015.

juventudes negras, vítimas fatais da ausência ou omissão do Estado e da própria sociedade. Ou seja, nossa gente vitimada e violentada por séculos diante do silêncio e do esquecimento de nossas instituições que vivenciam as relações de poder.

Quanto à TL, quem tem o perfil de se sensibilizar com a causa das pessoas oprimidas, naturalmente vão tendo acesso a nomes importantes para a formação acadêmica nessa perspectiva. São as mães e os pais no âmbito brasileiro, os nomes mais conhecidos do fazer Teologia da Libertação no Brasil e em nosso tempo: Frei Betto<sup>68</sup>, os irmãos Boff<sup>69</sup> e Conblim<sup>70</sup> além outras pessoas importantes para a reflexão teológica no Brasil. Conhecidas e anônimas que ajudaram na prática pastoral e na reflexão acadêmica na percepção do que seja uma pastoral inserida e comprometida com a realidade. Pessoas que doaram a própria vida na formação do conceito e da práxis da TL, com aprofundamento tamanho que passam por suas próprias veias o desejo de propagar o conhecimento a todas as pessoas. E mais, contribuir diretamente com a autonomia e afirmação de cada grupo social que se reúna em torno da confissão de fé cristã.

Essas pessoas que pensam e vivem a Teologia da Libertação indicam com clareza que é preciso se envolver com a Missão, mergulhar no processo libertador, entrar no Caminho peregrino onde todas as pessoas, de mãos dadas, provam de uma dor comum, do sofrimento que marginaliza quem enfrenta política e socialmente as estruturas dominantes. Estruturas essas desagregadoras das ações libertárias que essa prática teológica se propõe a confrontar, curtindo a dor de quem sofre a condição da marginalidade causada pela omissão, ou silenciamento conivente, das instituições religiosas, mais especificamente Igrejas Cristas, e pelo descaso do Estado Brasileiro. (BOFF, 2001, p. 11). Como disseram Clodovis e Leonardo Boff:

A Teologia da Libertação pressupõe um processo enérgico ante a situação que significa: - no nível social: opressão coletiva, exclusão e marginalização; - no nível humanístico: injustiça e negação da dignidade humana; - no nível religioso: pecado social, 'situação contrária ao designo do Criador e à honra a Ele devida' (Puebla 28) (BOFF, 2001, p. 14).

<sup>68</sup> Frade dominicano, escritor, perseguido, preso e torturado na ditadura militar brasileira.

<sup>69</sup> Os irmãos Boff, Clodovis e Leonardo, dois pensadores da Teologia da Libertação, partiram do mesmo lugar teórico, mas que em dado momento divergiram quanto ao caminho trilhado pela mesma. Inclusive com essa divergência publicada por sites, buscando degradar a imagem e correlação dos dois enquanto pensadores cristãos. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/religiao-irmao-leonardo-boff-rompe-com-teologia-libertacao-pelo-menos-na-sua-forma-atual/>>. Em 22/10/2015. E também em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/15273-clodovis-e-leonardo-boff-irmaos-separados>>. Acessado em 22/10/2015.

<sup>70</sup> Pe. José (1923-2011), um dos grandes teólogos da Teologia da Libertação, idealizador da Teologia da Enxada, experiência vivenciada no Nordeste brasileiro, a partir do espaço rural. Disponível em: <<http://cronicap.blogspot.com.br/2012/08/quem-e-jose-comblin.html>>. Acessado em: 22/10/2015.

A pastoral de inserção missionária da TL vivencia a espiritualidade de fé no confronto “com a injustiça feita aos pobres” (BOFF. 2001, p. 15).

Pois bem, depois de sentir com a própria pele, como indica o Jesus sofredor encarnado; de ver com os próprios olhos, depois de se aproxima, de depois de caminhar nessa pastoral envolvida com as juventudes do bairro de Santo Aleixo, consta ser inevitável o serviço, a compreensão da fé na prática da inclusão pastoral sociopolítica, dessas pessoas que são naturalmente esquecidas por nós. Pois se trata aqui, da escuta adequada, do olhar cuidadoso necessário e do serviço religioso mais urgente: optar pelas pessoas pobres. E, nesse caso, as próprias juventudes estão clamando e lutando por seus direitos, pela garantia de vida e por políticas públicas que propiciem mais qualidade do bem viver.

## **2.2. Movimentos de juventudes e ações de monitoramento de políticas públicas**

### **2.2.1. Movimentos de Juventudes e Políticas Públicas**

A partir de agora vamos apresentar os históricos da REJU e do MJPOP encontrados tanto em suas páginas virtuais e a partir das suas ações no bairro de Santo Aleixo. Visando, no capítulo 3, a análise do corpus discursivo dessas ações à luz da Análise do Discurso de Linha Francesa. Vamos apresentar suas respectivas relações com Igrejas, suas ligações em rede com movimentos e organizações sociais e vivências religiosas não cristãs, no período de 2012 a 2014<sup>71</sup>,

A partir desse referencial buscaremos analisar os Efeitos de Sentidos, sobretudo, em vídeos postados por essas duas ações encontradas em suas respectivas redes sociais, no período citado acima. Identificaremos suas produções independentes e amadoras de vídeos postados no “youtube.com” que expressam muito bem o sentimento de mudança exigido por essas juventudes militantes do bairro de Santo Aleixo. A pesquisa desenvolvida na perspectiva qualitativa, usando como recurso técnico coletas de vídeos documentários produzidos de maneira amadora e postados nas redes sociais.

Nós não nos deteremos exclusivamente ao ambiente da reflexão teológica cristã, mas a partir daí, colher dados dessas ações nas redes ecumênicas e movimentos sociais que priorizam realizar o trabalho eficaz e duradouro que resultam, de fato, na preservação e

---

<sup>71</sup> Este foi o período em que o pesquisador esteve trabalhando como agente pastoral, na função de Ministro Pastoral Auxiliar, no bairro de Santo Aleixo, onde fica o Ponto Anglicano Missionário da Liberdade, da Diocese Anglicana do Recife, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, acompanhando bem de perto as articulações e trabalhos da REJU e do MJPOP Liberdade na região.

transformação da vida de jovens. E, claro, que mesmo em situação de risco, são protagonistas e testemunhas do confronto com essa realidade de negligência e violência ao qual vivenciam diariamente.

Assim sendo, tivemos de disponibilizar tempo para discernir os caminhos teóricos mais adequados de escuta atenta das experiências dessas juventudes, expressas em seus vídeos, textos, artigos e declarações de domínio público, encontrados na internet que será o nosso ambiente de coleta de material para a análise. Mas que representa bem o que estão vivendo nas mais diversas realidades brasileiras e como se dá a conexão em rede com jovens de várias regiões do Brasil.

Analisamos os efeitos de sentidos provocados e expressos por essas juventudes, por pessoas que são sujeitos do seu tempo, espaço e de luta, que se envolvem com a resistência social pela sobrevivência com dignidade. Nesse contexto nosso interesse foi o de colher os efeitos de sentido a partir dos discursos feitos por jovens que militam na área da garantia das políticas públicas e discursos encontrados nos espaços virtuais a partir do material publicado por esses rapazes e moças.

Nesse caso, é importante definir como se vê o sujeito e suas respectivas condições de produção nesse contexto de militância, a partir da Análise do Discurso (AD), como diz Nunes:

Na Análise do Discurso (AD), o sujeito é considerado em sua relação com a língua, a história e a ideologia. Trata-se de um sujeito no qual estão inscritos, relacionados, os domínios da ideologia e do inconsciente. Ressalte-se que o sujeito psicanalítico é trabalho na AD de uma maneira específica, que não coincide exatamente com o modo como operam os psicanalistas, mas que aciona alguns conceitos da psicanálise para pensar a teoria do discurso. A consideração desse sujeito faz com que língua e história tomem sentidos específicos nesse contexto epistemológico. (NUNES, 2006, p. 22).

Sendo assim, nos deparamos com múltiplas realidades encontradas nos vídeos e nas páginas dos movimentos sociais que hora pesquisamos. Realidades essas de cunho sociopolítica e religiosa com as quais essa militância jovem está inserida, lutando por garantias da vida e por políticas públicas que tem por direito. Diante desses cenários de violência encontrados, podemos entender que viver a realidade desse contexto:

É supor que – entendendo-se o “real” em vários sentidos – possa existir um outro tipo de real diferente dos que acabam de ser evocados, e também um outro tipo de saber, que não se reduz à ordem das “coisas-a-saber” ou a um tecido de tais coisas. Logo: um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos. (PÊCHEUX, 1997, p. 43)

Tomando a AD, como caminho metodológico, bebemos também da Teologia Libertação como referencial para nossas análises, em diálogo com a realidade sociopolítica e

religiosa que vivemos atualmente no Brasil. Julgamos importante fazer essa definição, esse marco, porque encontramos várias formas de se fazer vivenciar o fazer teológico e o pensar Deus. Sendo assim,

Várias teologias podem ser propostas sobre os ensinamentos dogmáticos com referência ao divino desconhecido ou sobre a origem e o futuro da vida humana, mesmo expressem conceitos não reconciliáveis entre si. Poderiam existir diferentes teologias sobre o monoteísmo ou uma conexão entre o divino e o humano sem que, necessariamente, estivessem em conflito entre eles, a menos que fossem interpretados de modo a afetar a vida humana contraditoriamente. Uma das formas de lidar com a pluralidade de lidar com a pluralidade de tais teologias é perceber suas limitações no que se refere às expressões analógicas sobre uma realidade não-conhecível. E a realidade do divino pode ser expressa em diferentes termos analógicos e metafóricos, sem tentar exaurir a plenitude da divindade ou a completude de uma compreensão humana do divino (BALASURIYA, 2006, p. 27).

Em seu livro “Teologia da Libertação, roteiro didático para um estudo”, Libanio diz que é preciso ter amplitude em nossa forma de vivenciar a análise diante das múltiplas formas políticas existentes:

A TdL existe para o mundo sociopolítico. É um fato! Mas certamente não existe da mesma maneira para todas as formas políticas, que não se comportam diante dela do mesmo modo. O fato sociopolítico da TL é profundamente ambíguo. Em torno dele, divergem os grupos em seu discurso e sobretudo em suas práticas. Para analisar tais reações, precisamos diferenciar as formas em jogo e como elas se comportam diante da TdL. (LIBANIO, 1987, p. 19.)

E continua buscando elucidar a temática a respeito da Teologia da Libertação, de maneira bem atualizada, quando escreveu:

[...] A TdL, simboliza e encarna todas as forças progressistas de libertação que se referem e relevam de inspiração cristã. Por isso, em relação a ela, posicionam-se contrariamente as forças que querem parar qualquer movimentação libertária de origem popular. E paradoxalmente há forças de cunho transformador e revolucionário que vêm nela um adversário, ao perceber como ela desfaz os mitos antirreligiosos dos movimentos de libertação e de uma ortodoxia marxista rígida, trabalhando o caráter crítico libertador da fé cristã. (Ibdem, 1987, p. 19.)

Ora, que relevância tem a Teologia da Libertação para os dias atuais? Quais são as reais motivações dessa maneira de fazer teologia que alcançam os anseios transformadores das juventudes desse tempo hipermoderno, das mídias sociais e das urgências cibernéticas? Quais os Efeitos de Sentidos que podemos encontrar nessa ação político-social e, ao mesmo tempo, religiosa que motivam essa luta por garantias de direitos irrevogáveis? Essas são perguntas que abordamos durante o percurso desse estudo.

De maneira mais ampla, podemos dizer que a Teologia da Libertação busca animar as comunidades de fé, movimentos e organizações sociais na busca de uma análise contextualizada das múltiplas realidades onde o fazer a espiritualidade e missão, é posto como desafio e tem por compromisso vivenciar a liberdade marcada em nossa humanidade diante



das múltiplas possibilidades de fé e de experiências religiosas. Isso considerando sempre a especificidade do contexto, o espaço público, a relação Igrejas, fé e política, Instituições religiosas e a laicidade do Estado brasileiro.

Não obstante, é importante considerar as expressões religiosas que essas juventudes, e seus respectivos trabalhos, desenvolvem e os resultados aqui analisados com a capacidade de indicar, a partir do diálogo com as instâncias públicas dos governos, secretárias e conselhos de juventudes o que seja urgente e prioridade para as moças e rapazes que sofrem negligências quanto às garantias de uma vida de qualidade e, sobretudo, preservação de suas existências.

Também, dessa mesma forma, não podemos refletir sobre Teologia sem considerar a diversidade que esse tema implica. Não há uma uniformidade teológica. É de se considerar sempre as inclinações políticas, o espaço, o tempo, a geopolítica e a história para refletir as teologias vivenciadas ao longo de nossa história. E mais particularmente na contemporaneidade, tanto dentro das Igrejas Cristãs e sua diversidade, quanto para outras experiências e vivências religiosas espalhadas pelo mundo afora. E, claro, as inclinações tendenciosas, no sentido de dominação sócio-política que alguns seguimentos impõem. Essa análise pressupõe uma jornada coletiva em busca de uma ética mundial, na esfera religiosa e política, visando como estratégia à autocrítica, pois “nem tudo é igualmente bom e verdadeiro” (KÜNG, 2003, p. 72).

Se não, vejamos:

Uma vez que temos diferentes teologias que emanam de diferentes povos e culturas, podemos esperar diferenças na forma em que as revelações divinas são expressas em relação à natureza da divindade e às suas realidades, sobre as quais os seres humanos são podem ter clara evidência e conhecimento. Portanto, as interpretações cristãs e não-cristãs da revelação divina falaria diferentemente de temas como a origem da vida humana e o destino dos humanos após a morte.(BALASURIVA, 2006, p. 26).

A respeito da Teologia da Libertação, disse ainda em entrevista a Adital, o teólogo e sociólogo, Dirceu Benincá

Representa uma revolução teológica e eclesial, bem como uma oposição frontal ao sistema capitalista. A evangélica opção preferencial pelos pobres, assumida pela Teologia da Libertação (TdL), vem acompanhada de um posicionamento claro contrário a todas as injustiças sociais, desigualdades econômicas, autoritarismos políticos e colonialismos culturais, causas de pobreza e miséria. Essa opção decorre de uma decisão consciente da Igreja libertadora, inspirada no projeto de Jesus de Nazaré.

Não podemos esquecer que a TdL surgiu, na América Latina, nos anos 1960, como reação a um sistema marcado por ditaduras militares, exploração, dependência externa e muito sofrimento humano. Logo, se propagou também pela África, Ásia e até para alguns ambientes do Primeiro Mundo. Inspira-se nos documentos produzidos pelo Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), evento histórico que promoveu a abertura da Igreja Católica para o diálogo e a interação com o mundo

moderno (ADITAL, 2015)<sup>72</sup>.

A Teologia da Libertação, que teve o início de sua elaboração a partir de 1960, sempre tomando consciência das questões político-sociais, manteve-se atenta aos movimentos de opressão e subjugo no interesse de provocar reflexão e, sobretudo, manter a consciência cristã ativa para confrontar e denunciar os sistemas opressores de dominação humana.

Essa Teologia encontra sua espiritualidade e mística fortemente marcadas no encontro com a clareza do serviço e devoção cristã na constatação realista das injustiças sofridas pelas pessoas em condição de pobreza e miséria. Não se tratando de uma salvação direcionada, ou para ser alcançada, apenas, pelas pessoas pobres que nos abordam diariamente pedindo ajuda. Mas numa compreensão cosmológica de toda criação. No entanto, o enfrentamento realizado por essa teoria teológica reconhece como sujeito, ou seja, todas as pessoas vitimadas pelo sistema de dominação e controle social e que devem ser alvo de uma missão de transformação coletiva. Como diz Boff:

O pobre aqui nos referimos aqui é um coletivo, as classes populares, que englobam muito mais que o proletariado estudado por Kal Marx (é um equívoco identificar o pobre da Teologia da Libertação com o proletariado, como muitos críticos fazem): são os operários explorados dentro do sistema capitalista; são os subempregados, os marginalizados do sistema produtivo – exército de reserva sempre à mão para substituir os empregados – são os peões e posseiros do campo, boias-frias como mão-de-obra sazonal. Todo esse bloco social e histórico dos oprimidos constitui o pobre como fenômeno social. À luz da fé, o cristão descobriu aí a aparição desafiante do Servo Sofredor Jesus Cristo (BOFF, 2001, p. 15)

Indicar as questões e temas vigentes do nosso dia, expressos em nossas redes sociais e pelas grandes mídias, devem nos impulsionar enquanto pesquisadores do fenômeno religioso a refletir na busca desafiadora de mudanças efetivas e respostas claras para melhoria de vida.

Sendo assim, é necessário estar atento aos debates desenvolvidos diariamente que dizem respeito à causa e a luta das juventudes. Identificando e mantendo diálogo aberto, sobretudo, com as múltiplas identidades de juventudes no Brasil: negras, lésbicas, gays, cristãs, candomblecistas, umbandistas, com suas especificidades regionais, culturais e religiosas –, sejam negligenciadas e marginalizadas. Se tomarmos uma das linhas de pesquisas do “Mapa da violência de 2014”, por exemplo, “A cor dos homicídios”, sobre quem é a maior vítima de morte por homicídio, Waiselfisz indica que:

---

<sup>72</sup> Entrevista concedida a jornalista Cristina Fontilene, no sítio da ADITAL. Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=86490>>. Acessado em: 24/10/2015.

Entre os anos 2002 e 2012, a tendência nos homicídios segundo raça/cor das vítimas foi unívoca: queda dos homicídios brancos – diminuem 24,8% – e aumento dos homicídios negros: crescem 38,7%. Tomando em consideração as respectivas populações, as taxas brancas caem 24,4% enquanto as negras aumentam 7,8%. Com isso o índice de vitimização negra total passa de 73,0% em 2002 (morrem proporcionalmente 73% mais negros que brancos), para 146,5% em 2012, o que representa um aumento de 100,7% na vitimização negra total.

Entre os jovens a situação é mais preocupante: o número de vítimas brancas cai 12,3%. O número de vítimas jovens negras aumenta 32,4%: o diametralmente oposto. As taxas brancas caem 28,6% enquanto as negras aumentam 6,5%. Com isso, o índice de vitimização negra total passa de 79,9% em 2002 (morrem proporcionalmente 79,9% mais jovens negros que brancos) para 168,6% em 2012, o que representa um aumento de 111% na vitimização de jovens negros (WAISELFISZ, 2014, p. 184).

Nesse contexto das diversidades religiosa e de juventude, motivadas por essas mesmas razões, a Rede Ecumênica de Juventude – REJU e o Monitoramento Jovem de Políticas Públicas prestam um verdadeiro serviço religioso quando se posicionam de maneira denunciadora e não silenciada diante dos fatos.

Nossa análise se concentra no debate entre Efeitos de Sentidos, a partir da Análise do Discurso na Linha Francesa, e a reflexão de uma Teologia da Libertação que reflita, na prática, a luta diária dessas juventudes por uma vida com qualidade e garantias de políticas públicas, nessas duas ações em rede que se articulam também em Pernambuco, em Santo Aleixo, cidade de Jaboatão dos Guararapes, durante dois anos, de 2012 a 2014.

### **2.2.2. A Rede Ecumênica de Juventude – REJU<sup>73</sup>**

O primeiro contato do autor desta pesquisa com a REJU se deu nos dias 5 a 7 de setembro de 2008, no Centro Mariápolis Nordeste, na cidade de Igarassu em Pernambuco. Ali se reuniram aproximadamente 100 jovens de cinco estados nordestinos: Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Jovens ligados a vários seguimentos de Igrejas e Terreiros de Candomblé da Bahia: Casa Branca, Yle Axé Alafumbi, Vintem de Prata e Abaçá de Ogum; das Igrejas: Católica Apostólica Romana, Episcopal Anglicana do Brasil, Evangélica Assembleia de Deus, Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, Metodista, Presbiteriana do Brasil. Além de jovens ligados a organizações da Diaconia, Centro de Estudos Bíblicos – CEBI e Movimentos dos Trabalhadores sem Teto - MTST. Naquela ocasião o tema colocado em discussão foi: “Juventude Ecumênica: Políticas Públicas, Desafios Do Ecumenismo E Direitos”.

A REJU desenvolveu várias jornadas nas seguintes regiões brasileiras: duas na

---

<sup>73</sup> As informações colhidas sobre o movimento jovem podem ser conferidas em: <<http://reju.org.br/>>. Acessada em: 26/10/2015.

Região Sudeste (2007/2008), duas no Nordeste (2007/2008), uma na Região Sul (2008), uma na Região Centro-Oeste (2009), quando foi elaborada e lida a “Carta Contra Toda a Violência à Juventude do Brasil”<sup>74</sup>. E participou ativamente da 4ª Jornada Ecumênica Nacional – Ecumenismo, Ecologia Economia e Vida, promovida pelo Fórum Ecumênico Brasil (FE Brasil) e o Fórum Ecumênico Sulamericano (FE Sul), que ocorreu entre os dias 11 e 15 de novembro de 2010, em Itaici, interior de São Paulo, Brasil.

Segundo sua página na internet, a REJU assume que suas diretrizes e encaminhamentos levam em conta a articulação feita pelas próprias juventudes espalhadas pelo Brasil. E que uma das suas experiências é o fortalecimento das distintas formas de se vivenciar a fé, a espiritualidade, visando à promoção dos direitos juvenis. Para que essas ações sejam garantidas é imprescindível à participação de jovens da maior parte das Regiões do Brasil. É meta, sobretudo, integrar em Rede todas as juventudes interessadas espalhadas no território nacional. Já sendo garantida a presença da representação de diferentes cidades, movimentos e organizações sociais, religiões e entidades das cinco regiões brasileiras.

Segundo a página virtual da REJU, o que se coloca como prioridade é a relação em “rede”, a organização e a relação entre as pessoas. Visando, sempre, manter um relacionamento igualitário e não hierarquizado evidenciando as diferenças e as pluralidades existentes entre as pessoas jovens que participam. Dessa forma, o caminho trilhado pelo movimento é o de relacionamentos horizontais. Quem coordena ou viabiliza as ações, moças e rapazes, são chamados de facilitadoras ou facilitadores regionais. Essas pessoas têm por objetivo propiciar o contato com outras pessoas e com as demais instituições. Segundo o informe em sua página:

Para a manutenção da dinâmica de rede, a REJU realiza reuniões e conversas virtuais e presenciais constantes, para a proposição, definição e execução dos encaminhamentos em todos os âmbitos. Além disto, a REJU realiza o seu Encontro Nacional, que consiste em um ponto fundamental para manutenção, avaliação e articulação da rede, reunindo presencialmente jovens do Brasil para pautar as demandas específicas para a atuação da REJU a cada biênio.” (REJU, 2013)

O termo “ecumênico”, ou ecumênica, que define um posicionamento inclusivo de todas as vivências religiosas, segundo a REJU, é visto de uma forma muito ampla e globalizante. Compreende a visão cosmológica da existência, da criação. Todas as pessoas são bem vindas com suas experiências de fé e espiritualidades. Ultrapassa os limites das instituições cristãs e busca dialogar com outras vivências espirituais. E ainda mais, trata com a mesma igualdade quem não professa fé alguma e até mesmo quem se diga atea.

---

<sup>74</sup> Esta carta pode ser encontrada em: <<http://reju.org.br/blog/carta-contra-toda-a-violencia-a-juventude-do-brasi/>>. Acessado em: 26/10/2015.

Ser uma rede ecumênica é uma questão de compromisso, de compreensão holística da existência humana e da criação. Pois assim, definem o ecumenismo:

Ser ecumênica (o), portanto, é um compromisso, uma mística, que acontece em três dimensões: 1. a unidade intra-religiosa, em que se busca construir uma interação e respeito no interior de cada tradição religiosa e comunidade de pertença (ex.: a unidade das cristãs e dos cristãos); 2. a unidade inter-religiosa, em que se procura estabelecer pontes de diálogo, fraternidade/solidariedade e interação por ações transformadoras entre pessoas de distintas vivências de fé; 3. a unidade na luta pela justiça, paz e integridade da criação. (REJU. 2013).

A faixa etária de jovens que participam da REJU é de 19 a 29 anos de todas as regiões do Brasil, da área urbana e do meio rural. Participando dessa rede pessoas de todas as confissões religiosas e quem não faz nenhuma profissão de fé. O lema declarado da REJU é: “Pela promoção dos direitos das juventudes”.

A articulação política da REJU vai desde os municípios onde suas juventudes estão inseridas até o âmbito nacional. Nesse momento, a vice-presidência do Conselho Nacional de Juventudes – CONJUVE<sup>75</sup> é ocupada pelo teólogo Daniel Santos Souza<sup>76</sup> que fez toda a sua trajetória política dentro da REJU.

### **2.2.3. O Monitoramento Jovem de Políticas Públicas – MJPOP Nacional**

O MJPOP – Monitoramento Jovem de Políticas Públicas é um movimento desenvolvido, apoiado e fortalecido pela organização Visão Mundial<sup>77</sup> que é uma organização cristã sem fins lucrativos de serviços a crianças e adolescentes. Essa organização, em sua página na internet, afirma compromisso com a transformação da sociedade. Atua em vários países abrangendo todos os Continentes. Criada pelo pastor estadunidense Robert Pierce, tendo seu início em 1950, nos EUA. No Brasil a Visão Mundial chegou em 1975, na cidade de Belo Horizonte – MG. Sendo o escritório responsável pela supervisão e apoio a vários projetos desenvolvidos na América Latina. Atualmente seu escritório nacional está em Recife – PE. Tendo o seu principal foco a infância. Isso fica claro quando diz em sua página:

Com o propósito de lutar contra a vulnerabilidade das comunidades, com foco na infância, a Visão Mundial já alcançou resultados expressivos em território brasileiro, contribuindo para a redução do índice de mortalidade infantil em dez vezes (VISÃO

<sup>75</sup> Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, criado em 2005, pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Lei 11.129, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República (SNJ/SG/PR), e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Disponível em: <<http://juventude.gov.br/conjuve/o-que-e#.Vi-7OberTIV>>. Acessado em: 27/10/2015.

<sup>76</sup> Daniel Souza é doutorando e mestre em Ciências da Religião (2013), Licenciado em Filosofia (2011) e Bacharel em Teologia (2010) pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Disponível em: <<http://www.bv.fapesp.br/pt/pesquisador/77351/daniel-santos-souza/>>. Acessado em: 27/10/2015.

<sup>77</sup> Sobre a história fundante da Visão Mundial vale consultar a página: <<https://visaomundial.org.br/nossa-organiza%C3%A7%C3%A3o/nossa-hist%C3%B3ria>>. Acessada em: 31/05/2016.

MUNDIAL. 2013).

Para tanto, a Visão Mundial trabalha com máxima dedicação contando com a colaboração de profissionais e de pessoas voluntárias de alta qualidade técnica.

Quanto à metodologia do MJPOP o principal protagonismo e ação é conferido a adolescentes e de jovens, com a idade de 16 a 24 anos. Visando atuar diretamente nas necessidades dos bairros e da cidade. Esses grupos identificam os problemas do bairro onde residem, e adjacências, e junto com outros movimentos e agentes de articulação popular, com o apoio técnico da Visão Mundial, buscam propor soluções para os mesmos. Segundo a cartilha um dos objetivos desse movimento é o de “alcançar resultados efetivos e o bem estar de todas as pessoas”. Sempre buscando fortalecer a cidadania participativa das pessoas envolvidas nesse processo, a partir das formações e da execução do método, vão se conscientizando dos seus direitos e do quanto a participação comunitária se faz necessária para que se executem as políticas públicas monitoradas. Com isso, aspectos importantes são alcançados nessa ação fortalecendo o protagonismo sócio-político das juventudes envolvidas. Eis os seguintes e principais aspectos, segundo sua Cartilha de Metodologia do MJPOP:

1. Informação – através de um processo de pesquisa e formação, os participantes tem condições de refletirem sobre a realidade local e proporem ações para a transformação desta realidade.
2. Voz – De posse da informação necessária, pessoas e comunidades podem qualificar sua voz para discutirem a melhoria dos serviços e das políticas públicas.
3. Diálogo – A metodologia MJPOP aposta num processo onde todos (usuários do serviço, prestadores, gestores públicos, etc) tem o direito de falar e serem ouvidos, exercitando uma escuta sensível entre todos os atores para a tomada de decisão.
4. Prestação de contas - A metodologia busca promover um ambiente onde a comunidade exerce seu dever de solicitar e o direito de receber de forma transparente e objetiva uma prestação de contas por parte do Poder Público sobre o serviço público em questão, a política pública ao qual ele se conecta e o recurso investido para que ele funcione com qualidade e atinja seus objetivos.
5. Ação – Este é o cerne de toda a metodologia, uma vez que esta convida todos os atores envolvidos no processo (comunidade, poder público, organizações locais, etc) a construir soluções coletivas de curto, médio e longo prazo acerca dos problemas que afetam a comunidade (CARTILHA MJPOP, 2010, p. 1).

São objetivos do Monitoramento Jovem de Políticas Públicas declarados em sua Cartilha:

- Promover a participação qualificada de adolescentes e jovens em ações no nível comunitário.
- Reconhecer e amplificar a voz da comunidade, daqueles que utilizam um serviço público.
- Influir de maneira coletiva na qualidade, eficiência e prestação de contas dos serviços públicos fornecidos em nível local, bem como nas políticas públicas a que o serviço se conecta – sobretudo no nível municipal.
- Ser uma ferramenta de apoio aos processos de MDA (Desenho, Monitoramento e

Avaliação) nos programas e projetos.

Oportunidade de, através de reuniões de informações e experiências de várias comunidades e/ou municípios, promover uma ação política em nível estadual e nacional sobre uma determinada política pública. (CARTILHA MJPOP, 2010, p. 3).

O Monitoramento Jovem de Políticas Públicas, afirmando o posicionamento da Visão Mundial em trabalhar pela infância, adolescência e juventudes, tem participado de maneira direta e eficaz no enfrentamento a posições políticas reacionárias que ameaçam a qualidade de vida de jovens. Como exemplo, podemos citar, durante o ano de 2014, a campanha contra a redução da maioria penal, PEC 171/1993<sup>78</sup>, que busca diminuir a maioria penal de jovens brasileiros de 18 para 16 anos.

Também desenvolveu, nesse mesmo ano campanha a favor da PL 4471<sup>79</sup>, que põe fim aos autos de resistência, colhendo assinaturas de centenas de pessoas espalhadas por vários lugares do Brasil, expressando, claramente, que o MJPOP se posiciona a favor do fim do comportamento policial vigente que serve para proteger o Estado em detrimento da proteção das pessoas. Esse sentimento herdado desde a época da Ditadura Militar.

Nesse contexto, reforçamos a atenção nesses dois movimentos apresentados de âmbito nacional para as devidas análises no que concerte o Efeito de Sentidos: A Rede Ecumênica de Juventudes – REJU<sup>80</sup>, e o Monitoramento Jovem de Políticas Públicas – MJPOP<sup>81</sup>. Como já dissemos esses dois movimentos surgem a partir das necessidades específicas das juventudes brasileiras ligadas ou não as Igrejas Cristãs, mas, sobretudo, vinculadas a alguma vivência política, social ou religiosa no bairro da periferia de Jaboatão dos Guararapes.

Ainda sobre a REJU, encontramos em sua página a seguinte definição:

Rede formada e protagonizada pelas juventudes no Brasil que buscam, a partir de distintas formas de espiritualidades, a promoção dos direitos juvenis. Para tanto, busca-se o diálogo nas esferas sociais, políticas e religiosas com ações pela superação das intolerâncias. A REJU reúne jovens representantes de diferentes localidades, movimentos, religiões e entidades nas cinco regiões do país, com atividades relacionadas ao: fortalecimento político das ações das juventudes; apoio e intercâmbio para a garantia de direitos das juventudes; estímulo da capacitação e articulação das juventudes para que ocupem espaços de protagonismo em meio à institucionalidade governamental e não-governamental; debate e reflexão sobre a

<sup>78</sup> Proposta de Emenda Constituinte de autoria do deputado Benedito Domingos, PP-DF, apresentada em 19/08/1993, que já foi aprovada pelo Congresso Nacional e aguarda posicionamento do Senado Federal. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14493>>. Acessado em: 28/10/2015.

<sup>79</sup> Para saber mais sobre a PL 4471/12, acessar: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=556267>>. Ou ainda: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/478917-PROJETO-DO-AUTO-DE-RESISTENCIA-ESTA-PRONTO-PARA-SER-VOTADO-NA-CAMARA.html>>. Acessados em: 22/09/2015.

<sup>80</sup> Rede Ecumênica de Juventude. Disponível em: <<http://reju.org.br/>>. Acessado em 22/09/2015.

<sup>81</sup> Monitoramento Jovem de Políticas Públicas. Disponível em: <<http://www.mjpop.com.br/>>. Acessado em: 22/09/2015.

violação e superação dos direitos das juventude (REJU, 2013, www)<sup>82</sup>

Essas juventudes reunidas, em um processo histórico de protagonismo político-religioso-social, definiram para sua militância os seguintes eixos:

Cinco eixos temáticos foram pensados a fim de dar conta desses objetivos estratégicos: Enfrentamento ao extermínio da juventude negra; Juventudes, sexualidades e lutas feministas; Juventudes, desenvolvimento e justiça socioambiental; Juventudes e democratização das comunicações; Juventudes, estado laico e superação de intolerâncias (REJU, 2013, www)<sup>83</sup>

Em Pernambuco, a articulação da REJU acontece também a partir da cidade de Jaboatão dos Guararapes se espalhando para a Região Metropolitana de Recife e interior do Estado. Um pequeno grupo de jovens, bem articulado com o devido apoio da REJU Nacional, luta diariamente por esse movimento de afirmação coletiva, fazendo pequenas rodas de diálogos<sup>84</sup>, produção de vídeos<sup>85</sup> documentários denunciando os problemas da região, ocupam os espaços religiosos (Igrejas, terreiros, centros espíritas), buscando promover a construção do diálogo. E também numa ação conjunta com o MJPOP monitorando políticas públicas a partir de Jaboatão Centro e do bairro de Santo Aleixo.

Nesse local, durante os anos de 2012 a 2014, foi desenvolvido um trabalho missionário de apoio às famílias (mulheres, crianças, adolescentes e jovens) que reunia essas juventudes a partir de uma perspectiva de diálogo ecumênico levando em conta as realidades vividas pelas pessoas envolvidas e suas experiências de fé.

---

<sup>82</sup> Para obter mais informações sobre a REJU acessar sua página. Disponível em: <<http://reju.org.br/page/sobre-a-rede-ecumenica-da-juventude/>>. Acessada em: 22/09/2015.

<sup>83</sup> Sobre os principais eixos da REJU acessar sua página. Disponível em: <<http://reju.org.br/page/eixos-de-atuacao/>>. Acessado em 22/09/2015.

<sup>84</sup> Essas rodas de diálogos são momentos de formação sociopolítica e religiosa que foram vivenciados com o apoio das duas ações coletivas, REJU e MJPOP (Nota do autor).

<sup>85</sup> Tomamos como ponto de partida para Análise de Efeitos de Sentido, o vídeo “Águas do Jaboatão”, realizado no ano de 2012, que denunciou o estado deplorável do Rio Jaboatão desde a sua nascente até a cidade de Jaboatão dos Guararapes. Disponível em: <<http://reju.org.br/blog/video-documentario-aguas-do-jaboatao-/>>. Acessado em: 07/11/2015. Além de outros que vamos apresentando ao longo do trabalho.



### **3. JUVENTUDES QUE MILITAM E SE AFIRMAM: possibilidades de uma militância sociopolítica e religiosa, feita a partir do espaço virtual do “youtube.com” e seus efeitos de sentido em consonância com o Fenômeno Religioso**

#### **3.1. Análise do corpus discursivo**

Neste capítulo iremos analisar os efeitos de sentido do discurso sociopolítico e religioso dos dois vídeos produzidos pelos movimentos de juventudes, REJU e MJPOP, já devidamente apresentados. Na busca de compreender o funcionamento dos discursos que movimentam essas juventudes, percebendo os questionamentos de suas realidades mais particulares e das múltiplas realidades juvenis do Brasil, naquilo que se refere ao diálogo inter-religioso e as responsabilidades dos poderes públicos na garantia de políticas voltadas para essas mesmas juventudes. E isso inclui uma reflexão sobre o enfrentamento a intolerância religiosa, numa proposta de reflexão sobre o estado laico, e a necessidade de se refletir sobre as questões de saúde ambiental, a partir da temática ecológica. Assim, analisaremos os vídeos já publicados por esses grupos em seus respectivos canais do “youtube.com”. Sendo: “Estado Laico: é a gente que faz!” e o “Águas do Jaboaão”.

No primeiro vídeo, as pessoas envolvidas na produção, e participantes como protagonistas, em seus depoimentos colocam em questão a influência das religiões, sobretudo do Cristianismo vinculado a movimentos conservadores de vários espaços, desde o catolicismo romano até o protestantismo neopentecostal, visa confrontar o posicionamento do Estado em relação ao direito de professar a fé de maneira livre. Essas moças e rapazes buscam afirmar a necessidade de um posicionamento do Estado de maneira mais efetiva em relação à laicidade do mesmo, no interesse de afirmar sua autonomia e independência enquanto ente aglutinador de todas as vertentes e vivências religiosas, dando igual direito a todas as vivências e expressões de fé e culto.

Para asseverar essa tensão entre Estado Laico e a presença de movimentos evangélicos no sentido contrário ao da REJU, devemos ampliar a voz do deputado federal Pastor Marco Feliciano<sup>86</sup>, quando diz que existe uma “guerra”, definida por ele como perseguição a Frente Parlamentar Evangélica<sup>87</sup>, dentro do Congresso Nacional. Perseguição essa, segundo ele, contra os deputados religiosos que se posicionam em defesa da família e da

<sup>86</sup> Para saber sobre os posicionamentos do deputado Pastor Marco Feliciano. Disponível em: <<http://marcofeliciano2010.com.br/>>. Acessado em: 17/12/2015.

<sup>87</sup> Para conhecer a FEP acessar: <http://www.fpebrasil.com.br/portal/index.php/os-deputados>.

nação brasileira. Marco Feliciano classifica que há pessoas, movimentos e organizações sociais que são contra o posicionamento das instituições religiosas em parcerias com o Estado, isso declarando como um “preconceito estabelecido por algumas autarquias e entidades” que veem os políticos evangélicos como ameaça e perigo e que são na verdade militantes contrárias à fé cristã<sup>88</sup>. O referido deputado em entrevista cedida ao programa Palavra Aberta, da Rádio Câmara, sobre o tema apresentado no vídeo da REJU, em outra perspectiva a partir do lugar que fala de pastor evangélico conservador, afirma que:

O Estado é laico. Laicidade significa que o Estado e Religião, um não se mete onde o outro está. Ou seja, o Estado cuida da sua parte, a religião cuida da dele. Mas laicidade, na verdade, tem um significado muito mais forte, seria tolerância. A laicidade pra mim é a tolerância. A pessoa respeitar o outro, respeitar sua religião de forma igual (Rádio Câmara, Programa Palavra Aberta, 2013, www)<sup>89</sup>.

Nesta fala de Marco Feliciano temos duas considerações são importantes a fazer. A primeira tem a ver com o equívoco quando o mesmo não faz a devida flexão de gênero entre o Estado – substantivo masculino –, e a Religião – substantivo feminino. Assim, podemos compreender que, como o discurso é aberto e suscetível a lapsos, é demonstrado o interesse de Feliciano e de quem se identifica com o seu discurso, indicado pelo sentido inverso do uso das palavras, da intromissão religiosa nos posicionamentos do Estado. Deixa o claro o sentido de posicionar uma teocracia diante do Estado Brasileiro. Podemos notar que há uma contradição que pode ser interpretada da seguinte maneira: o Estado cuida da sua parte, na perspectiva da garantia de políticas públicas. E a Religião, também interfere cuidando da moral e da ética do Estado.

Outra consideração que pode ser levantada diz respeito à palavra tolerância. Em tese o discurso de Feliciano poderia passar por despercebido se não houvesse alguns deslizes claros em sua própria maneira de tratar o tema. Pois o termo tolerância já não é mais utilizado pelos movimentos ecumênicos e de diálogo inter-religiosos. Já que implicaria em suportar as diferenças na condição de a qualquer momento impor uma determinada verdade proselitista. Ou seja, é um critério de suportar as diferenças alheias. E não de entender que essas diferenças são complementares em si mesmas na construção de um diálogo cuidadoso e cheio de respeito.

<sup>88</sup> Esse tipo de declaração é encontrado facilmente em seu site e nos muitos pronunciamentos feito no parlamento brasileiro. Vale a pena ler o discurso “Preconceito religioso no Brasil”. Disponível em: <<http://marcofeliciano2010.com.br/2014/08/preconceito-religioso-no-brasil/>>. Acessado em: 24/02/2016. Nele o deputado narra à perseguição sofrida por pessoas evangélicas que emitem opinião contrária aos movimentos de direitos para minorias.

<sup>89</sup> Programa Radiofônico Transmitido pela Rádio Câmara que apresenta entrevistas feitas a deputadas e deputados para falar sobre projetos de lei ou temas apresentados nas sessões da Câmara Federal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/PALAVRA-ABERTA/447102-MARCO-FELICIANO-FALA-SOBRE-ESTADO-LAICO.html>. Acessado em: 24/02/2016.

Nessa mesma entrevista o pastor Marco Feliciano diz que, sendo alvo de intolerância, qualquer deputado religioso é perseguido pelos partidos, movimentos e organizações sociais de esquerda, quando se pronunciam com projetos apresentados a partir de “uma visão, que pra ele é uma visão dentro de seu grupo, dentro do seu segmento. Somos chamados de reacionários, e, em alguns casos, até de fanáticos”. O deputado assume ainda, que no Congresso Federal, existe um segmento de “bancada religiosa, que é a bancada evangélica, que hoje se associa com a bancada católica para alguns princípios sobre a vida”. E continua, nesta entrevista, afirmando que

[...] a Igreja Evangélica percebeu o que aconteceu comigo e o que acontece com a frente parlamentar Evangélica aqui. Nós vamos voltar com um número muito maior de deputados na próxima legislatura. Se possível for dobrar. Hoje nós somos 73. Nós queremos, no mínimo, 30% a mais de deputados. E aí teremos mais força. (Ibidem, 2013, www).

Marco Feliciano já previa as eleições de 2015 quando as bases evangélicas já se movimentavam para ampliar essa bancada que compõe a Frente Parlamentar Evangélica<sup>90</sup>.

Assim, o vídeo da REJU vem demonstrando o quanto a diversidade regional, religiosa e política podem contribuir para fortalecer a caminhada das juventudes no Brasil. Sobretudo, respeitando o direito do contraditório por parte de jovens que são ligados a movimentos religiosos e políticos mais de direita e, até mesmo, conservadores. Veremos que na fala dessas pessoas, a luta é por garantir políticas públicas para todas as juventudes brasileiras sem distinção.

O segundo vídeo, Águas do Jaboatão, narra a trajetória desse mesmo rio e as consequências que sofrem moradores da área ribeirinha que vivem em contato direto com a poluição, as intervenções humanas no sentido da degradação e saturação da vida em sua extensão. Aqui se faz mais presente o viés político a partir da ecologia, da preservação da casa comum, a Terra. E de tudo o que está nessa junção cosmológica entre fé, vida e política.

Dessa vez, essas pessoas, se juntam para denunciar a situação precária que se encontra o Rio Jaboatão. E a contribuição humana, tanto por parte do poder público, das pessoas que moram e das indústrias que foram instaladas ao longo de sua margem para a degradação do mesmo. Essas moças e rapazes, em sua denúncia, demonstram se identificar com Leonardo Boff, quando diz, em seu artigo “Economia Social: pobreza e miséria” que o desenvolvimento econômico de nossa sociedade

não produz riqueza sem ao mesmo tempo gerar degradação ambiental. O que o sistema industrialista mais produz é lixo, rejeitos tóxicos, escórias radioativas,

<sup>90</sup> Vale a pena ler a reportagem “Os pastores do Congresso”. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/10/os-pastores-do-congresso/>>. Acessado em: 20/02/2016.

contaminação atmosférica, chuvas ácidas, diminuição do ozônio, envenenamento da terra, das águas e do ar, numa palavra, deteriorização da qualidade de vida. A fome da população, as doenças, a falta de habitação, de educação e lazer, a ruptura dos laços familiares e sociais são agressões ecológicas contra o ser mais complexo da criação que é o ser humano, especialmente, o mais indefeso que é o pobre e marginalizado. (BOFF, 2012, p. 3)

O primeiro vídeo tem uma produção Nacional, com jovens de várias regiões do país. E o segundo, é produzido de maneira mais artesanal e amadora, por moças e rapazes de Jaboatão Centro. Em ambos temos a presença de jovens de Pernambuco, do bairro de Santo Aleixo, que militam na Rede Ecumênica e no movimento de Monitoramento Jovem.

É de suma importância observar que, sendo os dois vídeos criados por jovens que convergem ideologicamente a partir de suas lutas e identidades sociais, já que são jovens envolvidos com a militância e engajamento político de esquerda, os dois grupos falam de lugares diferentes interligados pela presença de pessoas comuns, direta ou indiretamente, nas duas ações.

Nosso trabalho de análise do corpus será realizado a partir do material obtido com a finalidade de considerar os efeitos de sentidos do discurso sociopolítico e religioso aí encontrado. A seguir, desenvolveremos a análise de cada um deles de maneira mais específica. Sempre que necessário colocaremos fotos dos vídeos e de outras páginas virtuais para melhor compreensão de quem estiver lendo este trabalho de pesquisa.

### **3.1.2. Estado Laico é a gente que faz – vídeo da Rede Ecumênica de Juventude**

Tempo: 7:02. Produção: Rede Ecumênica de Juventude

Publicado em 21 de janeiro de 2015, com a seguinte definição: “Perspectivas da juventude ecumênica organizada pela Rede Ecumênica da Juventude, sobre o Estado Laico no Brasil e seus caminhos de consolidação”.

Do vídeo da REJU destacaremos do conjunto de depoimentos alguns para que possamos fazer a devida análise e indicar os efeitos de sentidos decorrentes desses pronunciamentos.

Assim, na busca dessa análise entendemos que, como diz Orlandi, quanto à finalidade do analista de discurso:

Não se limita à descrição. Mesmo porque a descrição tem que ser interpretada. Melhor dizer então que sua finalidade não é descrever nem interpretar mas compreender – isto é, explicar – os processos de significação que trabalham o texto; compreender como o texto produz sentidos através de seus mecanismos de funcionamento (E. Orlandi, 1988). Podemos ir além: o analista procura determinar que gestos de interpretação trabalham a discursividade que é objeto de sua

compreensão. Ele procura distinguir quais gestos de interpretação estão na base da produção de sentidos de um texto. Como os sentidos e os sujeitos com suas posições se constituem ao mesmo tempo, o analista busca assim compreender os gestos de interpretação constitutivos dos sentidos e dos sujeitos (ORLANDI, 2001. p. 27).

O vídeo começa apresentando um verdadeiro mosaico de vivências religiosas no sentido de fortalecer a diversidade de participantes da REJU. Tudo começa com a afirmação da identidade: Eu sou. O texto, dito espontaneamente a partir de depoimentos livres, diz o que cada jovem é, a partir de sua formação e experiência. A partir dessa afirmação identitária se faz presente que cada participante tem determinada qualidade, virtude. Dessa forma, a partir desse “eu sou”, se firma uma amizade com propósitos comuns, o de enfrentar e denunciar a intolerância religiosa. Mas, ao mesmo tempo, deixa clara a necessidade de um constante “vir a ser”, um processo de caminhada em que a diversidade religiosa seja valorizada e respeitada para que todas as pessoas sejam alcançadas por uma cultura religiosa de paz e respeito. Ou seja, já é um movimento ecumênico, mas que ao mesmo tempo busca ser, enquanto se movimenta, para finalmente acontecer o tão esperado diálogo entre diferentes. Assim, começa o vídeo com as seguintes falas afirmativas:

Jovem 1 – rapaz: Eu sou ogã. Sou do Candomblé  
 Jovem 2 – rapaz: Faço parte da Igreja Episcopal Anglicana no Brasil  
 Jovem 3 – moça: Eu sou da Igreja Batista Nazaré  
 Jovem 4 – rapaz: Eu sou espírita  
 Jovem 5 – rapaz: Eu sou metodista  
 Jovem 6 – moça: Sou Católica Apostólica Romana  
 Jovem 7 – rapaz: Eu sou um cristão-budista  
 Jovem 8 – moça: Eu sou cristã, protestante, membro da Comunidade Igreja Presbiteriana Unida  
 Jovem 9 – rapaz: Bom, eu sou da Igreja Presbiteriana Independente desde que nasci.  
 Jovem 10 moça: Sou integrante, militante, da pastoral da juventude dentro da Igreja Católica  
 Jovem 11 – rapaz: Candomblecista, sou iniciado no orixá... prá Ogum  
 Jovem 12 – rapaz: Eu sou da Igreja de Cristo Pentecostal no Brasil  
 Jovem 13 – rapaz: Eu sou cristão, protestante, pertencente à comunidade luterana no Brasil  
 Jovem 14 – moça: Hoje, eu não me identifico com essas instituições” (REDE ECUMÊNICA DE JUVENTUDE, 2015, www)

Essa diversidade pode indicar que a REJU deseja multiplicar suas ações de maneira que alcance todas as pessoas sem distinção alguma contribuindo, segundo dizem, para o fortalecimento da tradição religiosa de cada pessoa envolvida com o movimento.

É certo, que outros movimentos jovens de cunho conservador e conservador, tais como aqueles ligados a movimentos carismáticos e pentecostais, também têm o mesmo interesse de chamar para si a maior quantidade possível de jovens. Mas é comum perceber que a motivação seja proselitista, seja de conversão a unidade cristã, no sentido de converter as pessoas a fé hegemônica do Cristianismo. E isso não cabe na prática do ecumenismo e do

diálogo inter-religioso.

Mas, quando passamos a visitar as duas páginas encontramos sinais expressivos de divergências ideológicas entre os dois movimentos. A Canção Nova se trata de uma empresa bem estruturada com uma Rede de TV, com uma página bem produzida e de largo alcance. Já a REJU, contando com o trabalho de voluntariado e apoio de algumas agências mantenedoras apresenta dificuldade de alcançar maiores audiências. Enquanto uma homilia, postada no Youtube.com, do Monsenhor Jonas Adib, direcionado a maioria de pessoas jovens, alcança 36 mil visualizações em três anos, em torno de 12 mil visualizações ao ano, juntando todos os vídeos postados no canal da REJU durante o último ano não chega a cinco mil.



Figura 1 - Site da REJU



Figura 2 – Página de Eventos da Canção Nova sobre presença jovem no Carnaval Religioso

É importante ter esse parâmetro para poder dimensionar a luta diária por afirmação desses movimentos de empoderamento e autonomia das juventudes brasileiras. Pois se considerarmos que a REJU é composta apenas por jovens, sem intervenção de uma liderança religiosa, podemos identificar aí um ato de resistência. Sendo assim, vale a pena observar

como se diferenciam os comportamentos dessa diversidade de jovens tanto no site da REJU quando no site da Canção Nova.

Dessa forma, percebemos, quando assistimos ao vídeo analisado por este trabalho acadêmico, que, na prática da Rede Ecumênica, é importante fortalecer as origens de cada pessoa que esteja envolvida nas ações, a partir das articulações regionais em Rede, sem querer dá uma uniformidade a essas expressões. Os depoimentos do vídeo afirmam que é importante manter as relações ecumênicas e inter-religiosas visando enfrentar a intolerância. Buscando definir sua prática e compromisso com as diferentes manifestações religiosas, a REJU afirma, em sua página<sup>91</sup>, que

[...] o ecumenismo é compreendido em seu sentido mais amplo, como um movimento, uma ação: a busca por se construir uma casa comum (oikoumene) realmente justa e sustentável para todas as pessoas e a criação. O ecumenismo, neste sentido, acontece como uma posição prática e cotidiana, que resulta em uma incidência política orientada pela justiça e a alteridade, no sonho por se viver “outros mundos possíveis”. Ser ecumênica(o), portanto, é um compromisso, uma mística, que acontece em três dimensões: a unidade intra-religiosa, em que se busca construir uma interação e respeito no interior de cada tradição religiosa e comunidade de pertença (ex.: a unidade das cristãs e dos cristãos); a unidade inter-religiosa, em que se procura estabelecer pontes de diálogo, fraternidade/solidariedade e interação por ações transformadoras entre pessoas de distintas vivências de fé; a unidade na luta pela justiça, paz e integridade da criação. Assim, o ecumenismo proposto e vivido pela REJU vai além do diálogo cristão e institucional, integrando jovens de distintas expressões de fé e espiritualidades, com e sem vivências religiosas, falando desde distintos lugares e diferentes modos de viver e atuar no mundo (REJU, 2016, www).



Figura 3 – Mosaico de abertura: “Eu sou.”

Essas muitas caras, que começam afirmando sua identidade teológica aberta e dialogal, aberta à diversidade a partir do “eu sou”, apresentam, de maneira muito didática, indicando ser importante valorizar a presença de maior quantidade possível das etnias que representam a sociedade brasileira nas suas ações sociopolíticas. Dessas etnias, encontradas no discurso do vídeo, podemos intuir a respeito das múltiplas vivências religiosas que para a

<sup>91</sup> Página da Rede Ecumênica de Juventude – REJU. Disponível em: < <http://reju.org.br/page/sobre-a-rede-ecumenica-da-juventude/>>. Acessado em: 22/02/2016.

Rede convergem. E, claro, indica da possibilidade de se viver pacificamente a partir das diferenças.

Nota-se, também, que o vídeo se inicia, e é concluído, pelo depoimento de um mesmo jovem negro, de Candomblé. Levando em conta a perseguição histórica dos povos de tradição de terreiro, que continua tão atual diante do quadro brasileiro de intolerância religiosa, nota-se a importância desse jovem abrir os depoimentos, constatando um fato histórico, que cada vez mais se acentua em nossos dias diante do clima de intolerância e confronto que encontramos. Sendo assim, com essa presença inicial podemos identificar duas importantes alusões: a discriminação racial e a intolerância religiosa com as pessoas que professam a referida Religião.

Como sabemos no Brasil a perseguição aos povos de terreiros pelas igrejas pentecostais e neopentecostais é bem comum. Os noticiários apresentam notícias a esse respeito. Duas se destacaram no ano de 2015. A primeira é o caso da menina<sup>92</sup> de 11 anos que foi apedrejada ao sair do seu barracão após uma festa religiosa por dois homens que tinham, segundo a denúncia comportamentos de pessoas de igrejas evangélicas. E a segunda diz respeito a dois terreiros de Candomblé que foram incendiados no entorno do Distrito Federal<sup>93</sup>. Sendo assim, começar e terminar o vídeo da REJU com a presença de um jovem negro é muito significativo. Pois apresenta bem a sua formação ideológica que para a AD, expressa o coletivo de representações, atitudes e iniciativas do conflito de classes. Assim, segundo Ferreira (2001), a “FI é um elemento suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social”. E a autora continua dizendo que a formação ideológica (FI) consiste, para a AD

[...] no conjunto complexo de atitudes e de representações, não individuais nem universais, que se relacionam às posições de classes em conflito umas com as outras. A FI é um elemento suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social (FERREIRA, 2001, p. 16).

Mas, esse “eu sou”, que expressa uma ideologia coletiva de diálogo e abertura para o diferente, não se limita, apenas, a expressão candomblecista. Pelo contrário, assume sua identidade diversa quando da presença de jovens de tradição evangélicas, de tradição católica anglicana e romana, cristão espírita e cristão budista, e até uma jovem que se assume

<sup>92</sup> Menina de 11 anos que voltava de culto de Candomblé é ataca por fanáticos religiosos. Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/menina-de-11-anos-que-voltava-de-culto-de-candomble-e-atacada-por-fanaticos-religiosos/>>. Acessado em: 22/02/2016.

<sup>93</sup> Terreiros incendiados no Distrito Federal – Brasília-DF. Disponível em: <[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/09/12/interna\\_cidadesdf.498369/doi-terreiros-de-religioses-afros-sao-incendiados-no-entorno-no-df.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/09/12/interna_cidadesdf.498369/doi-terreiros-de-religioses-afros-sao-incendiados-no-entorno-no-df.shtml)>. Acessado em: 23/02/2016.



“desinstitucionalizada”, ou seja, sem vínculos religiosos.

Diante dessa situação, a nossa interpretação nos ajuda a interpelar a sociedade atual para buscar definir, junto aos poderes públicos, a real condição do Estado Democrático de Direito quando se refere à garantia cultos religiosos. E é isso que a REJU procura apresentar em suas ações, em busca dos direitos juvenis.

Dentro dessas realidades que se contrapõe, Orlandi (2001. p. 22), diz que

O sujeito é a interpretação. Fazendo significar, ele significa. É pela interpretação que o sujeito se submete à ideologia, ao efeito da literalidade, à ilusão do conteúdo, a construção de evidências dos sentidos, à impressão do sentido já-lá. A ideologia se caracteriza assim pela fixação de um conteúdo, pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade da linguagem e da história, pela estruturação ideológica da subjetividade.

Assim a ideologia que podemos encontrar no discurso sociopolítico e religioso da REJU, inicialmente, é da afirmação de um posicionamento aberto às diferenças que se complementam e que dialogam para se fortalecer. Fortalecendo a luta das juventudes marginalizadas e negligenciadas em suas causas.

Nossa nação é guiada por leis discutidas e criadas pelo Congresso Nacional que visam normatizar as relações humanas e institucionais dentro do território brasileiro. Uma sociedade que não se submete a uma normativa de leis, em nosso caso a Constituição Federal, naturalmente estará negligenciando direitos humanos necessários para a convivência e sobrevivência digna das pessoas. Lidamos diariamente com o desafio da convivência com pessoas que pensam diferentes. E quanto isso é levado para o âmbito da prática religiosa o desafio é ainda maior e instigante. Assim, devemos entender o processo de formação do Estado Laico ou secularizado.

No que concerne a educação, quando tratamos de ensino religioso, o Estado precisa manter o devido distanciamento respeitando todas as experiências religiosas, optando por não confessar qualquer credo (CURY, 2004, p. 184).

Um Estado laico é aquele que garante a todas as pessoas a liberdade de vivenciar sua fé, o seu credo, respeitando a liberdade de escolha, ou de educação religiosa aplicada por mães, pais ou responsáveis. Ou até mesmo, esse Estado deve garantir que possa ser expresso também o direito de não crer, não acreditar em nenhuma divindade. Assim, o maior interesse do Estado laico é do harmonizar o diálogo e possibilitar a garantia das expressões religiosas ou não de todas as pessoas.

Como preconiza a Constituição de 1988, em seu artigo 5º, VI, quando diz que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”.

A partir dos depoimentos do vídeo se constrói um discurso coletivo imaginário que se apresenta de maneira uniforme, uníssona, mesmo sendo produzido por várias vozes. E vão se basear na definição do que seja o Estado Laico, a partir da compreensão de Estado Democrático de Direitos. E assim se expressa o jovem Mário Luiz Gomes – REJU RJ – Ogan, candomblecista:

(em 3:07): Desde 1891, quando se pensou em transformar o Brasil em um Estado Laico, se pensou em garantir todas as culturas que existiam naquela época no país, né? Garantir, a celebração de culto, de todas as religiões. Mas eu acho que... é... algumas... algumas tendências, algumas pessoas... né? Algumas igrejas, religiões que vieram pra cá, tornou esse ciclo, o ciclo de catequizar os índios em algo vicioso até os dias de hoje.

(em 5:40): Religião faz parte... é um desdobramento da cultura da pessoa. Então, é...a garantia do Estado Laico, de certa forma também garante a paz, garante o respeito a todas as pessoas

(em 6:20): É... Eu como ogan, né? E como candomblecista, como negro, né? Eu sonho com o Brasil do Estado Laico, né? E, também, não só sonho, como luto pra isso da maneira “queu” posso, com as armas que nós temos, né? E a REJU, de certa forma, me ajuda, né? Sonha junto comigo. E quando pessoas sonham juntas, isso deixa de ser um sonho e passa se tornar gradativamente uma realidade (Ibidem, 2015, www)

De início nota-se o interesse de Mário em fundamentar seu posicionamento num possível conhecimento histórico a respeito do processo das mudanças do período imperial brasileiro para o republicano quanto indica a ruptura da condição da Igreja Romana, como “religião” oficial, no processo histórico em busca da laicidade do Estado brasileiro.

Ora, a primeira constituição com a finalidade de definir a “Política do Império do Brasil<sup>94</sup>”, de 25 de março de 1824, já no início, no artigo 5º, após o preâmbulo “EM NOME DA SANTÍSSIMA TRINDADE”, institui a “religião Católica Apostólica Romana” como oficial do Império, sendo as demais permitidas apenas no âmbito doméstico. Já na constituição brasileira de 1891<sup>95</sup>, citada no depoimento, ocorre certa abertura, pelo menos, textual. Já não tem em na abertura a expressão que se refere ao conceito teológico e doutrinário a respeito da Trindade Cristã. Antes diz, no artigo 11, § 2º, que “ao Estado é vetado estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos religiosos”. E continua em seu artigo 72, § 3º, na busca por garantia de liberdade de expressão religiosa, dizendo que “Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer publica e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum”. No entanto, pesquisadores na área de história podem dizer com maior competência que, ao longo do tempo no exercício desses direitos constitucionais, a realidade foi totalmente outra.

<sup>94</sup> Constituição política do Império do Brasil de 1824. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm)>. Acessado em: 23/02/2016.

<sup>95</sup> Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm)>. Acessado em: 23/02/2016.

Ora, se considerarmos que em nossos dias o tema de enfrentamento a intolerância religiosa está em pauta atualizada, o que diremos dessa época? Se fizermos um paralelo entre o discurso do Monsenhor Jonas com o do jovem candomblecista Mário, podemos identificar o quanto ainda é desafiador lutar por políticas públicas afirmativas, sobretudo, aquelas que visam garantir direitos de minorias, de povos negros e indígenas.

Nesse contexto é importante observar que

O dispositivo ideológico de interpretação do sujeito vem carregado de uma memória (uma filiação nas redes de sentidos – o interdiscurso) que, entretanto, aparece negada como se o sentido surgisse lá. Isto porque a memória discursiva (o interdiscurso) se estrutura pelo esquecimento: esquecemos como os sentidos se formam de tal modo que eles aparecem como surgido em nós. Este dispositivo ideológico da interpretação funciona no espaço da relação linguagem/mundo. Os sujeitos são submetidos ao acaso e ao jogo mas também à memória e à regra. Face à imprevisibilidade da relação do sujeito aos sentidos, toda formação social tem formas de controle da interpretação institucionalmente (mais ou menos) desenvolvidas que são historicamente determinadas. (ORLANDI, 2001, p. 28).

Em sua fala, Mário busca denunciar que a “catequese” continua sendo praticada até os dias atuais: “Algumas igrejas, religiões que vieram pra cá, tornou esse ciclo, o ciclo de catequizar os índios em algo vicioso até os dias de hoje”. E identifica um sentido de “invasão”, de dominação religiosa imposta sobre quem aqui residia. Mário usa o termo Igreja no plural e ainda a define como “religiões”. Ora, quando a Igreja Romana chegou ao Brasil, durante o período da invasão portuguesa, como vimos, ela era tida como oficial até a Constituição de 1891. No entanto, usufruiu desse privilégio durante muitos anos quando o Estado garantia a hegemonia cristã em nosso país. Nos dias atuais as práticas proselitistas são comuns nos espaços evangélicos, pentecostais e neopentecostais. E agora, como vimos na homilia do Monsenhor, nos movimentos carismáticos.

Outro dado significativo no discurso de Mário se faz presente na necessidade de se afirmar a partir de suas funções dentro da sua prática religiosa. E não somente aí, mas também garantindo sua identidade étnica quando afirma: “É... Eu como ogan, né? E como candomblecista, como negro, né?”.

Se juntarmos os discursos emitidos pelas mulheres podemos observar recortes significativos ligados à reflexão dos Direitos Humanos. Vejamos:

Gabriela Cristina da Silva – ICAR, REJU PARANÁ (0:52): Acredito que o Estado laico é um Estado em que qualquer um seja livre pra professar ou não, né? A sua fé, a sua crença.

Mariana F. Zuccarello – REJU ES – Presbiteriana Unida (IPU) – (1:14): A nação brasileira é uma nação diversa, é... com vários povos, de várias etnias, de vários credos e garantia do Estado laico é o que nos permite viver em comunidade, que nos permite viver respeitando os direitos doutros indivíduos.

Tairine Ferreira Pimentel – REJU PE – Sem vinculação religiosa – (1:50): Eu sou a favor do Estado laico, mas não do Estado ateu. Porque o Estado ateu ele é uma

forma de opressão também aqueles que seguem determinadas religiões. Então, eu acho que, nessa discussão entre Estado Laico, a gente precisa fortalecer o “dis”, o debate sobre o Estado Laico. Mas dizer também, enfatizar, que não é um Estado ateu.

Laina Crisostomo – REJU BA – Cristã da Igreja Batista do Nazaré – (2:52): Possa garantir para evangélicos, candomblecistas, católicos, ateus, os mesmos direitos que todas as pessoas devem ter. Então, a garantia de... da... da moradia, a garantia da alimentação, a garantia de uma saúde pública de qualidade, uma educação de qualidade.

Mariana F. Zuccarello – (3:35): O monopólio é muito grande, a bancada evangélica, não só evangélica, mas o fundamentalismo religioso, ele é muito grande e tem, sim, perseguido, aqueles que professam fé diferente da hegemonia que é a fé cristã” (Ibidem, 2015, www).

Ora, esse bloco de depoimentos realizado pelas mulheres da REJU toca em questões nevrálgicas que estão sendo discutidas diariamente, que fazem a pauta dos movimentos feministas e LBGTs do Brasil e do Mundo. Com esses depoimentos busca-se afirmar os direitos feministas. Aí encontramos certa unicidade na diversidade, quando jovens da Igreja Romana, da Igreja Presbiteriana, sem vínculo religioso, da Igreja Batista passam a discutir e acrescentar questões cruciais que estão sendo divulgadas atualmente nas mídias sociais. É certo que elas não representam oficialmente suas Igrejas ou convenções religiosas. Pelo contrário, fazem parte de pequenos grupos de resistências dentro de seus segmentos. Elas apresentam questões polêmicas que estão sendo amplamente debatidas no Congresso Nacional. Sobretudo, por legisladores vinculados a Igrejas Evangélicas. Dos quais podemos citar, como exemplos, os deputados evangélicos Anderson Ferreira<sup>96</sup>, PR-PE, que discute e defende o “Estatuto da Família<sup>97</sup>”, cujo relator é o deputado Ronaldo Fonseca<sup>98</sup>, PROS-DF, que diz que seu projeto buscar proteger a “família natural”, em contra posição as discussões das novas configurações familiares. Assim, percebemos no discurso da jovem da Igreja Batista, Laina Crisóstomo, a necessidade de se refletir a descriminalização do aborto e a criminalização da homofobia, quando diz:

(4:18): Eu não consigo ver o Estado Laico sendo garantido a partir dessa, dessa situação que a gente vive, que é uma bancada majoritariamente evangélica, conservadora, conservador, que não permite pautas como, por exemplo, a criminalização da homofobia, a descriminalização do aborto, né? A própria PL do... do... dos Autos de Resistência a gente tem uma resistência muito grande no processo de aprovação, justamente porque a gente não tem um Estado Laico garantido. A gente tem um Estado que, na verdade, tem promovido os direitos de uma minoria” (Ibidem, 2015, www)

<sup>96</sup> Deputado Anderson Ferreira é importante conhecer sua página na internet. Disponível em: <<https://oprojetolibertador.wordpress.com/>>. Acessado em: 25/02/2016.

<sup>97</sup> Sobre o Estatuto da família, de autoria do deputado João Campos, PSDB-GO. Disponível em: <<http://noticias.gospelmais.com.br/comissao-camara-familia-uniao-homem-mulher-79398.html>>. Acessado em: 25/02/2016.

<sup>98</sup> Deputado Ronaldo Fonseca. Disponível em: <<http://www.ronaldofonseca.com.br/mandato/>>. Acessado em: 25/02/2016.

No entendimento da militância da REJU, a criminalização da homofobia e a descriminalização do aborto<sup>99</sup> estão intrinsicamente ligados a questões ligadas aos Direitos Humanos. No primeiro caso, por considerar o preconceito letal para a sobrevivência de jovens lésbicas e gays perseguidos por Igrejas e movimentos conservadores. E no segundo caso, por se tratar de proteção à vida de mulheres, em sua maioria jovem, negligenciada por um sistema que deveria, segundo o depoimento, identificar esse problema como uma questão de saúde pública nacional.

É importante salientar que não existe uma “Bancada Evangélica”, mas sim um grupo de políticos religiosos que defendem posições conservadoras buscando fundamentar seus posicionamentos em confissões doutrinárias a partir da Bíblia e de suas Tradições. E nele se inclui também o deputado católico Flavinho, PSB-SP, ligado a Canção Nova. Vejamos seu depoimento<sup>100</sup>, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias que teve por presidente o pastor Marco Feliciano no ano de 2013:

[...] Sou religioso, missionário católico, pregador. Muitos aqui já conhecem a minha história. Acredito piamente naquilo que foi colocado hoje por essas pessoas corajosas, nesse dia. E quero aplaudir também a iniciativa e a coragem de cada um de vocês. E hoje, mais do que nunca, quero dizer ao pastor Marco Feliciano que, mais do que nunca, nós estamos juntos. Mais do que... entendi muitas coisas que você me disse ao longo desse tempo, sou... sou um deputado novato nessa casa  
 [...] Fiz questão de em muitas situações não entrar num debate passionai, mas como legislador trazer a minha contribuição a partir dos meus valores. O que eu trago são valores. Não vim aqui para converter ninguém. Cada um tem a sua opção e a nossa Constituição garante isso a cada uma das pessoas. Você pode ser católico, evangélico, espírita... Você pode ser o que você for... Homossexual, lésbica, transgênero, hétero como eu sou. Ou então ex-gay como vocês estão testemunhando hoje. A Constituição garante isso. E eu tento legislar sem paixão, partindo dos valores. E esse valores eu trago no meu coração muito arraigado. (...) De uma forma muito especial hoje eu quero dizer que nessa casa, senhor presidente, nessa comissão, nós vamos começar a realmente travar uma batalha pra que as nossas famílias, as nossas crianças, não sejam afrontadas por esse mal, primeiramente que se chama ideologia de gênero. Segundo, eu não vou permitir, e sei que também os meus pares nessa casa, eu não falo simplesmente da “bancada” evangélica ou da “bancada” católica, os homens e mulheres de bem dessa casa, nós não vamos permitir que passem por cima da grande maioria da nação brasileira que é cristã. E que não aceita esse tipo de afronta, seja de movimento LGBT, seja de quem for. Nós respeitamos e queremos ser respeitados (Câmara Notícias. Direitos Humanos.

<sup>99</sup> Sugiro a leitura do artigo “850 mil mulheres realizam aborto no Brasil por ano”, quando provoca a reflexão a respeito desse tabu cheio de polêmicas. “*Tabu: apesar de afetar milhares de mulheres e custar aos cofres públicos pelo menos R\$ 142 milhões por ano, o aborto continua sendo tratado como uma questão delicada nas campanhas eleitorais e a maioria dos candidatos procura driblar o assunto*”. Disponível em: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/09/850-mil-mulheres-realizam-aborto-brasil-por-ano.html>>.

Acessado em: 25/02/2016.

<sup>100</sup> Depoimento dado na Audiência Pública sobre problemas enfrentados por pessoas que deixaram de ser homossexuais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/490720-AUDIENCIA-DISCUTE-PROBLEMAS-ENFRENTADOS-POR-PESSOAS-QUE-DEIXARAM-DE-SER-HOMOSSEXUAIS.html>>. Acessado em 24/02/2016. Também depoimento na íntegra disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=4VIu\\_mUDk1A](https://www.youtube.com/watch?v=4VIu_mUDk1A)>. Acessado em 24/02/2016.

2015).

Diante desses discursos, que buscam apresentar uma unidade em grupos tão heterogêneos e que historicamente já se confrontaram inclusive, com perseguições institucionais e confrontos entre pessoas protestantes e católicas no Nordeste<sup>101</sup> brasileiro em meados do Sec. XIX fica a pergunta: quais os verdadeiros interesses por trás desses posicionamentos? Então, é curioso identificar essa convergência dentro do Congresso Nacional em nome da defesa dos “valores cristãos”, a “família tradicional ou natural”, sobretudo, em confronto com as causas dos movimentos e organizações sociais de defesa dos povos indígenas, quilombolas, comunidades LGBTs e grupos feministas.

Ora, em muitos aspectos, a sociedade tem sofrido mudanças conceituais visíveis quebrando paradigmas históricos. Por exemplo, as questões ligadas ao divórcio, ao uso de contraceptivo e, nos últimos tempos, as questões ligadas às sexualidades. Por mais que as instituições religiosas, e de maneira particular a Igreja Romana, tenham se posicionado de maneira conservadora ao longo do tempo a respeito desses temas, na realidade, as pessoas que vivenciam sua fé dentro dos segmentos que mais se posicionam de maneira irredutível a esse respeito, são as que mais “transgredem”<sup>102</sup> as orientações de suas lideranças (MUSSKOPF, 2005, p. 88).

A pergunta que se faz no meio de ativistas de movimentos e organizações sociais é a seguinte: por que outros temas que são estigmatizados e tratados como pecado, e proibidos pelas grandes instituições religiosas como separação, diante do Sacramento do Matrimônio, e o uso de contraceptivos, hoje, são totalmente liberadas e vivenciadas, sobretudo, pela maioria daqueles que querem “salvaguardar a integridade da família cristã”?

Finalmente é importante analisar o que diz a coordenadora nacional da REJU, Edoarda S. Sherer, adepta da Igreja Romana:

(em 6:00): Como pautamos ou como construímos juntos e juntas um Estado Laico de fato, vai muito ao encontro do caminho do diálogo e pra superação de todas as formas de intolerância. Mas também descobrir no outro o respeito, o respeito no diferente, aquele respeito que quer ser conquistado (Ibidem, 2015, www)

<sup>101</sup> Como exemplo do conflito vale as leituras de dois artigos: O primeiro da revista evangélica *Ultimato* que narra um encontro entre uma adolescente presbiteriana e frei Damião de Bozzano. Disponível em: <<http://ultimato.com.br/sites/paralelo10/2015/06/voce-e-ovelha-de-jesus-ou-de-pedro-uma-discussao-entre-frei-damiao-e-uma-adolescente/>>. E o segundo denominado de “As mentiras protestantes sobre Frei Damião – Refutadas”, do Blog “Fim da Farsa”. Disponível em: <<http://fimdafarsa.blogspot.com.br/2012/06/as-mentiras-protestantes-sobre-frei.html>>. Acessado em 23/02/2016.

<sup>102</sup> O termo “transgredir” não se adequa aqui se considerarmos que, diante das múltiplas realidades vividas pela sociedade contemporânea, é inevitável se submeter às mudanças impostas pelas quebras de paradigmas. Sobretudo, quando a questão passa, apenas, pela interpretação doutrinária com base em algum texto religioso como a Bíblia (Nota do autor).

É na linguagem, a partir de suas diversas ideologias, onde consiste o conflito. Pois, as múltiplas identidades que formam os sujeitos, dentro das nossas sociedades e grupos de convivências, produzem os discursos que temos observado a partir do imaginário coletivo e que provocam confrontos ideológicos e doutrinários nesses espaços de discursão sociopolítica em nosso tempo. Isso deixa claro que para a AD há uma transparência, provocada pelas condições de produção. Sobretudo, quando devemos considerar as ideologias por trás dos discursos conservadores e liberais que encontramos a respeito dos temas abordados acima. E apresentado e defendido pelo vídeo da REJU na sua forma mais liberal<sup>103</sup>.

### 3.1.3. Águas do Jaboatão – vídeo realizado pela Rede Ecumênica de Juventude em Pernambuco e pelo Monitoramento Jovem de Políticas Públicas – MJPOP Liberdade

Início das filmagens: Vaso sanitário dando descarga. Em seguida, aparece um córrego contaminado com água suja dando a entender que é parte do Rio Jaboatão. Segue imagem de uma criança mergulhando no Rio Jaboatão numa área mais limpa; jovens dentro de um veículo, identificando a equipe de filmagem / REJU PE. Indicação do sentido da viagem: A caminho da nascente do Rio Jaboatão.



Figura 4 – Sequência de abertura Águas do Jaboatão

Neste vídeo estamos diante da temática ecológica. Sua narrativa procura demonstrar que as principais motivações do produto visual são: a preservação do meio ambiente; denúncia feita contra o descaso das instâncias públicas em desconsiderar a manutenção adequada do rio visando priorizar a saúde pública a partir da saúde ambiental; a corresponsabilidade da sociedade, no entorno do mesmo, no sentido de cooperar com a

<sup>103</sup> A REJU deixa claro, em seus posicionamentos públicos, através de cartas abertas a sociedade, que é um movimento inclusivo, que respeita a diversidade e a forma respeitosa de vivenciar pluralismo religioso, sobretudo, no enfrentamento e combate a intolerância religiosa. Podemos conferir esse posicionamento inclusivo a partir da sua própria página. Disponível em: <<http://reju.org.br/blog/carta-aberta-em-defesa-da-liberdade-religiosa-e-a-/>>. Acessado em: 22/04/2016.

qualidade do ecossistema.

A sequência do vaso sanitário (por onde corre os excrementos humanos) – córrego de água sem saneamento básico – Rio com criança mergulhando pode indicar que esse ciclo de preservação do meio ambiente está interligado com a maneira como as pessoas lidam com seus dejetos e com sua produção de lixo. Mas também chama a atenção do Governo do Estado e dos municípios para a responsabilidade política de conscientização, educação de saneamento básico e saúde das pessoas.

É clara a baixa qualidade do vídeo, mostrando o amadorismo das técnicas de produção além da baixa qualidade das câmaras filmadoras. Toda ficha técnica é composta por jovens dos bairros que compõe a Regional 1 – Jabotão Centro. E mais especificamente ainda, jovens do bairro de Santo Aleixo, que durante esse período estiveram frequentando o Ponto Missionário da Liberdade, da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil.

Nessa parte do trabalho de pesquisa iremos destacar os depoimentos das pessoas entrevistadas pelos jovens que residem e trabalham no entorno do Rio Jabotão. Nesses discursos, percebe-se o tempo todo, a atualização dos mesmos a partir das memórias discursivas quando se faz um paralelo entre a condição presente do mesmo e sua condição no passado quando era totalmente limpo, antes de sua poluição, e nos dias atuais quando grande parte dele está totalmente degradada. Ao mesmo tempo se percebe a importância das novas maneiras de registro de momentos significativos, de fatos históricos e de denúncias disponibilizadas a sociedade a partir de um telefone celular com câmera, um simples computador ou notebook com um programa livre de edição e uma plataforma para que se abra um canal de comunicação e se publique qualquer vídeo produzido. Dessa forma devemos levar em conta os possíveis recortes encontrados nos discursos apresentados pelo vídeo, isso porque

[...] somos levados por injunção à gestos de interpretação sobre o funcionamento das tecnologias de linguagem como o Facebook, o celular ou smartphone, construídos, por sua vez, pela circulação de leituras enquanto possíveis recortes da realidade, sobre fatos e acontecimentos cotidianos. O recorte de uma possível leitura instaura-se como uma evidência da realidade, atravessada pelo funcionamento das novas tecnologias como intermediadora direta entre o homem e o mundo (DIAS, 2013, p. 2).

Segundo Orlandi (2001, p. 28), a interpretação que será dada aos fatos estará indicando os sentidos sempre considerando as posições do sujeito. Dessa forma, a de se considerar as interações ideológicas que submetem os depoentes as reivindicações apresentadas pelo vídeo. Sendo assim:

Essa divisão faz eco sobre duas outras: a. há aqueles que tem direito à interpretação



e aqueles que não tem; e b. há textos consideráveis instáveis (sujeitos a equívoco) quanto aos sentidos e há aqueles que são tidos como extáveis (onde haveria interdição à interpretação). Essa divisão separa o literário do científico. Essas divisões correspondem a formas de administração dos sentidos abundantemente praticadas nas/pelas instituições: distribuídas pelas diferentes posições dos sujeitos (pai, professor, líder sindical, patrão, líder de partido político, etc), pela diferentes instituições (Igreja, Escola, Empresa, Partido, etc), pela enorme produção de textos (regulamentos, constituições, filipetas, livros, programas de partido etc). os sentidos – sempre aí em seu movimento de produzir rupturas, acontecimentos – não estão no entanto jamais soltos (desligados, livres), eles são administrados (geridos) (ORLANDI, 2001, p. 28).

Como diz a narrativa de abertura do vídeo: “Ao longo da história civilizações inteiras desenvolveram-se as margens dos rios. Essas civilizações utilizaram as águas na agricultura, para higiene e até em seus ritos mais sagrados”. No entanto, a presença dos grupos humanos no entorno de rios sempre ocasionou verdadeiros conflitos. Isso porque o elemento água é vital para a existência humana e de todo planeta. Numa tentativa de demonstrar os danos sofridos e ao mesmo o sofrimento encarado, diariamente, pelo povo, o documentário, após apresentar a trajetória do leito do Rio Jaboatão por vários municípios da Região Metropolitana de Recife, indica numa sequência de três cenas que: a. Apesar de tudo, ainda há vida, pois ainda há pesca, e a presença de pessoas se utilizando do mesmo para produzir alimentos e navegar por ele; b. Essas mesmas pessoas também que usufruem do rio são responsabilizadas pelos dejetos e pelo lixo nele jogado; c. de uma política pública de saúde ambiental as pessoas estão vulneráveis a doenças como resultado desse desajuste ecológico.



Figura 5 - Pessoas navegando, jogando restos de animais e a poluição do Rio Jaboatão

Analisemos, agora, o depoimento do senhor Salatiel, “dono do sítio” logo nos primeiros minutos do vídeo, ele produtor rural que depende do rio para sobrevivência e para a produção de alimentos para venda.



Figura 5 – Salatiel “dono do sítio”

Quando a gente “chegamo” “interiormente” aqui, há 30 anos atrás, já tinha assim, a facha de umas 40 famílias que se mantinha daqui, dessa mesma nascente. Nunca ninguém teve “pobrema” com nada. E agora “arrasteano”, a nascente, né? O rio... todas ela usa igualmente. Cada um usa do seu jeito. E, se não tiver água, a nossa agricultura entra no caso de falência rapidamente. (riso tenso). Porque a maioria, de um 50% hoje, se não tiver irrigação, ou mais, a gente não tira o nosso fruto da terra, né? E o... fica sem sobrevivência o agricultor rural e vocês da cidade que não vai chegar os “alimento” na mesa de vocês” (MJPOP, 2012, www)

Primeiramente, seu Salatiel indica que a presença de sua família e de várias outras pessoas se deu há 30 anos como resultado de um possível êxodo rural. Isso lhe confere autoridade para falar com conhecimento, a partir da própria experiência de vida, a respeito do processo de assoreamento sofrido pelo rio e das dificuldades que encontra enquanto agricultor rural. Ele é muito claro quando diz que, no passado, “Nunca ninguém teve “pobrema” com nada”. Iniciar com esse depoimento histórico também atribui credibilidade ao documentário, pois o primeiro ato já se posiciona o fato de que um dia o Rio Jaboatão já foi limpo e que o progresso e o crescimento urbano causou problemas ambientais.

Nesse mesmo depoimento é indicado risco de se perder a água, o que provocará, segundo seu Salatiel, uma “falência rapidamente”. E ele identifica de imediato a dependência da área urbana – de quem vive nessa condição geopolítica –, em relação à área rural – de quem é produtor rural.

Mas em torno da água, a humanidade viveu seus grandes conflitos. E ainda hoje é um desafio manter o uso consciente e equânime de todas as pessoas no entorno dos rios

espalhados pelo Nordeste brasileiro<sup>104</sup>. A respeito disso podemos considerar o sofrimento do Sertão Nordestino com a seca histórica que sofre. Ou seja, é um conflito de ordem política onde quem é pobre e depende para sobreviver de forma mais direta do rio sofre muito mais do que quem é grande produtor rural.

Já na área urbana, nas casas que ocuparam de forma irregular as margens do Rio Jaboatão, surge à personagem “moradora da cidade de Moreno”. Como se estivesse em sua “varanda”, olhando para o rio começa a narrar a experiência de quem viveu toda a sua vida ali às margens do rio.



Figura 6 - Moradora de Moreno

Agora, vejamos o depoimento “Moradora da cidade de Moreno”:

Eu tinha “pobrema” de coqueluche e meu pai, os mais velhos “contava” a ele que ele desse banho em mim, no Rio, nas primeiras águas da manhã, né? Aí quando era 5h da manhã. Aí quando era 5h da manhã, ele me trazia pra cá pra me dar três mergulhos no rio. E a água era totalmente limpa. Já pesquei muito com ele aqui. Saía de noite pra pescar de tarrafa com ele. Hoje... (balança a cabeça negativamente). [...] tem gente que ainda pesca. Agora... que... tá desse jeito. Eu “mesmo” não tenho coragem de comer um peixe daqui. Só se eu não souber (Ibidem, 2012, www)

Como a maioria das mulheres que residem no espaço de periferia, e ainda mais nas comunidades ribeirinhas, ela não tem “nome”. Pelo comentário é tida apenas como mais uma moradora da cidade de Moreno. Mas seu depoimento é muito rico. Primeiro porque ela indica a ligação do seu pai com os antepassados, com a ancestralidade local, pois “os mais velhos contavam a

<sup>104</sup> Vale a pena assistir a reportagem do Fantástico sobre o desvio de água no interior da Paraíba. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/videos/t/edicoes/v/desvio-de-agua-preocupa-produtores-rurais-de-souza-na-paraiba/4829838/>>. Acessado em: 26/02/2016.

ele”. Isso pode implicar em sinal de sabedoria dos “mais velhos”. Uma “sabedoria” que até certo ponto pode sofrer negligência por escutada por quem é mais jovem. No entanto, é importante perceber também que o Rio, hoje poluído e vitimado pela incidência de moradores e indústrias que contribuem para sua degradação, um dia serviu para “curar” doenças, quando era necessário apenas “dar banho no rio nas primeiras águas da manhã”. E ela continua, com saudosismo e em seguida em tom de denúncia, “já pesquei” com meu pai e “Saia de noite pra pescar de tarrafa com ele”. E continua: “tem gente que ainda pesca. Agora... que... tá desse jeito. Eu “mesmo” não tenho coragem de comer um peixe daqui. Só se eu não souber.”

O depoimento da “moradora de moreno” é muito importante porque, ao mesmo tempo ela indica, em forma de denúncia, a pesca e consumo de um peixe não sadio, mas, por questões socioeconômicas, reside em suas margens correndo o risco de adoecer mesmo não consumindo a água nem o pescado. Ou seja, se configura aí uma relação de dependência com o meio onde vive. Sobretudo, por limitação econômica e cultural.

Quando entendemos que o texto oral tem o mesmo valor que o escrito, por causa de suas significâncias, como diz Orlandi (2001, p. 67), isso não muda a sua definição. Ou seja, se escritos ou orais

Os textos individualizam – como unidade – um conjunto de relações significativas. Eles são assim unidades complexas, constituem um todo que resulta de uma articulação de natureza linguístico-histórica. Todo texto é heterogêneo: quanto a natureza dos diferentes materiais simbólicos (imagem, som, grafia etc); quanto à natureza das linguagens (oral, escrita, científica, literária, narrativa, descrição etc); quanto as posições do sujeito. Além disso, podemos considerar essas diferenças em função das formações discursivas: em um texto não encontramos apenas uma formação discursiva, pois ele pode ser atravessado por várias formações discursivas que nele se organizam em função de um dominante. (ORLANDI, 2001, p. 68)

Passando, segundo o vídeo documentário, por uma usina chamada Bulhões<sup>105</sup>, o rio chega ao município de Jaboaão. Segundo a narrativa, durante o processo de moagem da cana de açúcar “o rio é contaminado pelos resíduos da produção, como vinhoto, o que ocasiona a morte de muitos peixes”.

E continua informando que as margens do rio são ocupadas de maneira irregular e sem o menor planejamento urbano. Nesse ponto do documentário se demonstra certa busca da imparcialidade quando identifica a colaboração de moradores para o assoreamento das margens do rio. Aqui se demonstra, talvez, o interesse de indicar a responsabilidade das pessoas que residem nessa mesma margem quando, mesmo em condição de pobreza, poderiam cooperar para a preservação do meioambiente evitando jogar seus dejetos diretamente no leito do rio. Mas ao mesmo tempo, o vídeo deixa transparecer que a maior

<sup>105</sup> Para conhecer a Usina Bulhões, indico a leitura do Blog “Jaboaão dos Guararapes Redescoberto”. Disponível em: <<http://jaboataodosguararapes.blogspot.com.br/2009/06/usina-jaboatao-engenho-suassuna.html>>. Acessado em: 26/02/2016.

responsabilidade está por conta de gestores públicos quando não propiciam a população um método educativo de conscientização quanto ao tema de saúde ambiental.



Figura 7 - Usina Bulhões

Nesse momento que a “Usina Bulhões” aparece em cena, é importante observar a imagem de “algo” estranho no meio da natureza. Uma usina sempre contribuiu diretamente com o desmatamento e com a poluição do meioambiente. Além de trazer em si a imagem de um ambiente de trabalho opressor, desde o período colonial quando sua maior e principal mão de obra era escrava. Um dos efeitos de sentidos percebidos nessa imagem pode indicar o mal que essa produção econômica escravista fez ao longo do tempo na história do Brasil. E ainda assim, sobrevive e persiste em se fazer presente na vida do povo com seus métodos de produção que visa apenas o lucro a partir de uma monocultura.

Já no espaço urbano, como bem diz a narração, “é a ocupação irregular das margens que chama atenção. O rio está tão estreito que parece está canalizado pelas paredes das casas. Soma-se a isso o lixo jogado pelos moradores locais e por comerciantes da feira de Jaboaão”. E logo em seguida, temos um dos depoimentos centrais do vídeo, tendo como disparadora a pergunta de um dos jovens produtores:

É, o senhor que pescou muito, nesse Rio Jaboaão, quais os peixes mais tradicionais que tem nesse rio?

Resposta do Senhor Severino Francisco, pescador: “ ‘Pilapi’... pilapi, traira e... tapumaré. O mais pescado é jundiá. Jundiá, piaba, traira... e tem de muito. Antes não tinha muito por causa da usina... daqui “pa” baixo... da usina “pa” baixo não tinha muito. Mas, das... pra cima, sempre teve. Nunca faltou não... agora dali que é uma poluição muito... a catanga infeliz. Ai.... daqui pa baixo... da Portela pa baixo, joga o

“soda castico”. Ai... (Ibidem, 2012, www).



Figura 8 - Pescador e comerciante da Feira de Jaboatão Centro

Nesse momento, da presença do depoimento do Severino Francisco, que comercializa seu pescado na principal feira de Jaboatão Centro, seu discurso traz a tona, mais uma vez, a produção danosa das fábricas que poluem o meioambiente quando jogam produtos químicos de suas produções diretamente no rio. Dessa vez é a fábrica CEPASA<sup>106</sup>, que anterior a esse nome era conhecida por Fabrica Portela<sup>107</sup>. Essa fábrica é responsável pela poluição direta na Região, sendo considerada como a principal responsável pela “morte” do rio.

Na região já houve vários protestos e denúncias realizadas por parte de moradores, mas que até o momento não houve êxito no sentido de impedir na prática nociva ao meioambiente dessa indústria. Muito menos um compromisso por parte do governo municipal e do Ministério Público em autuar a empresa diante das solicitações de associações de moradores daquelas localidades.

<sup>106</sup> Existente no CNPJ 10.422.699/0001-31, com o nome de CELULOSE E PAPEL DE PERNAMBUCO S/A-CEPASA. Consulta realizada na página do Ministério da Fazenda. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/>>. Acessado em: 29/02/2016.

<sup>107</sup> Essa é uma luta histórica com pouco avanço positivo, no sentido de um controle que vise, pelo menos, diminuir a quantidade de poluentes no meioambiente nos bairros de Jaboatão Centro como bem mostra a reportagem do Jornal do Commercio de 28/04/1999. Nela as informações que constam é de que a fábrica, em seu processamento, “utiliza soda cáustica e os resíduos sólidos são queimados, resultando na liberação de vapor d’água e carbonato de cálcio por uma das chaminé”. Disponível em: <<http://www2.uol.com.br/JC/1999/2804/cm2804b.htm>>. Acessado em: 29/02/2016.



Figura 9 – Nesse momento, no vídeo documentário é apresentada a chaminé da CEPASA que polui o meioambiente

O Rio Jaboatão chega aos manguezais e, em seguida, ao mar. Mas sua saga se desenvolve por todo o seu leito com o mesmo desafio vivido por Severino, da obra *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto<sup>108</sup>. Ou seja, sobrevivendo e encarando a morte por todas as formas e cantos do seu trajeto desde a nascente até chegar ao Oceano. Mas sem ter a forma de poesia. Ou melhor, sendo alvo de uma verdadeira narrativa de programas televisivos que cuidam apenas de narrar às tragédias humanas.

Durante todo o vídeo a música de Chico Science<sup>109</sup> ecoa. Esse canto expressa bem as inquietações do povo do mangue, do povo da periferia, das juventudes que lutam diariamente para entrar na pauta dos governos. Assim, essas pessoas jovens, moças e rapazes, fazem um apanhado do sofrimento do Rio Jaboatão de maneira muito realista, levando em conta as ações de degradação humana contra a vida que ali poderia se fazer presente. O que isso tem a ver com suas vidas? O que isso tem a ver com a fé que professam? Qual a espiritualidade que se encontra aí, nessa face declarada de dor e esquecimento da gente que vive, literalmente, à margem?

<sup>108</sup> Para conhecer o imortal João Cabral de Melo Neto e suas obras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/joao-cabral-de-melo-neto>>. Acessado em: 29/02/2016.

<sup>109</sup> Para conhecer Chico Science o Movimento Mangue Beat. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/chicoscience/index.php>>. Acessado em: 29/02/2016.



Figura 10 - O pescador "Da Ostra" sendo entrevistado por jovens da REJU e do MJPOP de Jaboatão dos Guararapes

Assim, expressando o conflito que existe entre o público e o privado, levando em conta à falsa impressão de perenidade humana, chega com muita delicadeza e profundidade o depoimento de “Da ostra”, jovem pescador que denuncia a privatização de espaços públicos em algum trecho do mar. Eis seu depoimento, quando ele diz que para trabalhar, para pescar:

[...] você paga uma taxa, tá ligado? Tem a carteirinha de pescador “pra rente” até poder entrar ai, na ilha né? Que é uma área privada [o pescador faz um sinal de “entre aspas” e acentua o aspecto ilegal de identificar um lugar público como privado], que a galera denomina nome de alguma coisa, né meu irmão, que os seres humanos são um bando de “fila da puta” mermo, são dono de nada... aí dizem que é dono de tudo. Quando não é dono de nada. Se a “rente”, oia... se o ser humano ele tivesse grande futuro de alguma coisa, “Maicon Jequison” ainda estaria dançando ai o “aipirê”. Pa “rente” ver o que o dinheiro não é porra nenhuma, né vei?

(voz de um jovem da equipe, perguntando: E depois da ponte – parte não inteligível –, que mudanças pra vocês? Piorou?)

De ostra” continua: Depois desses... desses condomínios ai, cada vez pior, né meu irmão? Porque priva a área que a gente podia andar, a gente não pode mais, né meu irmão? (Ibidem, 2012, www)

Aí, encontramos também o conflito de classes sociais. Pois essas pessoas que podem comprar e viver em “condomínios” fechados, se protegendo, dos riscos de conviver numa sociedade aberta, e, sobretudo, usufruindo da melhor parte da região, impõem condições para o acesso do trabalhador da pesca. Pois é preciso ter uma “carteirinha” e ainda “pagar uma taxa” para ter acesso a um ambiente privado. O vídeo deixa não claro a exata localização desse local, mas dá a entender que já está no litoral de Jaboatão, provavelmente na Praia de Barra de Jangada.





Figura 11 - Crianças brincando no Rio Jaboatão

Então, nessa altura das filmagens, como que fechando uma moldura que busca representar a alegria e a esperança de dias melhores, mesmo em meio ao sofrimento, acontece um “corte”, um retorno ao início do vídeo, quando reaparecem crianças tomando banho e brincando na parte limpa no Rio Jaboatão, em sua nascente ainda protegida. O sentido implicado aí é aquele declarado pelo senhor Salatiel quando lembrava “quando a gente “chegamo” interiormente aqui, há 30 anos atrás, já tinha assim, a facha de umas 40 famílias que se mantinha daqui”. Ou ainda a “moradora da cidade de moreno”, quando diz, “meu pai, os mais velhos “contava” a ele”. Ou “Da Ostra” que declara sua saudade do tempo que podia livremente navegar nas águas do mar, quando declara, “Depois desses... desses condomínios ai, cada vez pior, né meu irmão? Porque priva a área que a gente podia “andar”. A gente não pode mais, né meu irmão?”.

O vídeo é uma verdadeira colcha de retalho de informações variadas. Isso pode indicar as inquietações dessa juventude envolvida com as causas sociais e ecológicas dos bairros dos grandes centros urbanos, da área rural e, de maneira mais próxima, da cidade de Jaboatão dos Guararapes. Das juventudes de todos os lugares do Brasil que estão militando em defesa de suas próprias vidas e por garantia de dias melhores em suas comunidades.

É importante considerar o depoimento do ativista Sandro Rock, do movimento “Mangue Ferido”. Em sua fala, indica a necessidade de possibilitar o diálogo entre o meio acadêmico, o estudante universitário e as comunidades locais. O interesse demonstrado em sua fala tem a ver com a possibilidade de alguma forma “salvar” o Rio Jaboatão. É um resumo do discurso que interessou desde o início a essas juventudes envolvidas com a REJU e com o MJPOP. E o seu olhar, agora, é direcionado para do presente para o futuro desse ecossistema. Seu discurso diz:

Mas se a informação chega até eles, eles utilizam de formas racionais. E assim

gerações futuras vão ter esse... Esse ecossistema, esse “maternidade”, esse supermercado, a disposições pra gerações e gerações futuras (Ibidem, 2012, www)



Figura 12 - Sandro Rock (Movimento Manguê Ferido)

Finalmente, o som da guitarra pesada do grupo “Nação Zumbi” embala a dança dos caranguejos do manguezal. Os caranguejos que podem simbolizar a resistência pela sobrevivência num ambiente tão alterado pelas intervenções predatórias das pessoas que demonstram aparente falta de compromisso com as condições do Rio Jaboatão e com as temáticas ecológicas que estão na pauta do dia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrido esse caminho de pesquisa em Ciências da Religião e Análise do Discurso pecheutiana, tendo como objeto análises dos discursos emitidos por juventudes ligadas aos movimentos de monitoramento de políticas públicas – visto que, tanto a REJU quanto o MJPOP se ocupam de monitorar e denunciar negligências e equívocos de ordem sociopolíticas, cometidos pelas instâncias públicas, vivenciados e registrado no cotidiano dessas pessoas, valendo fazer registro denunciador em suas mídias sociais quase que em tempo real, e mais efusivamente em nossa contemporaneidade, por se tratar de um fenômeno ainda surpreendentemente novo –, chegamos a uma possível conclusão de que há ainda há muito que se explorar, enquanto pesquisa acadêmica, diante da junção entre fé, política, juventudes, causas sociopolíticas e mídias sociais.

Dessa forma, podemos entender que o resultado deste trabalho, considerando suas perguntas iniciais apresentadas em nossos objetivos, no interesse de responder ao longo do trabalho, indica que há muitas possibilidades de pesquisas teórico-acadêmicas, nessa trincheira dialógica entre juventudes, fé, política e análise do discurso. Sobretudo, partindo de Ciências da Religião.

Esse tema não se esgota, quando apresentamos sua complexidade e múltiplas possibilidades analíticas, sobretudo, quando levamos em conta os sentidos de discursos políticos religiosos, declarados já a partir da Frente Evangélica Parlamentar, no Congresso Nacional, que serve, também, como referência para outras instâncias legislativas, nos âmbitos municipal e estadual, e se multiplicando nas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores em todo território nacional.

Além do mais, identificamos que a REJU apresenta maior autonomia para refletir suas temáticas e torna-las públicas com o apoio coletivo de sua rede de participantes. Seus posicionamentos políticos tocam, sobretudo, os temas mais polêmicos já apresentados neste trabalho. O discurso da REJU busca demonstrar clareza de posicionamento de juventudes militantes que são a favor de um enfrentamento mais sistêmico quanto à intolerância religiosa, ao respeito às orientações sexuais, a favor descriminalização do aborto e a descriminalização das drogas, partindo sempre do pressuposto de estruturar essas demandas dentro de uma militância política que exige a devida atualização das leis brasileiras. Ou seja, declara ser importante, preservar a vida das juventudes a partir de políticas públicas eficazes no sentido de garantir a qualidade de vida dessa faixa etária de nossa sociedade.

Já a análise que fizemos a respeito do MJPOP, partindo do bairro de Santo Aleixo,

em Jabotão dos Guararapes, em seu discurso encontrado no vídeo, que foi postado no Youtube.com, demonstra que se faz urgente considerar as temáticas a respeito de políticas públicas voltadas para o tema de Ecologia. Mesmo esse grupo dando apoio às ações da REJU a partir de seu município, foca muito mais nas necessidades sociopolíticas locais, mas sem deixar de dialogar com as temáticas apresentadas nas redes sociais, voltadas para a causa juvenil.

O trabalho se apresenta dentro de um universo de incompletude, posto que, mesmo esses dois grupos confluindo para uma mesma causa, deve-se considerar as particularidades de cada qual, e mais ainda, das pessoas que deles participam. São desafios apresentados cotidianamente em suas páginas sociais, tais como: limitações financeiras, falta de apoio técnico, falta de apoio na formação ideológica e teológica dessas pessoas. E ainda mais, quando se vêm em diálogo com as juventudes ou lideranças de movimentos mais conservadoras que dispõem, a seu favor, de estruturas mais sólidas e eficazes. Nota-se que, considerando mais particularmente ainda a REJU, já que o MJPOP tem o apoio institucional da Visão Mundial Brasil, a partir de suas páginas nas redes sociais, existe precariedade financeira para a articulação sociopolítico-religiosa.

É importante deixar claro que, diferente de outros movimentos juvenis, já citados nesse trabalho, cujas lideranças e mentorias são feitas por pessoas adultas, fora da faixa etária definida pelo Estatuto da Juventude, que é de 15 a 29 anos de idade<sup>110</sup>, na REJU as definições e posicionamentos políticos do movimento são definidos pelas pessoas membros do movimento. E MJPOP, em se tratando de movimento juvenil, tem o apoio de pessoas adultas fora da faixa etária, tendo certo controle institucional e administrativo da VMB, já que se trata de um projeto ligado a essa instituição. No entanto, deve-se considerar que o real protagonismo de posicionamento e questionamento político é executado pelas pessoas jovens envolvidas com o mesmo.

É importante essa definição porque, os movimentos juvenis mais livres, sobretudo os que protagonizaram os enfrentamentos e embates políticos no Estado de São Paulo, quando lutaram por melhorias na Educação<sup>111</sup>, pelo não fechamento das escolas públicas da gestão Geraldo Alckmin, é necessário considerar que as juventudes já estão devidamente fortalecidas

---

<sup>110</sup> Estatuto da Juventude, CAPÍTULO I, DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE, “§1o Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm)>. Acessado em: 13/06/2016.

<sup>111</sup> O retrato dos estudantes que mudaram a cara das escolas de São Paulo. Diário do Centro do Mundo. Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-retrato-dos-estudantes-que-mudaram-a-caras-escolas-estaduais-de-sao-paulo/>>. Acessado em: 13/06/2016.

para assumir suas pautas de reivindicações sociopolíticas, sem necessariamente, depender de uma autorização de pessoa adulta, religiosa, liderança política ou não.

Por outro lado, nota-se autonomia também no pensar/fazer teologia e nas práticas/vivências religiosas. Tanto no sentido de afirmar tradições religiosas familiares, do tipo, historicamente, perseguidas, como é o caso do Candomblé e da Umbanda; ou ainda quanto na vivência de novas possibilidades alternativas de fé ou, até mesmo, na forma desprovida de uma instituição religiosa ou confissão ateia.

Nesse sentido, a contribuição que a Ciências da Religião pode se propor a dar está no âmbito do fortalecimento dessas ações a partir do lugar religioso, considerando a relação entre fé e política, na perspectiva de consolidar essa autonomia e garantir a pesquisa e a análise temática, referentes às liberdades religiosas, visando sempre respaldar a autonomia humana de gerir sua existência com a máxima garantia do respeito a sua personalidade. Sobretudo, no sentido de fortalecer as pluralidades, diversidades religiosas e a necessidade da garantia de um Estado laico que respeite o direito igualitário a todas as pessoas.

## **REFERÊNCIAS**

**ABRAMO**, Helena Wendel; **BRANCO**, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 447 p. ISBN 8576430142

**BALASURIVA**, T. Revelação e revelações. In: TOMITA, L.E.; VIGIL, J.M.; BARROS, M.(Orgs.). Teologia Latino-americana Pluralista da Libertação. São Paulo: Paulinas. 2006. p. 19-44. ISBN 85-356-1746-9.

**BETTO**. Fé e Compromisso Político. 1. ed. Sao Paulo: Paulinas, 1982. 90 p

**BOFF**, Leonardo; **BOFF**, Clodovis. Como fazer teologia da libertação. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. 141 p. (Coleção fazer ; 17-18). ISBN 8532605427.

**BOFF**, Leonardo. Igreja: Carisma e poder: ensaios de eclesiologia militante. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. 249 p. -- (teologia ; 21).

\_\_\_\_\_, Bodas de Prata da Igreja com os pobres: a Teologia da Libertação. In. A Teologia da Libertação: Balanço e Perspectiva. BOFF, Leonardo; REGIDOR, JOSE RAMOS; BOFF, Clodovis. A teologia da libertação: Balanço e perspectivas. 1. ed. São Paulo: Ática, 1996. p. 9 - 16.

\_\_\_\_\_, Libertação Integral do Pobre e da Terra. In. A Teologia da Libertação: Balanço e Perspectiva. BOFF, Leonardo; REGIDOR, JOSE RAMOS; BOFF, Clodovis. A teologia da libertação: Balanço e perspectivas. 1. ed. São Paulo: Ática, 1996. P 115 – 128.

**BURITY**, Joanildo. Religião, política e cultura. Tempo soc., Nov 2008, vol.20, no.2, p.83-113. ISSN 0103-2070.

\_\_\_\_\_, Fé na Revolução: protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1961 – 1964) / Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2011.

**CHEMAMA**, Roland. Dicionário de psicanálise. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002. 240 p. ISBN 8573070722.

**COMBLIN**, Joseph. Pastoral urbana: o dinamismo na evangelização. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. ISBN 8532622534.

**FERNANDES**, C. A. Análise do Discurso: reflexões introdutórias. São Carlos: Editora Claraluz, 2008. 2ª Ed. 112p. ISBN 978-85-88638-21-1.

**FERREIRA**, Maria C. L. GLOSSÁRIO DE TERMOS DO DISCURSO: projeto de pesquisa: Aventura do texto na perspectiva da teoria do discurso: a posição do leitor-autor (1997-2001) / Orientadora: Maria Cristina Leandro Ferreira; Bolsista de iniciação científica Ana Boff de Godoy – [et al.]. – Porto Alegre: UFRGS. Instituto de Letras, 2001. 30p.

**FILORAMO**, Giovanni, 1945- As Ciências das religiões / Giovanni Filoramo e Carlo Prandi; [Tradução José Maria de Almeida] – São Paulo; Paulus, 1999 – (Sociologia e religião).

**LIBÂNIO**, João Batista. Concílio Vaticano II: em busca de uma primeira compreensão. São Paulo: Loyola, 2005. 223 p. ISBN 8515031515

\_\_\_\_\_, Crer num mundo de muitas crenças e pouca libertação: teologia fundamental. Valência (Esp): Siquem, 2001. 156 p.

**KÜNG**, Hans. Projeto de ética mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 2003. 210p. (Teologia hoje (Paulinas)). ISBN 85-356-0172-4.

**LIPOVETSKY**, Gilles. Os tempos hipermodernos. São Paulo: Barcarolla, 2004. 129 p. ISBN 8598233056

**MANGOLIN**, Cesar. A ditadura militar no Brasil: processo, sentido e desdobramentos. In: PRAUN, Luci. (Org.). Relações mundializadas, neoliberalismo e sociabilidade humana. 2ed. São Bernardo do Campo: Editora do Autor, 2011, v. único, p. 31-46

**MARIANI**, Bethania . Análise do Discurso e Psicanálise. In. Discurso e... ideologia, inconsciente, memória, desejo, movimentos sociais, língua materna, poesia, cultura, mídia, educação, tempo, (homo)sexualidade / **MARIANI**, Bethania; **MEDEIROS**, Vanise, orgs. Rio de Janeiro: 7Letras, Faperj, 2012. 232p. ISBN 978-85-7577-932-3.

\_\_\_\_\_, Significantes e sentidos, inconsciente e ideologia. In. Análise do discurso: heranças, métodos e objetos. Vanice Sargentini e Maria do Rosário Gregolin, organizadoras. São Carlos: Editora Claraluz, 2008. p. 143 - 149.

**MESLIN**, Michel. Fundamentos de antropologia religiosa: a experiência humana do divino / Michel Meslin; Tradução Orlando dos Reis , - Petrópolis, RJ; Vozes, 2014. ISBN 978-85-326-4816-7.

**MUSSALIM**, Fernanda. Análise do Discurso. In: Introdução à linguística 2: domínios e fronteiras, v. 2 / Fernanda Mussalim, Anna Christina Bentes (Orgs.) – 3 ed. – São Paulo: Cortez, 2003.

**NUNES**, J. H. O sujeito no discurso: um lugar para falar na praça. In: MARCHEZAN, R. C.; CORTINA, A. (Orgs.). Os fatos da linguagem, esse conjunto heteróclito. Araraquara, FCL-UNESP Laboratório. São Paulo: Editorial Cultura Acadêmica, 2006, p. 21-37. ISBN 85-87361-59-7.

**OLIVEIRA**, P. A. R. Democracia na Igreja Católica? In. CADERNOS FÉ & POLÍTICA Nº 6. Petrópolis: CDDH, 1991. 76p.

**ORLANDI**, Eni Puccinelli. As formas do silêncio – no movimento dos sentidos. Campinas, S. R: Editora da Unicamp, 2002, 189 págs.

\_\_\_\_\_, Discurso e Texto: formulação e circulação de sentidos / Eni Orlandi – Campina, SP: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_, *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 3ª Edição, 2001.

\_\_\_\_\_, *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas, SP: Pontes ed., 2003. 276 p. ISBN 8571131074.

\_\_\_\_\_, (2001). Do sujeito na história e no simbólico. In: *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas/SP: Pontes, 99-108.

\_\_\_\_\_, *Michel Pechêux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar / Freda Indursky, Maria Cristina Leandro Ferreira (Org.)*. São Carlos: Claraluz, 2005.

**OLIVEIRA**, Pedro A. R. *A Igreja dos Pobres e a atividade político-partidária*. Cadernos Fé e Política. N. 1. Movimento Fé e Política. Centro de Defesa dos Direitos Humanos CDDH. Petrópolis, RJ. 1992. p. 31.

**OROFINO**, Francisco. *Fé e Política na Bíblia: para começo de conversa*. Cadernos Fé e Política. N. 9. Movimento Fé e Política. Centro de Defesa dos Direitos Humanos CDDH. Petrópolis, RJ. 1993. p. 75.

**REGIDOR**, J. R. *Vinte e cinco anos de Teologia da Libertação*. In. In. *A Teologia da Libertação: Balanço e Perspectiva*. BOFF, Leonardo; REGIDOR, JOSE RAMOS; BOFF, Clodovis. *A teologia da libertação: Balanço e perspectivas*. 1. ed. São Paulo: Ática, 1996. p. 17 – 92.

**RODRIGUES**, Marcio Silva e **DELLAGNELO**, Eloise Helena Livramento. *Do discurso e de sua análise: reflexões sobre limites e possibilidades na Ciência da Administração*. Cad. EBAPE.BR [online]. 2013, vol.11, n.4, pp.621-635. ISSN 1679-3951. <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512013000400010>.

**SOBRINHO**, Helson Flávio S. *Memória e história na/da análise do discurso / Freda Indursky, Solange Mittmann, Maria Cristina Leandro Ferreira, (organizadoras) – Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.*

**WASELFISZ**, Jacobo. *Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil*. Brasília, DF: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2014. p. 178.

**VIGIL**, José Maria. *Teologia do pluralismo religioso: para uma releitura pluralista do cristianismo / José Maria Vigil [Tradução Maria Paula Rodrigues] – São Paulo: Paulus, 2006. ISBN 85-349-2552-6.*



## INTERNET

**ARMANDO**, Dom Sebastião. **Carta Pastoral XXIX Concílio Diocesano**. 2013. **DIOCESE ANGLICANA DO RECIFE – IEAB**. Disponível em: <<http://dar.ieab.org.br/2013/05/01/carta-pastoral-de-dom-sebastiao-armando-por-ocasio-do-xxix-concilio-diocesano/>>. Acessado em: 26/10/2015.

**ARRIVÉ**, Michel. Lacan Gramático. Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica. UFRJ. Revista *Ágora*. v. III n. 2 jun/dez 2000 9-40. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/agora/v3n2/v3n2a01.pdf>>. Acessado em: 17/01/2016.

**ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL**. Disponível em [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_udh/22562](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_udh/22562), acessado em 18/11/2013.

**BOFF**, Leonardo. Ecologia social: pobreza e miséria. (2012). Disponível em: <[http://franciscanasdedillingen.org.br/images/acervo/Estudos/Ecologia\\_social.pdf](http://franciscanasdedillingen.org.br/images/acervo/Estudos/Ecologia_social.pdf)>. Acessado em: 21/02/2016.

**BRANDÃO**, H.H.N. (2009). Analisando o Discurso. Disponível em [http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto\\_1.pdf](http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_1.pdf), acessado em 18/11/2015.

**BURITY**, Joanildo. (2000), Religião e política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. Revista de Estudos da Religião – REVER, Nº 4 / 2001 / pp. 27-45, ISSN 1677-1222. Pós-Graduação em Ciências da Religião - PUC-São Paulo Disponível em: <[http://www.pucsp.br/rever/rv4\\_2001/p\\_burity.pdf](http://www.pucsp.br/rever/rv4_2001/p_burity.pdf)>. Acessado em: 29/10/2015.

**CARDOSO**, Irene. A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança. Tempo soc. [online]. 2005, vol.17, n.2, pp. 93-107. ISSN 1809-4554. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n2/a05v17n2.pdf>, acessado em 06/11/2015.

**CARTILHA MONITORAMENTO JOVEM DE POLÍTICAS PÚBLICAS**. Visão Mundial. 2010. Disponível em: <[http://www.epj.org.br/arquivos/monitoramento\\_pp/cartilha\\_mjpop.pdf](http://www.epj.org.br/arquivos/monitoramento_pp/cartilha_mjpop.pdf)>. Acessado em: 25/12/2014.

**CÓDIGO ELEITORAL**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI Nº 4.737, DE 15 DE JULHO DE 1965. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4737.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4737.htm)>. Acessado em: 27/11/2015.

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acessado em: 27/10/2015.

**CURY**, Carlos Roberto Jamil. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. Rev. Bras. Educ. [online]. 2004, n.27, pp.183-191. ISSN 1809-449X. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782004000300013>>. Acessado em: 27/04/2016.

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS.** Acessado em: <<http://nacoesunidas.org/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/>>. Acessado em: 26/11/2015.

**DIAS, Juciele P.** Um espaço polêmico de leituras pelo Youtube na contemporaneidade. Artigo. VI SEAD. VI SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO 1983 - 2013 – Michel Pêcheux: 30 anos de uma presença Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2013. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/15756001-Um-espaco-polemico-de-leituras-pelo-youtube-na-contemporaneidade.html>>. Acessado em: 25/04/2016.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.** Disponível em: <[http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=260790&idtema=1&search=per\\_nambuco|jaboatao-dos-guararapes|censo-demografico-2010:-sinopse-](http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=260790&idtema=1&search=per_nambuco|jaboatao-dos-guararapes|censo-demografico-2010:-sinopse-)>. Acessado em: 18/11/2015.

**ORLANDI, Eni Puccinelli.** (2005). O sujeito discursivo contemporâneo. Anais do SEAD. Seminário de Estudos em Análise do Discurso. ISSN 2237-8146. Disponível em: <[http://anaisdosead.com.br/sead2\\_conferencias.html](http://anaisdosead.com.br/sead2_conferencias.html)>. Acessado em: 27/01/2016.

**ORO, Ari Pedro.** A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 18, n. 53, p. 53-69, out. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092003000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em: 29/10/2015.

**PACHECO. T.** Racismo Ambiental urbano: a violência da desigualdade e do preconceito. COMBATE AO RACISMO AMBIENTAL. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/textos-e-artigos/racismo-ambiental-urbano/>>. Acessado em: 28/10/2015.

**PEQUENO, Marconi.** O sujeito dos direitos humanos. Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP. Disponível em: <[http://gajop.org.br/justicacidade/wp-content/uploads/3.sujeito\\_dos\\_dh\\_marconi.pdf](http://gajop.org.br/justicacidade/wp-content/uploads/3.sujeito_dos_dh_marconi.pdf)>. Acessado em: 11/01/2015.

**PORTAL DA JUVENTUDE.** Secretaria Nacional de Juventude. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/>>. Acessado em: 18/11/2015.

**PREFEITURA DA CIDADE DE JABOATÃO DOS GUARARAPES.** Disponível em: <<http://www.jaboatao.pe.gov.br/jaboatao/regionais.aspx>>. Acessado em: 18/11/2015.

**PRIORI, A., et al.** História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais. pp. 199-213. ISBN 978-85-7628-587-8. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acessado em: 29/01/2016.

**PROGRAMA PALAVRA ABERTA. ENTREVISTAS E DEBATES:** Marco Feliciano fala sobre Estado laico. Rádio Câmara. Distrito Federal: Brasília. Entrevista postada em 09/07/2013. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/PALAVRA-ABERTA/447102-MARCO-FELICIANO-FALA-SOBRE-ESTADO-LAICO.html>>. Acessado em: 20/02/2016.

**REDE ECUMÊNICA DE JUVENTUDE.** Disponível em: <<http://reju.org.br/>>. Acessado em: 26/10/2015.

**RODRIGUES,** Guilherme Alberto e **FUKS,** Mario. Grupos sociais e preferência política: o voto evangélico no Brasil. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2015, vol.30, n.87, pp. 115-128. ISSN 0102-6909. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17666/3087115-128/2015>>. Acessado em: 28/11/2015.

**SILVA,** Edvania Gomes da. Aforização e Religião: circulação de enunciados na internet. DELTA [online]. 2013, vol.29, n.spe, pp. 423-441. ISSN 0102-4450. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502013000300004>>. Acessado em: 28/11/2015.

**THIOLLENT,** Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. Tempo soc., São Paulo, v. 10, n. 2, p. 63-100, out. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20701998000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701998000200006&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em: 16/01/2016.

**TV CANÇÃO NOVA. CANAL DO YOUTUBE.** Monsenhor Jonas Adib. Homilia “O Senhor está próximo!” baseada no Evangelho de Lucas, capítulo 2, 21-35. Publicado em 20 de outubro de 2012. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=U40fDj\\_yirE](https://www.youtube.com/watch?v=U40fDj_yirE)>. Acessado em: 22/02/2016.

**VISÃO MUNDIAL.** Disponível em: <<https://visaomundial.org.br/>>. Acessado em: 26/10/2015.

## ANEXOS

### NARRATIVA VÍDEO 1 – REDE ECUMÊNICA DE JUVENTUDE – REJU

Estado Laico: é a gente quem faz!

Tempo: 7:02

Produção: Rede Ecumênica de Juventude

#### 1. Abertura do vídeo: Eu sou um mosaico de fé (0 à 00:45)

Jovem 1 – rapaz: Eu sou ogã. Sou do Candomblé

Jovem 2 – rapaz: Faço parte da Igreja Episcopal Anglicana no Brasil

Jovem 3 – moça: Eu sou da Igreja Batista Nazaré

Jovem 4 – rapaz: Eu sou espírita

Jovem 5 – Eu sou metodista

Jovem 6 – moça: Sou Católica Apostólica Romana

Jovem 7 – rapaz: Eu sou um cristão-budista

Jovem 8 – moça: Eu sou cristã, protestante, membro da Comunidade Igreja Presbiteriana Unida

Jovem 9 – rapaz: Bom, eu sou da Igreja Presbiteriana Independente desde que nasci

Jovem 10 moça: Sou integrante, militante, da pastoral da juventude dentro da Igreja Católica

Jovem 11 – rapaz: Candomblecista, sou iniciado no orixá... prá Ogum

Jovem 12 – rapaz: Eu sou da Igreja de Cristo Pentecostal no Brasil

Jovem 13 – rapaz: Eu sou cristão, protestante, pertencente à comunidade luterana no Brasil

Jovem 14 – moça: Hoje, eu não me identifico com essas instituições

2. Lâmina de abertura: Rede Ecumênica da Juventude APRESENTA ESTADO LAICO É A GENTE QUE FAZ! (0:46)

3. Depoimentos:

**Gabriela Cristina da Silva – ICAR, REJU PARANÁ (0:52):** Acredito que o Estado laico é um Estado em que qualquer um seja livre pra professar ou não, né? A sua fé, a sua crença.

**Alexandre Pupo Quintino – REJU SP Metodista (1:01):** Não é a negação ou a exclusão das religiões. Mas a afirmação dessa diversidade, sem permitir que aquelas que detêm mais poder. Ou mais... é, número de pessoas oprimam as outras que são minorias.

**Mariana F. Zuccarello – REJU ES – Presbiteriana Unida (IPU) – (1:14):** A nação brasileira é uma nação diversa, é... com vários povos, de várias etnias, de vários credos e garantia do Estado laico é o que nos permite viver em comunidade, que nos permite viver respeitando os direitos doutros indivíduos.

**Alexandre Magno da Glória – REJU SP – Candomblecista (1:29):** Ele garante a religiosidade de todos os indivíduos, de todos e todas, na sua pluralidade. E também contempla as pessoas que não têm religião, as pessoas que são “ateus”, são agnósticos, ou que tem uma experiência de fé transcendental.

**Tairine Ferreira Pimentel – REJU PE – Sem vinculação religiosa – (1:50):** Eu sou a favor do Estado laico, mas não do Estado ateu. Porque o Estado ateu ele é uma forma de opressão também aqueles que seguem determinadas religiões. Então, eu acho que, nessa discussão entre Estado Laico, a gente precisa fortalecer o “dis”, o debate sobre o Estado Laico. Mas dizer também, enfatizar, que não é um Estado ateu.

**André Kosloski – REJU RS – Luterano (IECLB) – (2:16):** Garante o direito de todas as pessoas, sejam elas homens, mulheres; sejam elas, héteros, bissexuais, transexuais, transgêneros.

**Daniel Souza – REJU SP – Anglicano (IEAB) – (2:25):** É um Direito Humano, um direito a liberdade religiosa, um direito pra que as pessoas tenham o seu modo de viver e de existir de maneira livre.

**Franklin Félix – REJU SP – Espírita Kardecista – (2:37):** Quem tem crença baliza sua vida e organiza sua vida a partir da sua crença. Mas não pode exigir das outras pessoas, que a vida das outras pessoas também sejam orientadas a partir da sua própria religião, a partir da sua própria crença.

**Laina Crisostomo – REJU BA – Cristã da Igreja Batista do Nazaré – (2:52):** Possa garantir para evangélicos, candomblecistas, católicos, ateus os mesmos direitos que todas as pessoas devem ter. Então, a garantia de... da... da moradia, a garantia da alimentação, a garantia de uma saúde pública de qualidade, uma educação de qualidade.

**Mário Luiz Gomes – REJU RJ – Ogan, candomblecista – (3:07):** Desde 1891, quando se pensou em transformar o Brasil em um Estado Laico, se pensou em garantir todas as culturas que existiam naquela época no país, né? Garantir, a celebração de culto, de todas as religiões. Mas eu acho que... é... algumas tendências, algumas pessoas... né? Algumas igrejas, religiões que vieram pra cá, tornou esse ciclo, o ciclo de catequizar os índios em algo vicioso até os dias de hoje.

**Mariana F. Zuccarello – (3:35):** O monopólio é muito grande, a bancada evangélica, não só evangélica, mas o fundamentalismo religioso, ele é muito grande e tem, sim, perseguido, aqueles que professam fé diferente da hegemonia que é a fé cristã.

**Daniel Mariano de Almeida – REJU SP – Presbiteriana Independente (IPI) – (3:49):** A gente percebe que muitas vezes o Estado, é... favorece, ou permite, a construção de monumentos, estátuas, é... homenagens a determinadas religiões, como a cristã, por exemplo, e em detrimento de outras, né? Como... é... não sei como seria a aceitação se a gente fizesse uma... uma... uma estátua de Exu, num.. numa... numa... numa encruzilhada... por exemplo.

**Laina Crisostomo – (4:18):** Eu não consigo ver o Estado Laico sendo garantido a partir dessa, dessa situação que a gente vive, que é uma bancada majoritariamente evangélica, conservadora, conservador, que não permite pautas como, por exemplo, a criminalização da homofobia, a descriminalização do aborto, né? A própria PL do... do... dos Autos de Resistência a gente tem uma resistência muito grande no processo de aprovação, justamente porque a gente não tem um Estado Laico garantido. A gente tem um Estado que, na verdade, tem promovido os direitos de uma minoria.

**Elton Tada – REJU PR – Cristão Budista (4:49):** Todas as formas litúrgicas e todas as espiritualidades são válidas. E, a partir do momento que cada indivíduo tem essa... é... é... consciência, é... também, necessariamente, teremos legisladores com essa consciência, teremos no Executivo pessoas com essa consciência, teremos no Judiciário pessoas com essa consciência

**Franklin Félix (5:13):** Políticas públicas são construídas a partir da Constituição e não a partir de uma crença.

**Wallace de Góis Silva – REJU SP – Evangélico Pentecostal (5m19):** Que todos nós possamos expressar a nossa espiritualidade, os nossos, a nossa própria espiritualidade. E também lutarmos em conjunto por um país melhor, por uma democracia, é... pra construirmos juntos sempre uma nação mais... é... é... pautada pela justiça, pela... pelos direitos de todos os cidadãos e cidadãs.

**Mário Luiz Gomes – REJU RJ – Ogan, candomblecista (5:40) –** Religião faz parte... é um desdobramento da cultura da pessoa. Então, é...a garantia do Estado Laico, de certa forma também garante a paz, garante o respeito a todas as pessoas

**Wallace de Góis Silva – REJU SP – Evangélico Pentecostal – (5:51):** Pela conquista de sempre... novos espaços para a juventudes, para as mulheres, para os movimentos minoritários.

**Edoarda S. Sherer – REJU – Católica (ICAR) - (6:00):** Como pautamos ou como construímos juntos e juntas um Estado Laico de fato, vai muito ao encontro do caminho do diálogo e pra superação de todas as formas de intolerância. Mas também descobrir no outro o respeito no diferente, aquele respeito que quer ser conquistado.

**Mário Luiz Gomes – REJU RJ – Ogan, candomblecista (5:40) –** É... Eu como ogan, né... e como candomblecista, como negro, né... eu sonho com o Brasil do Estado Laico, né? E, também, não só sonho, como luto pra isso da maneira “queu” posso, com as armas que nós temos, né? E a REJU, de certa forma, me ajuda, né? Sonha junto comigo. E quando pessoas sonham juntas, isso deixa de ser um sonho e passa se tornar gradativamente uma realidade.

4. Lâmina de Fechamento (6:47): QUANDO? DIA 21 DE JANEIRO. DIA NACIONAL DE COMBATE À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA. EU VISTO BRANCO PELO FIM DA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA.

De branco nos vestimos de luta. Na mistura de todas as cores, nos tons diversos das crenças, nos encantos nas diferenças... de branco com vestes para a luta! – Identificação da realização e do apoio:

Realização: REJU

Apoio: KOINONIA ActAliança – FEACTION Brasil ActAliança – CESE ActAliança – FLD Projetos de vida ActAliança – CEBI Centro de Estudos Bíblicos – CLAI Conselho Latino Americano de Igrejas.

## **NARRATIVA VÍDEO 2 – MJPOP LIBERDADE**

Vídeo: Águas do Jaboatão

Tempo: 12:09

Produção: Monitoramento Jovem de Políticas Públicas, Rede Ecumênica de Juventude e Movimento Juventude Suassuna

Apoio: Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

Ficha técnica

Imagens: Alexandre Roseno

Apoio: César Ramos

Edson José

James Davidson

Juliane Rodrigues

Walkiria Rodrigues

Narração: Raiana Rodrigues e Tatiane Cosme

Edição: Juliane Rodrigues

Roteiro e Texto: James Davidson

**02. Lâmina de abertura** – título do vídeo “Águas do Jaboatão”.

**03. Início das filmagens:** Vaso sanitário dando descarga. Em seguida, aparece um córrego contaminado com água suja dando a entender que é parte do Rio Jaboatão. Segue imagem de uma criança mergulhando no Rio Jaboatão numa área mais limpa; jovens dentro de um veículo, identificando a equipe de filmagem / REJU PE. Indicação do sentido da viagem: A caminho da nascente do Rio Jaboatão.

### **04. Narrativa- Vozes femininas distintas:**

Apresentando mapas antigos: Ao longo da história civilizações inteiras desenvolveram-se as margens dos rios. Essas civilizações utilizaram as águas na agricultura, para higiene e até em seus ritos mais sagrados. Convidamos você a conhecer um desses rios na atualizada.

É apresentada uma cena muito inspiradora do rio Jaboatão limpo e ainda vivo. Numa trilha, jovens caminham em direção ao Rio. Aparece o marco inicial do rio.



O Rio Jaboatão é um dos principais rios do Estado de Pernambuco. Com área de 413km<sup>2</sup>, sua bacia hidrográfica abrange território de seis municípios. São eles: Jaboatão dos Guararapes, Recife, Moreno, Cabo de Santo Agostinho, São Lourenço da Mata e Vitória de Santo Antão. São 75 km de curso percorrido pelo rio desde sua nascente, em Vitória de Santo Antão, até a foz na Praia de Barra de Jangada, em Jaboatão dos Guararapes.

Seus principais afluentes são os rios Duas Unas, Suassuna, Manassú, Muçaiba, Laranjeiras e Zumbi. Sua rede hidrográfica constitui uma importante fonte de abastecimento para a Região Metropolitana do Recife e para a cidade de Vitória de Santo Antão. O Rio Jaboatão corta o centro das cidades de Moreno e de Jaboatão. Essa última recebendo esse nome em sua homenagem.

Porém, apesar de sua importância o Rio Jaboatão é um dos rios mais poluídos no Estado de Pernambuco. São vários problemas ambientais sofridos pelo Rio.

A nascente do Rio Jaboatão fica localizada entre os Engenhos Pacas e Arandu de cima, no município de Vitória de Santo Antão.

A água que brota da nascente é limpa...

**Depoimento Salatiel, dono do sítio:** “quando a gente “chegamo” interiormente aqui, há 30 anos atrás, já tinha assim, a facha de umas 40 famílias que se mantinha daqui, dessa mesma nascente. Nunca ninguém teve “pobrema” com nada. E agora “arrasteano”, a nascente, né? O rio... todas ela usa igualmente. Cada um usa do seu jeito. E, se não tiver água, a nossa agricultura entra no caso de falência rapidamente. (riso tenso). Porque a maioria de um 50% hoje, se não tiver irrigação, ou mais, a gente não tira o nosso fruto da terra, né? E o... fica sem sobrevivência o agricultor rural e vocês da cidade que não vai chegar os “alimento” na mesa de vocês.”

**Retorno às vozes femininas:** A partir da nascente o Rio Jaboatão segue por vários sítios e engenhos até adentrar na cidade de Moreno. Porém, mesmo sem cortar nenhuma cidade, nesse trecho o rio já sofre com os impactos ambientais causados pelo cultivo de cana de açúcar. A destruição da mata ciliar, o uso de agrotóxicos e a “fertilização” começam a ameaçar e a comprometer a saúde do rio.

**Depoimento “Moradora da cidade de Moreno”:** “Eu tinha “pobrema” de coqueluche e meu pai, os mais velhos “contava” a ele que ele desse banho em mim, no Rio, nas primeiras águas da manhã, né? Aí quando era 5h da manhã. Ai quando era 5h da manhã, ele me trazia pra cá pra me dar três mergulhos no rio. E a água era totalmente limpa. Já pesquei muito com ele aqui. Saia de noite pra pescar de tarrafa com ele. Hoje... (balança a cabeça negativamente).”

**Fala do jovem Edson, um dos integrantes da comitiva, ativista do Movimento Juventude Suassuna:** Na cidade de Moreno o Rio sofre com as agressões oriundas das ocupações irregulares nas margens do rio.

**Retorno às vozes femininas:** ...e com esgoto doméstico. Mesmo com parte da cidade saneada, o Rio deixa a cidade de Moreno com um aspecto e uma coloração bem diferente de quando entrou.

**Novamente “Moradora da cidade de Moreno”:** “...tem gente que ainda pesca. Agora... que... tá desse jeito. Eu “mesmo” não tenho coragem de comer um peixe daqui. Só se eu não souber.”

Imediatamente aparece a imagem de dois meninos negros e pobres pescando peixe no Rio Jabotão numa área visivelmente poluída.

**Retorno às vozes femininas:** alguns quilômetros depois o rio entra em Jabotão Centro pela Usina Bulhões, na localidade conhecida como Batoré.

**Fala da jovem Tatiane, uma das integrantes da comitiva e ativista do Monitoramento Jovem de Políticas Públicas – MJPOP:** Esse ponto é utilizado pelos moradores como opção de lazer.

**Retorno às vozes femininas:** E na época da moagem da cana o rio é contaminado pelo resíduo da produção, como vinhoto, o que ocasiona a morte de muitos peixes.

(Presença de um homem lavando um animal de grande porte no rio).

**Retorno às vozes femininas:** Mais adiante, na comunidade de Moenda de Bronze, o assoreamento do leito do rio é bastante perceptível. O Rio Jaboatão está tão assoreado que até os porcos fazem a travessia a pé de uma margem para a outra. Já na localidade conhecida como Rua Azul, é a ocupação irregular das margens que chama atenção. O rio está tão estreito que parece está canalizado pelas paredes das casas. Soma-se a isso o lixo jogado pelos moradores locais e por comerciantes da feira de Jaboatão.

**Pergunta realizada por um dos jovens componente da equipe de filmagem ao Severino Francisco, pescador:**

É, o senhor que pescou muito, nesse Rio Jaboatão, quais os peixes mais tradicionais que tem nesse rio?

Resposta: “ ‘Pilapi’... pilapi, traira e... tapumaré. O mais pescado é jundiá. Jundiá, piaba, traira... e tem de muito. Antes não tinha muito por causa da usina... daqui “pa” baixo... da usina “pa” baixo não tinha muito. Mas, das... pra cima, sempre teve. Nunca faltou não... agora dali que é uma poluição muito... a catanga infeliz. Ai... daqui pa baixo... da Portela pa baixo joga o “soda castico”. Ai...

**Retorno às vozes femininas:** Mas não é só o Rio Jaboatão que sofre com os problemas apresentados. Seus afluentes também sofrem com a mesma situação. É o caso do Riacho Manassú, no bairro de Santo Aleixo. Ali o lixo e a ocupação irregular nas margens do Rio contribuem para ocorrência de enchentes. Um outro exemplo é o rio Duas Unas que tem suas águas contaminadas por resíduos industriais, tomando uma cor preta e mais escura que a do Rio Jaboatão.

(Nesse trecho do vídeo é apresentado um pequeno cágado mergulhando nessa água poluída)

No trecho conhecido como “Curva do Caranguejo” podemos observar o estado degradante do Rio Jaboatão. A cor escura da água, o mal cheiro são consequências da extrema poluição sofrida pelo Rio. Conta-se que nesse trecho, há anos atrás, a camada de poluição era tão grande no local que foi possível a realização de uma partida de futebol sobre a superfície do Rio.

(Agora, nesse ponto do filme, mostra-se uma chaminé industrial lançando resíduos poluentes no ar. Esse é um dos pontos altos do filme quando o estado deplorável que se encontra o mesmo)

**Retorno às vozes femininas:** Até chegar em sua foz, em Barra de Jangada, o Rio Jaboatão continua sofrendo essas mesmas agressões ambientais nos diversos bairros por onde passa. Recebe ainda o chorume do lixão da Muribeca e os resíduos industriais de Prazeres. Em Barra de Jangada o rio forma extenso manguezal, antes de desaguar no Oceano Atlântico. Ali os efeitos da poluição fazem sentir-se pela cor escura da água, pelo lixo preso nas raízes das árvores e pela ausência dos peixes tão reclamada pelos pescadores de Pontizinha. O Rio Jaboatão encontra-se no Oceano Atlântico num trecho bastante impactado onde, ao mesmo tempo, o assoreamento e a erosão marinha tem trazido problemas para a localidade.

**Depoimento “De Ostra” (Carlos) Catador de ostras:** você paga uma taxa, tá ligado? Tem a carteirinha de pescador “pra rente” até poder entrar ai, na ilha né? Que é uma área privada [o pescador faz um sinal de “entre aspas” e acentua o aspecto ilegal de identificar um lugar público como privado], que a galera denomina nome de alguma coisa, né meu irmão, que os seres humanos são um bando de “fila da puta” mermo, são dono de nada... aí dizem que é dono de tudo. Quando não é dono de nada. Se a “rente”, oia... se o ser humano ele tivesse grande futuro de alguma coisa, “Maicon Jequison” ainda estaria dançando ai o “aipirê”. Pa “rente” ver o que o dinheiro não é porra nenhuma, né vei?

(voz de um jovem da equipe, perguntando: E depois da ponte (parte não inteligível)... que mudanças pra vocês? Piorou?)

**“De ostra” continua:** Depois desses... desses condomínios ai, cada vez pior, né meu irmão? Porque priva a área que a gente podia andar, a gente não pode mais, né meu irmão?

**Retorno às vozes femininas:** Essa realidade poderia ser mudada? Como se desenvolver sem causar tantos impactos ao meioambiente?

O resgate da vida do Rio Jaboatão não é apenas uma questão apenas ambiental. Mas também econômica, social, moral e ética.

Precisamos de mobilização da comunidade e interesse do poder público para virar esse jogo.

**Depoimento Sandro Rock, ativista do Movimento Mangue Ferido:** Hoje a função do Mangue Ferido é aproveitar o pescador artesanal, o morador ribeirinho e a comunidade científica – o estudante, o universitário –, e trazer a linguagem científica e juntar com a linguagem popular e inserir-se dentro da informação, e serem multiplicadores da informação com linguagens múltiplas para que haja possibilidade de despertar a consciência ecológica e o potencial da comunidade com relação a esse recurso que eles tem em mãos. E que, infelizmente, não é utilizado de maneira correta por falta de informação. Pois, se o Estado lhe nega a informação, ele simplesmente vai agir de forma predatória natural. Mas se a informação chega até eles, eles utilizam de formas racionais. E assim gerações futuras vão ter esse... esse ecossistema, esse “maternidade”, esse supermercado, a disposições pra gerações futuras.

O vídeo é concluído com uma cena significativa de um manguezal repleto de caranguejos e guaiamum no embalo forte da música do cantor Chico Sciencia que, aliás, é a trilha sonora que percorrer todo o filme.